



PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA

SUZANO S.A.

A SER REALIZADA DE MODO EXCLUSIVAMENTE DIGITAL

EM 25 DE ABRIL DE 2025

ÍNDICE

I. Informações sobre as matérias objeto de deliberação	3
II. Comentários dos Diretores (Seção 2 do Anexo C à Resolução CVM 80/22)	11
III. Informações sobre o Conselho Fiscal (Seção 7 do Anexo C à Resolução CVM 80/22).....	57
IV. Remuneração dos Administradores (Seção 8 do Anexo C à Resolução CVM 80/22)	63

Os itens acima são parte integrante desta Proposta da Administração (“Proposta da Administração” ou “Proposta”) e atendem ao disposto na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das S.A.”) e nas Resoluções da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 80 e 81, de 29 de março de 2022, conforme alteradas (“Resolução CVM 80/22” e “Resolução CVM 81/22”).

I. Informações sobre as matérias objeto de deliberação

Senhores Acionistas,

A Administração da Suzano S.A. (“Companhia” ou “Suzano”) vem apresentar aos Senhores Acionistas as seguintes propostas a serem objeto de deliberação em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 25 de abril de 2025, às 10:00 horas, de modo exclusivamente digital nos termos da Resolução CVM 81/22 (“AGO”).

A Administração destaca que a instalação da AGO, em primeira convocação, ocorrerá com a presença de, pelo menos, 1/4 (um quarto) do capital social da Companhia, na forma do artigo 125 da Lei das S.A.

Os Senhores Acionistas, ou seus representantes, nos termos da lei, poderão participar da AGO da Companhia mediante (i) acesso a Plataforma Digital “Atlas AGM”, disponibilizada pela Companhia, ou (ii) o envio prévio de Boletim de Voto à Distância (“BVD”), na forma da Resolução CVM 80/22. Mais orientações e informações para a participação dos Senhores Acionistas na AGO estão discriminadas no Manual de Participação da Companhia.

A Companhia ressalta que a apresentação das informações contidas neste item I da Proposta não substitui, para nenhum efeito, a leitura atenta e completa de todos os demais itens.

(1) Tomar as contas dos administradores relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; e (2) Examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, bem como apreciar o relatório da administração relativo a tal exercício social.

O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da Companhia e suas respectivas Notas Explicativas, todos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, acompanhados do relatório do auditor independente, do parecer do Conselho Fiscal, e do parecer do Comitê de Auditoria Estatutário estão disponibilizados no website da Companhia (www.suzano.com.br/ri), da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) (www.b3.com.br).

As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas e o Relatório da Administração da Companhia foram elaborados pela Diretoria, auditados pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes e aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 12 de fevereiro de 2025, com manifestações favoráveis do Comitê de Auditoria e do Conselho Fiscal em reuniões realizadas em 10 de fevereiro de 2025 e concluídas em 12 de fevereiro de 2025. As referidas manifestações se encontram disponíveis nos mesmos endereços eletrônicos acima referidos.

A Companhia esclarece que, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, foi apurado um prejuízo líquido de R\$ 7.074.198.000,00, conforme evidenciado nas Demonstrações Financeiras da Companhia, auditadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, a ser destinado conforme previsto na Lei 6.404/76. Em função da apuração de prejuízo no referido exercício social, a Companhia está dispensada de apresentar informações indicadas no Anexo A da Resolução CVM 81/22.

As demais informações e os comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia em conformidade com a Seção 2 do Formulário de Referência e com Anexo C da Resolução RCVM 81/22 constam desta Proposta nos termos do Item II.

(3) Caso instalado o Conselho Fiscal da Companhia, deliberar a fixação do número de membros que comporão o Conselho Fiscal em 3 (três) membros.

Conforme disposto no Artigo 24 do Estatuto Social da Companhia, o Conselho Fiscal não funciona em caráter permanente e somente é instalado mediante solicitação dos acionistas, de acordo com a legislação aplicável. Uma vez instalado, o Conselho Fiscal compõe-se de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes.

Ainda, na forma do inciso I-A do artigo 5º da Resolução CVM 81, o pedido de instalação do Conselho Fiscal da Companhia pode ser realizado por Acionistas da Companhia que possuam, ao menos, 2% (dois por cento) do total das ações ordinárias da Companhia, em linha com o disposto no artigo 4º da Resolução da CVM nº 70, de 22 de março de 2022, conforme alterada.

Caso o Conselho Fiscal seja instalado, a Administração propõe e apoia que o Conselho Fiscal seja composto por 3 (três) membros efetivos e suplentes em igual número.

(4) Caso instalado o Conselho Fiscal, deliberar sobre a eleição dos membros que o compõem.

Conforme comunicação enviada à Companhia pela Dynamo em 14 de março de 2024, na qualidade de gestora fiduciária de fundos de investimento titulares de ações em circulação de emissão da Companhia, foram indicados os Srs. Eraldo Soares Peçanha e Kurt Janos Toth, como candidatos a membro efetivo e suplente, respectivamente, para participar de eleição em separado do Conselho Fiscal, na forma do Artigo 161, §4º, da Lei das S.A.

Em vista da indicação pelo acionista minoritário acima, caso o Conselho Fiscal seja instalado, a Administração apoia eleição dos Srs. Luiz Augusto Marques Paes e Rubens Barletta, como membros efetivos, tendo como respectivos suplentes os Srs. Luciano Douglas Colauto e Roberto Figueiredo Mello, todos indicados pelos acionistas controladores da Companhia.

Para maiores informações sobre esta matéria, por favor, vide documento constante do Item III desta Proposta, elaborado nos termos da Seção 7 do Formulário de Referência e do Anexo C da Resolução CVM 81/22.

(5) Fixar a remuneração anual global dos administradores e do Conselho Fiscal, se instalado, da Companhia.

Propõe-se aos Acionistas da Companhia reunidos em AGO, nos termos do artigo 152 da Lei das S.A., a aprovação do montante global anual de até R\$ 176.643.034,42 (cento e setenta e seis milhões, seiscentos e quarenta e três mil, trinta e quatro reais e quarenta e dois centavos) a título de remuneração da Administração (Conselho de Administração (contemplando as atividades como membro do Conselho de Administração e como membro dos Comitês de Assessoramento, conforme o caso) e Diretoria Estatutária) e membros do Conselho Fiscal da Companhia, se instalado, para o exercício social de 2025, observado o disposto na legislação em vigor e no Estatuto Social da Companhia:

Remuneração proposta para o exercício social de 2025				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Remuneração fixa e Benefícios	19.579.469,66	20.037.437,87	1.261.729,70	40.878.637,23
Bônus	0,00	7.500.000,00	0,00	7.500.000,00
Participação de resultados	0,00	30.798.239,89	0,00	30.798.239,89
Cessação do cargo	0,00	6.057.100,00	0,00	6.057.100,00
Baseado em ações	9.716.314,44	83.372.620,23	0,00	93.088.934,67
Total da remuneração	29.222.784,79	146.158.519,92	1.261.729,70	176.643.034,42

Notas:

- (1) Nos valores correspondentes não estão incluídos os tributos e encargos de ônus da Companhia incidentes sobre a remuneração, conforme orientação do Ofício Circular.
- (2) Benefícios abrangem benefícios diretos, indiretos e pós-emprego.
- (3) Os valores previstos para remuneração variável de curto prazo da Diretoria estão baseados na hipótese de atingimento superior ao target.
- (4) A remuneração total baseada em ações é composta 79% de competência adquirida em razão da carência do programa de incentivo de longo prazo e 21% de valores decorrentes de estimativas de novas outorgas. O valor calculado considera o valor presente dos ganhos potenciais futuros com a remuneração baseada em ações, calculados na data de cada outorga, levados ao resultado numa base pró-rata ao longo do período de “carência”, sem alterações de valores, independentemente de oscilações posteriores no preço das ações. Portanto, cabe enfatizar que o resultado apresentado na tabela acima não representa ganhos financeiros efetivamente realizados pelos executivos no exercício fiscal reportado.

Frise-se que o montante global anual proposto acima refere-se a uma estimativa da verba máxima total que pode vir a ser despendida pela Companhia com a remuneração de seus administradores (incluindo as parcelas de remuneração e de benefícios eventuais) no período compreendido entre os meses de janeiro e dezembro de 2025 em linha com o período coberto pelo Formulário de Referência (exercício social) de que trata a RCV 81/22.

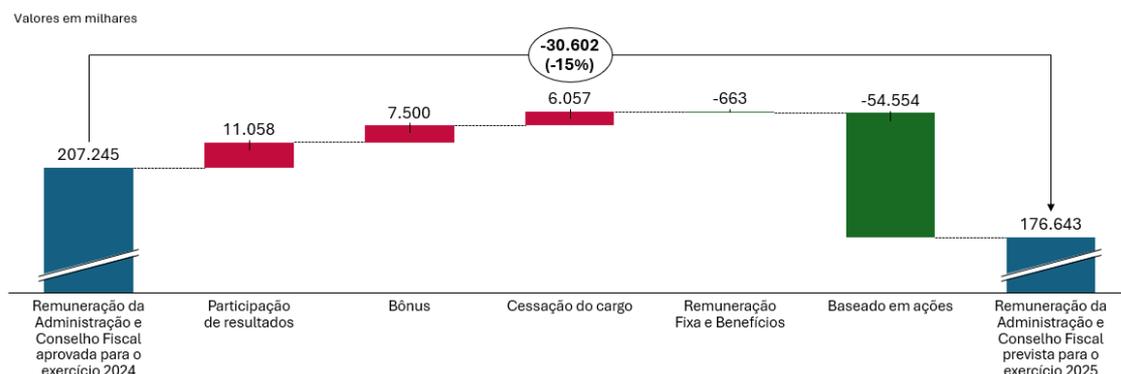
Em sendo uma estimativa, ainda que baseada em critérios, projeções do valor das ações e valores conhecidos no momento de sua determinação (e.g. valor da remuneração fixa), tal montante global anual proposto está sujeito a circunstâncias imprevisíveis ou ainda não definitivas na data

de sua aprovação, notadamente em decorrência dos seguintes eventos: (i) da valorização (ou desvalorização) da cotação das ações de emissão da Companhia, impactando a parcela da remuneração baseada em ações; e (ii) do eventual desligamento de membros da diretoria estatutária com correspondente pagamento das verbas resultantes dos desligamentos.

Remuneração proposta para o exercício social de 2024 x Remuneração proposta para o exercício social de 2025:

A remuneração global prevista para o exercício de 2025 representa uma redução de 15% em comparação ao valor proposto para o exercício social de 2024 de R\$ 207.245.172,67 (duzentos e sete milhões, duzentos e quarenta e cinco mil, cento e setenta e dois reais e sessenta e sete centavos).

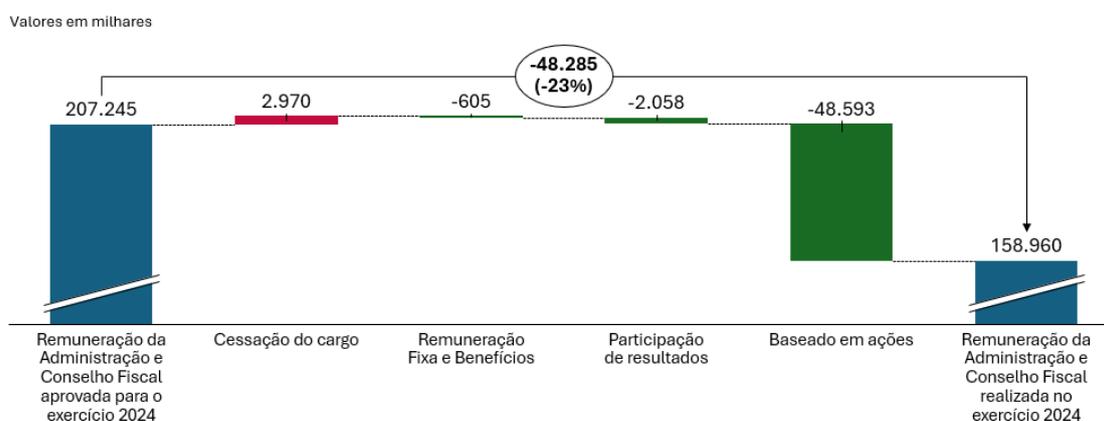
A Companhia ressalta que o montante projetado para 2024 foi impactado por despesas de natureza não recorrente, principalmente decorrentes da alteração na administração da Companhia em referido exercício. Para 2025, a previsão da remuneração global reflete a normalização desses efeitos extraordinários, resultando em um montante inferior ao estimado para o exercício anterior. Abaixo constam os principais efeitos que justificam a variação:



- Participação de Resultados: reajuste dos montantes de remuneração variável de curto prazo, considerando a prática de mercado.
- Bônus: considera os arranjos contratuais decorrentes da alteração na composição da administração.
- Cessação do cargo: considera os arranjos contratuais decorrentes da alteração na composição da administração.
- Remuneração Fixa e Benefícios: considera (i) reflexo da alteração na composição da administração e (ii) reajuste de salário e pró-labore previstos para o exercício 2025.
- Baseado em ações: considera (i) efeito decorrente da variação do valor da ação, (ii) previsão de novas outorgas de programas de ações para realização no exercício de 2025 e (iii) incentivos de longo prazo e gratificações concedidas em razão da alteração da administração conforme Fato Relevante divulgado em 28/02/2024.

Remuneração proposta para o exercício social de 2024 x Remuneração realizada no exercício social de 2024:

A Companhia aprovou na Assembleia Geral Ordinária de 2024 para tal exercício, o valor global, livre de tributos, de R\$ 207.245.172,67 (duzentos e sete milhões e duzentos e quarenta e cinco mil, cento e setenta e dois reais e sessenta e sete centavos) *versus* um dispêndio global com a remuneração da Administração (Conselho de Administração e Diretoria) e com os membros do Conselho Fiscal em referido exercício, no montante, livre de tributos, de R\$ 158.959.632,59 (cento e cinquenta e oito milhões, novecentos e cinquenta e nove mil, seiscentos e trinta e dois reais e cinquenta e nove centavos), livre de tributos, representando, portanto, R\$ 48.285.540,09 (quarenta e oito milhões, duzentos e oitenta e cinco mil, quinhentos e quarenta reais e nove centavos) a menos do que o originalmente aprovado. Abaixo constam os principais efeitos que justificam a variação:

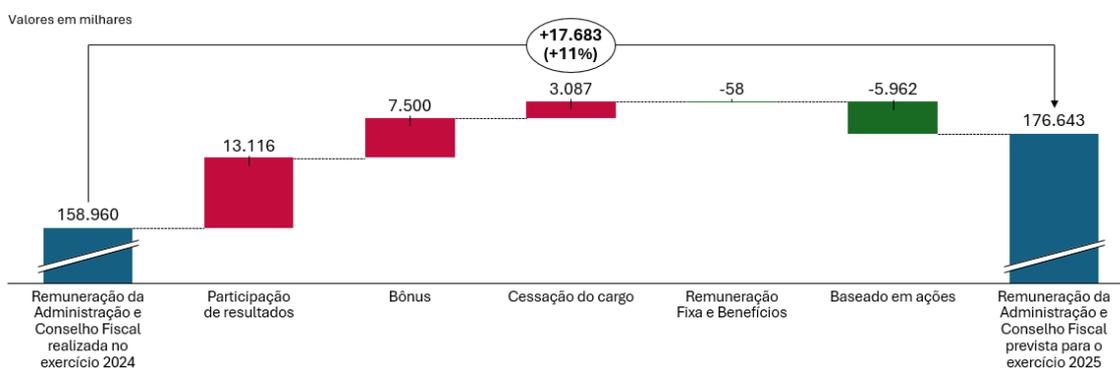


- Cessação do cargo: considera os arranjos contratuais decorrentes da alteração na composição da administração.
- Remuneração Fixa e Benefícios: considera reflexo da alteração na composição da administração.
- Participação de resultados: considera variação considerando a apuração final do programa.
- Baseado em ações: considera (i) variação do preço alvo previsto da ação frente ao realizado do período e (ii) reversão da provisão dos programas de ações, em razão da saída de executivos do quadro da diretoria estatutária.

Dessa forma, a variação observada reflete, majoritariamente, ajustes na remuneração variável, com destaque para os efeitos da reversão de provisões de Incentivo de Longo Prazo e a apuração do programa de incentivo de curto prazo. As despesas extraordinárias relacionadas à alteração na administração da Companhia foram compensadas pela redução nos demais componentes da remuneração global.

Remuneração realizada no exercício social de 2024 x Remuneração proposta para o exercício social de 2025:

A Companhia teve no exercício social de 2024 um dispêndio global com a remuneração da Administração (Conselho de Administração e Diretoria) e com os membros do Conselho Fiscal no montante, livre de tributos, de R\$ 158.959.632,59 (cento e cinquenta e oito milhões, novecentos e cinquenta e nove mil, seiscentos e trinta e dois reais e cinquenta e nove centavos) *versus* o valor global, livre de tributos, de R\$ 176.643.034,42 (cento e setenta e seis milhões, seiscentos e quarenta e três mil, trinta e quatro reais e quarenta de dois centavos) conforme submetido para aprovação da Assembleia Geral Ordinária, representando, portanto, R\$ 17.683.401,83 (dezesete milhões, seiscentos e oitenta e três mil, quatrocentos e um reais e oitenta e três centavos) a maior do que o exercício social de 2024. Abaixo constam os principais efeitos que justificam a variação:



- Participação de resultados: considera (i) a estimativa de atingimento superior ao target e (ii) o reajuste de valores, considerando a prática de mercado.
- Bônus: considera os arranjos contratuais decorrentes da alteração na composição da administração.
- Cessação do cargo: considera os arranjos contratuais decorrentes da alteração na composição da administração.
- Remuneração Fixa e Benefícios: considera (i) reflexo da alteração na composição da administração e (ii) reajuste de salário e pró-labore previstos para o exercício 2025.
- Baseado em ações: considera (i) previsão de novas outorgas de programas de ações para realização no exercício de 2025 e (ii) incentivos de longo prazo e gratificações concedidas em razão da alteração da administração conforme Fato Relevante divulgado em 28/02/2024.

Dessa forma, observa-se que o crescimento na remuneração prevista para o exercício de 2025 está fundamentalmente justificada devido eventos resultantes de alterações na composição da administração e estimativa de atingimento do programa de remuneração de curto prazo.

Estratégia da remuneração:

A remuneração fixa e a variável dos órgãos da administração da Companhia são estabelecidas, conforme padrões de mercado, por meio de pesquisas conduzidas por renomadas consultorias especializadas no tema e seguem detalhadas no Item IV desta Proposta, nos termos da Seção 8.1 do Formulário de Referência e da RCVM 81/22.

A remuneração da Administração da Companhia visa a compatibilizar o alinhamento dos administradores com os objetivos dos acionistas e com a estratégia e sustentabilidade da Companhia ao mesmo tempo em que procura compensar adequadamente tais executivos e manter e reconhecer profissionais de alta performance, com adequados *skills* e experiências de mercado e estimulando uma cultura meritocrática. Para tanto, procura-se equacionar as responsabilidades dos administradores, o tempo dedicado às funções, a competência, a reputação profissional e o valor de seus serviços no mercado com os honorários propostos e avaliados pelo Comitê de Nomeação e Remuneração.

Como prática de mercado e de acordo com os objetivos dos administradores, a estrutura de remuneração inclui componentes fixos e variáveis, sendo que os últimos abrangem incentivos de curto, médio e longo prazo da Companhia. Ambas as parcelas da remuneração variável atuam no alinhamento dos executivos com os objetivos dos acionistas e com a sustentabilidade da Companhia.

A remuneração variável a que pode fazer jus a Administração da Companhia corresponde, com relação ao Conselho de Administração, ao Plano de Ações com Performance (*Performance Shares*); e, com relação à Diretoria Estatutária, aos planos de incentivo de curto prazo como forma de recompensa pelo atingimento de metas que sustentem a estratégia de curto prazo da Companhia e de incentivo de longo prazo através do Plano de Outorga de Ações Fantasma (*Phantom Shares*), Plano de Outorga de Ações Restritas (*Performance Shares*) e a liquidação do Plano SAR (*Share Appreciation Rights*). Os planos de incentivo de longo prazo recompensam os administradores pelo atingimento de resultados que dão sustentação aos objetivos estratégicos de médio e longo prazo e a criação de valor para as partes interessadas, por meio da valorização das ações da Companhia.

Para maiores informações sobre esta matéria, vide documento constante do Item IV desta Proposta, nos termos da Seção 8 do Formulário de Referência e do Anexo C à Resolução CVM 81/22.

Informações Adicionais e Onde Encontrá-las

Os documentos previstos na Lei das S.A. e na Resolução CVM 81/22 foram apresentados à CVM na presente data, por meio do Sistema de Informações Periódicas (IPE) e encontram-se à disposição dos senhores acionistas na sede social da Companhia, no seu website de relações com investidores (www.suzano.com.br/ri), bem como no website da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (<http://www.b3.com.br>).

Em reforço ao seu compromisso com a sustentabilidade, a Suzano informa que, em 24 de março de 2025 disponibilizou na Central de Sustentabilidade e no site institucional da Companhia os principais indicadores, políticas e posicionamentos sobre o tema de sustentabilidade.

A Companhia também divulga anualmente as suas informações não-financeiras com base em frameworks e regulações de relato internacionalmente reconhecidos, como a Resolução CVM nº 59 de 22 de dezembro de 2021, Sustainability Accounting Standards Board (SASB), Global Reporting Initiative (GRI) e está alinhado às diretrizes das Divulgações Relacionadas ao Clima (IFRS S2, do International Financial Reporting Standards S2), publicadas pela International Sustainability Standards Board (ISSB), que incorporou as recomendações da Task Force on Climate-Related Financial Disclosures (TCFD).

Em 2025, a Companhia continua buscando atender ao interesse de orientação a voto em Assembleias, publicando tais informações antes do envio da Proposta da Administração para a Assembleia Geral Ordinária. A Central de Sustentabilidade e o Relatório de Sustentabilidade, com os dados correspondentes ao desempenho 2024, poderão ser acessados através do link <https://www.suzano.com.br/relatorios-de-sustentabilidade/relatorio-suzano-2024>.

Marcos Moreno Chagas Assumpção

Vice-Presidente Executivo de Finanças e Relações com Investidores

II. Comentários dos Diretores (Seção 2 do Anexo C à Resolução CVM 80/22)

2.1. Condições financeiras e patrimoniais

As informações anuais consolidadas da Companhia, as quais são apresentadas em todo o item 2 do Formulário de Referência, foram preparadas de acordo com as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e estão em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As informações contábeis intermediárias consolidadas da Companhia não auditadas, as quais também são apresentadas em todo o item 2 do Formulário de Referência, foram preparadas de acordo com o IAS 34 – Demonstração Intermediária emitido pelo IASB e com as práticas contábeis adotadas no Brasil para demonstrações intermediárias (Pronunciamento Técnico - CPC 21 – "Informações Financeiras Intermediárias"). Os dados contidos neste documento foram obtidos a partir das informações financeiras disponibilizadas à CVM. A Companhia informa, ainda, que, exceto de outra forma indicado, as informações contidas na seção 2 do Formulário de Referência foram elaboradas em milhões de reais e os saldos podem divergir devido a arredondamentos utilizados para manter a coerência do documento.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia estarão disponíveis no site da Companhia (<https://ri.suzano.com.br/>), no da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.br.com.br).

a) condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria entende que a Companhia possui condições financeiras e patrimoniais suficientes para cumprir suas obrigações de curto e médio prazos. A Companhia tem concentrado seus esforços na busca de linhas com prazos mais longos e custos mais competitivos.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023 a Companhia registrou, respectivamente, prejuízo líquido de R\$ 7.044,7 milhões e lucro líquido de R\$ 14.106,4 milhões. As variações no resultado em 2024 da Companhia devem-se, principalmente, ao resultado financeiro negativo de R\$ 28.802,1 milhões, substancialmente em virtude do resultado negativo de variação cambial não realizada e dos instrumentos financeiros derivativos em suas operações de hedge.

O EBITDA Ajustado no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 23.849,2 milhões, enquanto no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 18.273,0 milhões. A geração de caixa, medida pelo EBITDA, no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2024 reflete principalmente: (a) maior volume de vendas; (b) maior preço médio líquido de celulose em dólar; (c) a desvalorização do dólar médio em relação ao real. O EBITDA Ajustado foi calculado considerando o Lucro Antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, subtraídos os ajustes de itens não recorrentes, conforme detalhado no item 2.5 do Formulário de Referência.

O patrimônio líquido da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 32.415,5 milhões e em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 44.810,3 milhões. A variação ocorreu principalmente devido ao prejuízo líquido do exercício de R\$ 7.044,7 milhões e a distribuição de juros sobre capital próprio de R\$ 2.500,0 milhões, contra as reservas de lucro da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia tinha uma posição de caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras de R\$ 22.382,3 milhões e em 31 de dezembro de 2023 era de R\$ 21.613,2 milhões. Em 31 de dezembro de 2024, a dívida líquida era de R\$ 79.053,2 milhões (US\$ 12.766 milhões) versus R\$ 55.560,5 milhões (US\$ 11.476 milhões) observados em 31 de dezembro de 2023. Os principais fatores que explicam o aumento da dívida líquida referem-se (i) variação cambial do período;

(ii) CAPEX de expansão; (ii) recompra de ações e distribuição de juros sobre capital próprio; e (iv) os investimentos em florestas as aquisições da participação na Lenzing e dos ativos da Pactiv Evergreen.

Ao longo de 2024 a Companhia aumentou sua dívida líquida em dólar em 11%, encerrando o ano com alavancagem de 2,9x em dólar, medida pela dívida líquida/EBITDA ajustado dos últimos 12 (doze) meses. Em 31 de dezembro de 2023, o índice foi de 3,1x em dólar.

b) estrutura de capital

A Diretoria entende que na data de 31 de dezembro de 2024, a estrutura de capital da Companhia, conforme descrita e detalhada abaixo, apresenta níveis adequados de alavancagem. A Diretoria acompanha constantemente a relação entre capital próprio e capital de terceiros da Companhia, visando a manutenção de uma relação que propicie maior retorno ao capital investido pelos acionistas da Companhia, sem depreciação de sua liquidez, e garantindo a sustentabilidade de seu negócio no longo prazo.

O percentual do capital composto por capital próprio (Patrimônio Líquido dividido pelo Passivo Total) era de 19,5% em 31 de dezembro de 2024 e 31,2% em 31 de dezembro de 2023.

O percentual do capital composto por capital de terceiros (Passivo Exigível dividido pelo Passivo Total) era de 80,5% em 31 de dezembro de 2024 e 68,8% em 31 de dezembro de 2023.

Não há previsão no Estatuto Social da Companhia de resgate de ações.

Historicamente, a Companhia financia suas operações a partir de uma combinação de recursos decorrentes: (i) de suas atividades operacionais; (ii) de investimentos dos seus acionistas; e (iii) de empréstimos e financiamentos contraídos junto ao mercado financeiro.

	Consolidado			
	(valores expressos em milhões de reais)			
	Em 31 de dezembro de			
		AV-%		AV-%
	2024	(1)	2023	(1)
Capital de terceiros (passivo circulante e não circulante) ⁽²⁾	133.520,5	80,5%	98.782,7	68,8%
Capital próprio (patrimônio líquido)	32.415,5	19,5%	44.810,3	31,2%
Capital Total (terceiros + próprio)	165.936,0	100%	143.593,0	100%

Análise vertical (1)

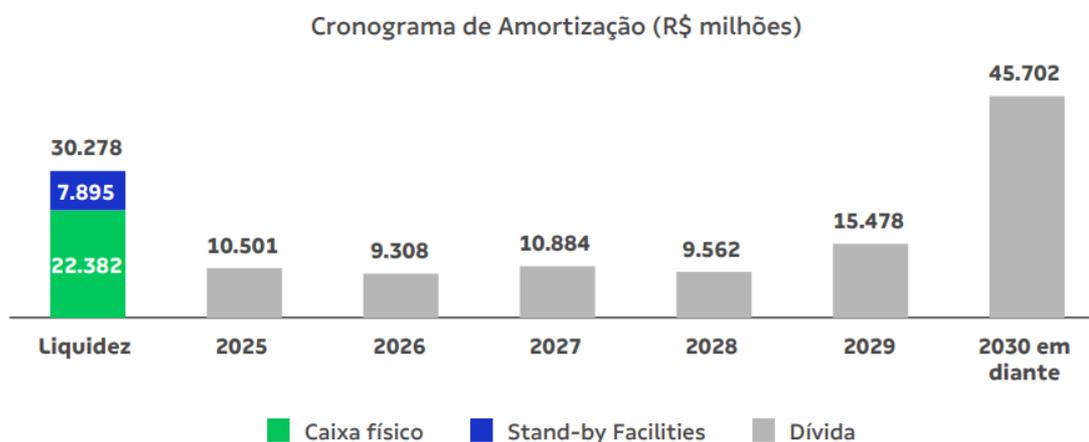
Inclui o saldo de passivos relacionados a ativos não circulantes mantidos para a venda (2)

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A política de captação de recursos e gestão de caixa da Companhia é orientada pelo conceito de “horizonte de liquidez”, que fornece a medida de tempo durante o qual os recursos disponíveis em caixa, somados à geração de caixa operacional e os recursos provenientes de financiamentos contratados e não desembolsados, estimada em condições desfavoráveis de mercado, são capazes de suportar o pagamento de todas as obrigações contratadas para o período, incluindo todas as amortizações de principal e juros de financiamentos no curto prazo.

O saldo disponível de Caixa em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 30.278 milhões – sendo R\$ 22.382 milhões em caixa e R\$ 7.895 milhões em stand-by facilities, de modo que é capaz de suportar os

próximos 3 (três) anos de dívida de longo prazo, que somam, no total, R\$ 30.694 milhões. Abaixo a representação gráfica do cronograma de amortização para o exercício de 2024.



Para os vencimentos acima desses períodos, devemos considerar uma estimativa de geração de caixa operacional. Mais informações sobre a relação de dívida de longo prazo e caixa da Companhia estão demonstradas no item 2.1(f) abaixo.

Pelo exposto, a Diretoria trabalha com o compromisso de manter o equilíbrio econômico-financeiro da Companhia, e, para isso, conta com os recursos existentes, a geração de caixa operacional, o acesso aos mercados de capitais e de financiamentos a custos competitivos, além de diversas alternativas analisadas pela Companhia sempre que necessário. Os diretores da Companhia acreditam que o fluxo de caixa operacional, somado às disponibilidades, são suficientes para atender aos compromissos financeiros contratados.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 e no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia cumpriu integralmente seus compromissos.

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A Companhia capta recursos, quando necessário, por meio de contratos financeiros, os quais são empregados no financiamento das necessidades de capital de giro da Companhia e investimentos de curto e médio prazo, bem como na manutenção de disponibilidades de caixa em nível que a Companhia acredita ser apropriado para o desempenho de suas atividades.

O financiamento de capital de giro, conforme demonstrado no quadro de Financiamentos e Empréstimos no item 2.1(i), foi realizado via operações de financiamento de exportações, que permitem o casamento dos fluxos de recebimentos de exportações com os fluxos de pagamentos destes financiamentos, trazendo como vantagem adicional a proteção dos recebíveis de exportações contra o risco de variação cambial, e por meio de operações de *forfaiting* e descontos de carta de crédito, quando oportuno.

Para o financiamento de projetos, a Companhia contratou empréstimos de bancos de desenvolvimento e de outras instituições de financiamento direcionadas a projetos que oferecem condições competitivas, incluindo prazos de pagamentos de principal e juros compatíveis com os fluxos de retornos dos projetos, de modo a evitar que sua implementação pressione a capacidade de pagamento da Companhia.

A Companhia também utilizou, como alternativas de financiamento, as emissões de *Senior Notes (bonds)* de exercícios anteriores a 2024, como colocação de títulos de dívida no mercado internacional e debêntures, e a colocação de títulos de dívida no mercado nacional.

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia possui alto nível de liquidez e uma geração interna de caixa consistente, que, juntamente com o acesso ao mercado de capitais, conforme apontado nos itens “2.1.a” e “2.1.b”, são suficientes para equacionar satisfatoriamente seus compromissos de curto e médio prazo.

Se houver eventuais descasamentos das disponibilidades com os montantes com vencimento no curto prazo, a Companhia poderá contratar novas linhas de crédito para capital de giro e para investimentos, sendo essas linhas de créditos tratadas caso a caso.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Os financiamentos e empréstimos consolidados da Companhia em 31 de dezembro de 2024, e no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentavam as seguintes fontes (em milhares de Reais):

	Indexador	Taxa média anual de juros em 31/12/2024	Vencimentos	Consolidado	
				31/12/2024	31/12/2023
Imobilizado					
BNDDES - FINEM ^{(a)(b)(c)}	Taxa fixa TJLPITLPISELIC	14,19%	2025 a 2044	6.080.006	4.356.575
Arrendamento mercantil financeiro USD	US\$/SOFR	18,06%	2025 a 2029	435.553	282.123
Arrendamento mercantil financeiro BRL	BRL/CDI	3,71%	2025 a 2029	75.383	88.272
				<u>6.590.942</u>	<u>4.726.970</u>
Capital de giro:					
Financiamentos de exportação USD ^(f)	US\$/SOFR	5,38%	2025 a 2029	22.520.542	17.178.143
Financiamentos de exportação BRL ^(g)	BRL/Taxa fixa	-	-	0	791.306
Senior Notes ^(e)	US\$/CNHTaxa fixa	4,95%	2025 a 2047	53.417.001	40.964.373
Crédito de Produtor Rural ^(h)	CDI	14,99%	2025 a 2030	2.415.679	2.203.123
Debêntures ^(d)	CDI/ IPCA	15,41%	2028 a 2038	9.859.547	8.428.743
IFC - International Finance Corporation ⁽ⁱ⁾	US\$/ SOFR	6,01%	2027 a 2030	5.846.157	2.872.130
ECA - Export Credit Agency ^(j)	US\$/ SOFR	6,30%	2028 a 2034	777.879	0
Outros ^(l)	-	-	-	7.785	7.905
				<u>94.844.590</u>	<u>72.445.723</u>
				<u>101.435.532</u>	<u>77.172.693</u>
Parcela circulante (inclui juros a pagar)				10.501.387	1.232.810
Parcela não circulante				90.934.144	75.939.883

Com relação aos contratos de empréstimos e financiamento relevantes acima descritos, a Diretoria aponta que:

a) Se a Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP") exceder 6% ao ano, a porção excedente é incluída dentro do principal e sujeita aos juros. As transações sujeitas a Taxa de Longo Prazo ("TLP") são compostas pelo IPCA e uma taxa fixa de juros do BNDDES.

b) Empréstimos e financiamentos são garantidos, dependendo do contrato, por (i) hipotecas da fábrica; propriedades rurais; (iii) alienação fiduciária do bem que está sendo financiado; (iv) garantia dos acionistas; e (v) garantia (fiança) bancária.

c) Considera saldo de juros referente aos saldos de créditos não sacados e outras dívidas de coligadas.

d) Em março de 2017, a Suzano Áustria emitiu *Senior Notes* no valor de US\$ 300 milhões com vencimento em 16 de março de 2047, com pagamento de juros semestrais de 7,00% ao ano e retorno final para os investidores de 7,38% ao ano. Adicionalmente, no último trimestre de 2017, a Suzano por meio de sua subsidiária Suzano Trading, recomprou *Senior Notes* no valor de US\$ 456 milhões e, através da Suzano Áustria, reabriu as emissões de *Senior Notes* nos montantes de (i) US\$ 200 milhões, com vencimento em 14 de julho de 2026, e juros correspondentes a 4,62% ao ano, a serem pagos semestralmente, nos meses de janeiro e julho, e (ii) US\$ 200 milhões com vencimento em 16 de março

de 2047, com juros correspondentes a 6,30% ao ano, a serem pagos semestralmente nos meses de março e setembro. Em setembro de 2018, houve uma nova emissão de *Senior Notes*, no valor de US\$ 1,0 bilhão, com juros de 6,00% ao ano e vencimento em 2029. Em novembro de 2018, a Suzano Áustria reabriu a emissão de *Senior Notes* com vencimento em 16 de março de 2047 no montante de US\$ 500 milhões, com juros correspondentes a 6,85% ao ano, a serem pagos semestralmente nos meses de março e setembro. Em fevereiro de 2019, a Suzano Áustria reabriu a emissão de setembro de 2018, com taxa de juros fixa de 6,00% a.a., no valor de US\$ 750 milhões, com vencimento em 2029. Em maio de 2019, a Suzano Áustria reabriu a emissão de março de 2017 com valor de US\$ 250 milhões com vencimento em 2047 e pagamento de juros semestrais de 7,00% ao ano e emitiu *Senior Notes* no valor de US\$ 1 bilhão com vencimento em janeiro de 2030, pagamento de juros semestrais de 5,00% ao ano. Em setembro de 2020, a Suzano Áustria emitiu *Global Notes* no valor de US\$ 750 milhões com vencimento em 2031 e pagamento de juros semestrais de 3,75% ao ano até a partir de 15 de janeiro de 2021, e 4,00% a partir de 16 de julho de 2026. Em novembro de 2020, a Suzano Áustria reabriu a *Global Notes* com vencimento em 2031, emitida dois meses antes, no valor de US\$ 500 milhões e as mesmas condições contratuais descritas anteriormente. Em 1 de julho de 2021, a Suzano Áustria, emitiu *Senior Notes* no valor de US\$1 bilhão com vencimento em 15 de janeiro de 2032, com pagamento de juros semestrais de 3,125% ao ano e retorno final para os investidores de 3,280% ao ano. Em 8 de setembro de 2021, a Suzano Áustria, emitiu *Senior Notes* no valor de US\$500 milhões com vencimento em 15 de setembro de 2028, com pagamento de juros semestrais de 2,50% ao ano e retorno final para os investidores de 2,70% ao ano. Em 15 de novembro de 2024, a Companhia efetuou a emissão de Panda Bonds na China, no valor de CNY 1.200.000 (equivalentes a US\$ 166.000 e R\$ 960.891), ao custo fixo de 2,8% a.a. e prazo total de três anos. Os Panda Bonds foram certificados como títulos verdes de acordo com a análise do China Green Bond Standard Committee. A Suzano, voluntariamente, obteve também avaliação de parte independente pela Sustainalytics US Inc. (Second Party Opinion), que assegura que a destinação dos recursos objeto desta operação está aderente aos Green Bond Principles publicados pelo International Capital Markets Association (ICMA).

e) Em fevereiro de 2019, a Companhia, celebrou um contrato de pré-pagamento de exportação no valor de R\$ 738,8 milhões com pagamento de juros anuais pré-fixados de 8,35% a.a. e amortização do principal em fevereiro de 2024.

f) Em junho de 2019, a Companhia, através de suas subsidiárias Fibria Overseas Finance e Suzano International Trade, contratou um empréstimo sindicalizado no valor de US\$ 750 milhões com pagamento de juros trimestrais e amortização do principal entre março de 2024 e junho de 2025. Em 14 de fevereiro de 2020, a Companhia, por meio de suas subsidiárias integrais Suzano Pulp and Paper Europe S.A., Suzano Austria GmbH e Fibria Overseas Finance Ltd., celebrou um contrato de pré-pagamento de exportação sindicalizado no montante de US\$ 850 milhões, com pagamentos trimestrais de juros e vencimento em fevereiro de 2026. Em 10 de fevereiro de 2021, a Companhia, através de sua subsidiária Suzano Europa, contratou um empréstimo sindicalizado vinculado à sustentabilidade, no valor de US\$1.570 milhões, com pagamento de juros trimestrais e amortização do principal entre março de 2015 e março de 2027. Em 15 de fevereiro de 2024, a Companhia liquidou parcialmente, de forma antecipada, um pré-pagamento de exportação, junto a diversos bancos (operação sindicalizada), no valor total de US\$ 620.000 (equivalentes a R\$ 3.209.057 (principal e juros)). O valor residual da operação manteve seu vencimento original em fevereiro de 2026 com taxa flutuante em SOFR + 1,41% a.a. Em 15 de fevereiro de 2024, a Companhia efetuou, junto a um sindicato de bancos no exterior, a captação de um pré-pagamento de exportação (“PPE”) com valor de US\$ 780.000 (equivalentes a R\$ 3.877.380), com taxa flutuante em SOFR + 1,65% a.a. (acrescendo 0,05% ao ano até o vencimento), com vencimento final em fevereiro de 2029, como parte do processo de rolagem de um PPE parcialmente liquidado na mesma data. Em 17 de maio de 2024, a Companhia efetuou a rolagem do ACC de valor US\$100.000 (equivalentes a R\$ 511.570) indexado pela taxa fixa de 6% a.a. e com vencimento original em 17 de maio de 2024, para uma nova taxa de 6,46% a.a. com novo vencimento em 19 de maio de 2025. Em 05 de junho de 2024, a Companhia captou junto ao banco BNP um ACC no valor de US\$ 15.000 (equivalentes a R\$ 79.262) indexados pela taxa fixa de 6,43% a.a., com vencimento em 09 de junho de 2025. Em 21 de junho de 2024, a Companhia efetuou a rolagem do ACC de valor US\$ 35.000 (equivalentes a R\$ 190.456) indexado pela taxa fixa de 6,52% a.a. e com vencimento original em 21 de junho de 2024, para uma nova taxa de 6,54% a.a. com novo vencimento em 21 de maio de 2025.

g) Em 15 de setembro de 2019, a Companhia realizou a 8ª emissão de debêntures não conversíveis em ações da espécie quirografária, no valor de R\$ 750.000.000,00, com juros remuneratórios correspondentes a 100% da taxa DI acrescida de 1,20%, com pagamentos semestrais, e pagamento do valor nominal unitário em uma única parcela com vencimento em 15 de setembro de 2028. Em 29 de junho de 2023, a Companhia captou debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, as quais foram objeto de oferta pública de distribuição no valor total de R\$ 1.000.000. A debênture é composta por duas partes: (i) montante R\$ 500.000 ao custo de IPCA + 6,0188% a.a. e prazo total de sete anos, com vencimento único em 15 de junho de 2030; e (ii) montante R\$ 500.000 ao custo de IPCA + 6,2477% a.a. e prazo total de dez anos, com vencimento único em 15 de julho de 2033. Em 18 de setembro de 2023, a Companhia captou debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, as quais foram objeto de oferta pública de distribuição no valor total de R\$ 2.000.000, com taxa correspondente a IPCA + 6,1889% a.a. com prazo de 15 anos, com vencimento em 15 de setembro de 2038. Em 7 de junho de 2024, a Companhia liquidou, de forma antecipada, a 6ª emissão de debênture, junto ao banco Bradesco, no valor total de R\$ 4.926.631 (principal e juros), como parte da estratégia de uma rolagem de dívida. O vencimento original da debênture era em junho 2025 e junho de 2026 e a taxa de 112,5% do CDI a.a. Em 29 de maio de 2024, a Companhia captou debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em três séries, no valor total de R\$ 5.900.000, como parte de uma estratégia de rolagem de dívida. A debênture é composta por três partes: (i) montante R\$ 1.000.000 ao custo de CDI + 0,8% a.a. e prazo total de oito anos, com vencimento único em 15 de maio de 2032; (ii) montante R\$ 4.000.000 ao custo de CDI + 1,0% a.a. e prazo total de dez anos, com vencimento único em 15 de maio de 2034 e (iii) montante de R\$ 900.000 ao custo de IPCA + 6,11% a.a. e prazo total de doze anos, com vencimento único em 15 de maio de 2036

h) Em 22 de dezembro de 2022, a Companhia concluiu a contratação de uma nova linha de crédito (“A&B Loan”) que será financiado pelo IFC e um sindicato de bancos comerciais, em um montante total de US\$600.000 (equivalentes a R\$ 2.891.520). O financiamento é composto pelas seguintes partes: (i) “A-loan”, no montante de US\$250.000 (equivalentes a R\$1.204.800) com recursos próprios do IFC, ao custo de Term SOFR + 1,80% a.a. e prazo total de oito anos, com carência de principal de seis anos; e (ii) “B-Loan”, um empréstimo sindicalizado no valor de US\$350.000 (equivalentes a R\$1.686.720) ao custo de Term SOFR + 1,60% a.a. e prazo total de sete anos, com carência de principal de cinco anos. Essa linha de crédito foi totalmente utilizada até 30 de junho de 2023. A operação de crédito possui indicadores de performance de sustentabilidade (KPIs) associados a metas de: (a) redução de intensidade de emissões de gases de efeito estufa (GEE); e (b) aumento da representatividade de mulheres ocupando posição de liderança na Companhia. Os recursos serão destinados ao Projeto Cerrado. No dia 14 de dezembro de 2023, a Companhia concluiu a contratação de um valor adicional, denominado como “B-Loan Tranche 2”, um empréstimo sindicalizado no valor de US\$195.000 (equivalentes a R\$953.784) ao custo de Term SOFR + 1,80% a.a. e prazo total de oito anos, com carência de principal de seis anos. Em 31 de dezembro de 2023, o valor ainda não havia sido sacado. Em 10 de dezembro de 2024, a Companhia efetuou o saque do montante disponível em linha de crédito junto ao IFC e um sindicato de bancos comerciais, no montante de US\$350.000 (equivalente a R\$ 2.118.515). O financiamento é composto pelas seguintes partes: (i) “B-loan - tranche 1”, no montante de US\$105.000 (equivalentes a R\$635.554), ao custo de Term SOFR + 1,60% a.a. e prazo total de cinco anos, com carência de principal de três anos; e (ii) “B-Loan – tranche 2”, no valor de US\$ 245.000 (equivalentes a R\$ 1.482.961) ao custo de Term SOFR + 1,80% a.a. e prazo total de seis anos, com carência de principal de quatro anos. A operação de crédito possui indicadores de performance de sustentabilidade (KPIs) associados a metas de: (a) redução de intensidade de emissões de gases de efeito estufa (GEE); e (b) aumento da representatividade de mulheres ocupando posição de liderança na Companhia. Os recursos serão destinados ao Projeto Cerrado.

i) Em 27 de junho de 2023, a Companhia captou junto ao BNDES o valor de R\$500.000 indexados pela taxa de juros Taxa de Longo Prazo (“TLP”), mais juros fixos de 1,65% a.a., com 7 (sete) anos de carência de principal e vencimento em dezembro de 2037. Os recursos foram destinados a projetos da área florestal. Em 20 de outubro de 2023, a Companhia captou junto ao BNDES o valor de R\$539.000 indexados pela TLP, mais juros fixos de 1,65% a.a., com 7 (sete) anos de carência de principal e vencimento em dezembro de 2037. Os recursos foram destinados a projetos da área florestal. Em 30 de outubro de 2023, a Companhia captou junto ao BNDES o valor de R\$100.000 indexados pela TLP, mais juros fixos de 1,75% a.a., com 1 (um) ano de carência de principal e vencimento em outubro de 2042. Os recursos foram destinados a projetos da área industrial. Em 28 de dezembro de 2023, a Companhia captou junto ao BNDES o valor de R\$ 100.000 indexados pela TLP, mais juros fixos de 1,75% a.a., com 2 (dois) anos de carência de principal e vencimento em dezembro de 2043. Os recursos foram destinados a projetos da área industrial. Em 27 de junho de 2024, a Companhia captou junto ao BNDES o valor de R\$ 65.000 indexados pela taxa de juros Taxa de Longo Prazo (“TLP” – 5,56% a.a.), mais juros fixos de 1,75% a.a., com 1 (um) ano de carência de principal e vencimento final em dezembro de 2043. Os recursos foram destinados a projetos da área industrial. Em 26 de agosto de 2024, a Companhia captou junto ao BNDES o valor de R\$ 1.110.000 indexados pela taxa de juros Taxa de Longo Prazo (“TLP” - 5,48% a.a.), mais juros fixos de 1,75% a.a., com 7 (sete) anos de carência de principal e vencimento final em maio de 2044. Os recursos foram destinados a projetos da área florestal. Em 16 de outubro de 2024, a Companhia captou junto ao BNDES o valor de R\$32.000 indexados pela taxa de juros Taxa de Longo Prazo (“TLP” – 5,27% a.a.), mais juros fixos de 1,75% a.a., com vencimento final em outubro de 2042. Os recursos foram destinados a projetos da área industrial. Em 8 de novembro de 2024, a Companhia captou junto ao BNDES o valor de R\$ 154.000 indexados pela taxa de juros Taxa de Longo Prazo (“TLP” – 5,23% a.a.), mais juros fixos de 1,65% a.a., com vencimento final em dezembro de 2037. Os recursos foram destinados a projetos da área florestal. Em 20 de dezembro de 2024, a Companhia captou junto ao BNDES o valor de R\$ 61.000 indexados pela taxa referencial (“TR”), mais juros fixos de 2,24% a.a., com carência de 1 (um) ano e vencimento final em dezembro de 2040. Os recursos foram destinados a projetos de inovação tecnológica. Em 26 de dezembro de 2024, a Companhia captou junto ao BNDES o valor de R\$208.981 indexados pela variação cambial do dólar americano em relação ao Real, mais juros fixos de 1,65% a.a., com carência de um ano e meio e vencimento final em dezembro de 2044. Os recursos foram destinados a projetos da área industrial.

j) Em 9 de agosto de 2023, a Companhia liquidou, de forma antecipada, uma nota de crédito rural e duas notas de crédito de exportação, junto ao banco Safra, no valor total de R\$1.615.500 (principal e juros), como parte da estratégia de rolagem de dívida. Os vencimentos originais das dívidas eram em junho e agosto de 2026, e as taxas entre CDI + 0,99% a.a. e CDI + 1,03% a.a. Na mesma data, a Companhia efetuou, junto ao banco Safra, a captação de uma nota de crédito rural no valor de R\$2.000.000 com taxa pós fixada em CDI + 1,25% a.a., com vencimento final em agosto de 2030. Em 28 de março de 2024, a Companhia efetuou, junto ao banco Safra, a captação de uma cédula de produto rural (CPR) no valor de R\$200.000 com taxa pós-fixada de 100% do CDI, com vencimento final em março de 2025.

k) Em 30 de abril de 2024, a Companhia efetuou, junto ao EDC a captação de um financiamento no valor de US\$ 125.000 (equivalentes a R\$ 646.475) com taxa flutuante de SOFR + 1,74%, com vencimento final em abril de 2031.

Outros Contratos Financeiros

Em fevereiro de 2020 e fevereiro de 2021, a Companhia firmou junto ao Banco Credit Agricole Brasil S.A. contratos para operações de derivativos, no volume total de US\$ 716 milhões, com a incidência de juros de, 1,765% a.a. e 2,35% a.a. (em USD) e vencimentos em, fevereiro 2026 e março de 2027.

Em fevereiro 2020, a Companhia firmou junto ao Rabobank contratos para operações de derivativos, no volume total de US\$ 56 milhões, com a incidência de juros de 2,59% a.a. (em USD) e vencimento em fevereiro 2026. Em janeiro de 2024 foram contratadas operações de swap com volume de R\$ 496 milhões, taxa de juros de SOFR + 2,28% e SOFR + 2,29% e vencimento em 2030. Também foram contratadas em setembro de 2024 operações de swap com volume de US\$ 100 milhões, taxa de juros 4,61% a.a. (em USD) e 4,93% a.a. (em USD) e vencimentos em 2027 e 2029.

No março de 2020, a Companhia firmou junto ao Banco Santander (Brasil) S.A. contrato para operação de derivativos, no volume total de US\$ 50 milhões, com a incidência de juros de 1,76% a.a. (em USD) e vencimento em junho 2025. Em novembro de 2022 foram contratados swaps com volume de R\$ 647 milhões e taxa de juros entre 83,7% e 84,1% do CDI com vencimentos em novembro de 2034. Em abril e junho de 2023 foram contratadas operações de swap com volume de R\$ 1,15 bilhão, taxa de juros entre 107,59% e 110,70% do CDI e vencimentos em 2030, 2033, 2037 e 2038. Em dezembro de 2024 foram contratadas operações de swap com volume de R\$ 592 milhões, taxa de juros de 97,45% do CDI, 99,2% do CDI e 100,3% do CDI e vencimentos entre 2043 e 2044.

Em março 2020, a Companhia firmou junto ao Banco Itaú Unibanco S.A. contratos para operações de derivativos, no volume total de US\$ 100 milhões, com a incidência de juros de 1,76% a.a. e 1,785% a.a. (em USD) e vencimentos em junho de 2025. Em maio de 2024 foi contratada operação de swap com volume de R\$ 900 milhões, taxa de juros de 99,1% do CDI e vencimento em 2036. Também foram contratadas em maio, setembro e outubro de 2024 operações de swap com volume de US\$ 360 milhões, taxa de juros de 4,9% a.a. (em USD), 5,03% a.a. (em USD), 4,61% a.a. (em USD), 4,61% a.a. (em USD) e 99,4% do CDI e vencimentos em 2025, 2027, 2029, 2030 e 2031.

No março de 2020, a Companhia firmou junto ao Bank of America contrato para operação de derivativos, no volume total de US\$ 50 milhões, com a incidência de juros de 1,77% a.a. (em USD) e vencimento em junho 2025. No ano de 2023 foram contratados junto ao banco swaps no volume de US\$ 100 milhões com juros entre SOFR+2,33% e SOFR+2,34% e vencimentos em setembro 2028. Em janeiro, maio e setembro de 2024 foram contratadas operações de swap com volume de US\$ 300 milhões, taxa de juros de SOFR + 2,3%, 5,03% a.a. (em USD), 4,97% a.a. (em USD), 4,96% a.a. (em USD) e 100,25% do CDI e vencimento em 2025, 2029 e 2030. Também foi contratada em novembro de 2024 operação de swap com volume de CNH\$ 1,2 bilhão, taxa de juros entre 4,65% a.a. (em USD) e vencimentos em 2027.

Em março de 2021, a Companhia contratou junto ao Banco J.P. Morgan S.A. swap com volume de US\$ 300 milhões com juros de 2,5195% (em USD) com vencimentos em março de 2027. Em agosto de 2023 foi contratado junto ao banco um swap com volume de US\$ 151 milhões, com juros de SOFR+1,63% e vencimento em janeiro de 2029. Em janeiro, setembro e outubro de 2024 foram contratadas operações de swap com volume de US\$ 275 milhões, taxa de juros de SOFR +2,27%, SOFR + 2,19%, 4,63%, 5,02% e 4,86% e vencimentos em 2027, 2030 e 2031.

No novembro de 2022, a Companhia firmou junto ao Banco XP um contrato para operações de derivativos, no volume total de R\$ 250 milhões, com a incidência de juros de 77,95% do CDI e vencimento em maio de 2036. No ano de 2023 foram feitas operações de swap junto ao banco no volume de R\$ 1,28 bilhão, com taxa de juros entre 107,39% e 110,25% do CDI com vencimentos em 2030, 2033, 2037 e 2038. Em agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro de 2024 foram contratadas operações de swap com volume de R\$ 1,7 bilhões, taxa de juros de 86,7% do CDI, 100,37% do CDI, 100,85% do CDI, 101,2% do CDI, 101,4% do CDI e 103,55% do CDI e vencimento em 2028, 2037, 2042 e 2044.

Em julho 2023, a Companhia firmou junto ao banco Votorantim um contrato para operação de derivativos, no volume total de R\$ 225 milhões, com a incidência de juros de 109,18% do CDI e vencimento em junho 2030.

Em setembro 2023, a Companhia firmou junto ao banco ABC Brasil contratos para operações de derivativos, no volume total de R\$ 500 milhões, com a incidência de juros de 107,6% e 107,85% do CDI e vencimento em setembro 2038.

Em setembro de 2023, foram contratadas junto ao Banco Bradesco S.A., um volume de R\$ 250 milhões em swaps com juros de 107,48% do CDI com vencimento em setembro de 2038. Em maio e junho de 2024 foram contratadas operações de swap com volume de R\$ 5 bilhões, taxa de juros entre 6,20% a.a.(em USD), SOFR 3m + 2,25% e 6,31% (em USD) e vencimentos em 2032 e 2034. Também foram contratadas em setembro de 2024 operações de swap com volume de US\$ 200 milhões, taxa de juros entre 5,07% a.a. (em USD) e 5,08% a.a. (em USD) e vencimentos em 2029 e 2030

Em outubro 2023, a Companhia firmou junto ao Banco do Brasil contratos para operações de derivativos, no volume total de R\$ 520 milhões, com a incidência de juros entre 6,78% e 6,8% a.a. (em USD) e vencimentos em setembro 2028. Em janeiro e junho de 2024 foram contratadas operações de swap com volume de R\$ 2 bilhões, taxa de juros de 5,45% a.a. (em USD), 5,9% a.a. (em USD), 5,92% a.a. (em USD) e 5,95% a.a. (em USD) e vencimento em 2028, 2030 e 2036

Em janeiro de 2024, a Companhia firmou junto ao Macquarie Group contratos para operações de derivativos, no volume total de R\$ 621 milhões, com a incidência de juros de SOFR + 2,25%, SOFR + 2,27% e SOFR + 2,29% e vencimento em 2030.

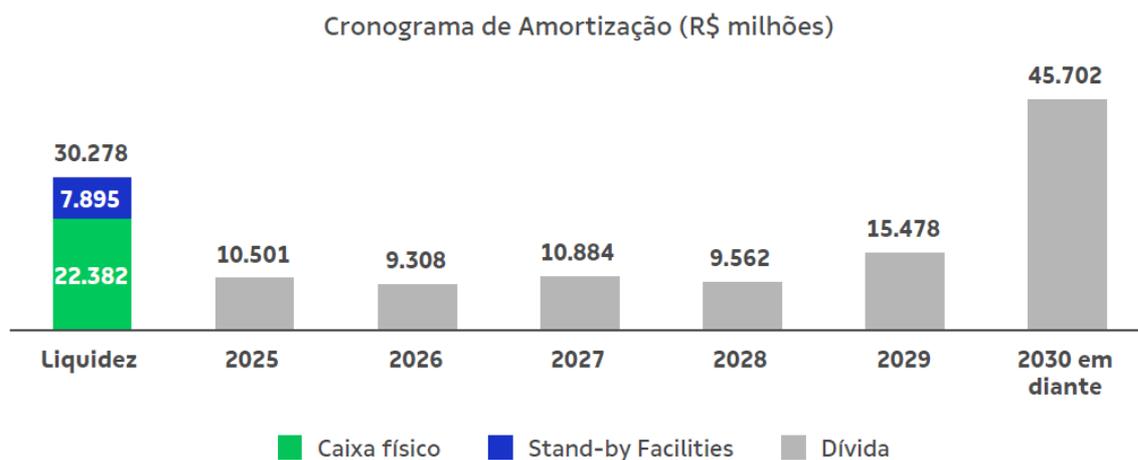
Em janeiro de 2024, a Companhia firmou junto ao banco Societe Generale Brasil S.A contrato para operação de derivativos, no volume total de US\$ 52 milhões, com a incidência de juros de SOFR + 2,25% e vencimento em 2030

Em junho de 2024 a Companhia firmou junto ao Banco Morgan Stanley S.A. um swap junto ao banco com volume de US\$ 15 milhões com juros de 99,49% do CDI com vencimento em junho de 2025.

Em outubro, novembro e dezembro de 2024 a Companhia firmou junto ao banco Goldman Sachs operações de swap com volume de R\$ 854 milhões, taxa de juros de 99,8% do CDI, 100,9% do CDI, 102,1% do CDI, 102,5% do CDI, e vencimento em 2037 e 2044. Também foi contratada em janeiro de 2024 operação de swap com volume de US\$ 46 milhões, taxa de juros de SOFR +2,23% e vencimentos em 2028.

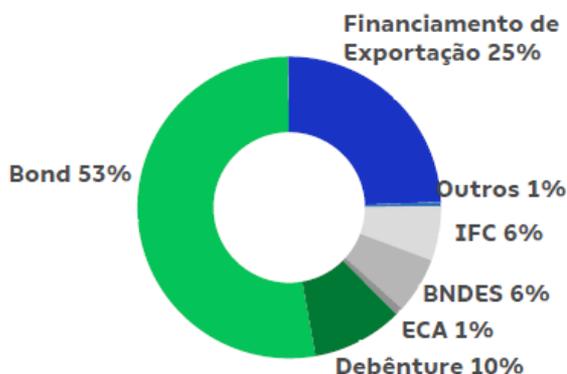
Amortizações

O cronograma de amortização das obrigações financeiras vigentes em 31 de dezembro de 2024, assim como a exposição do endividamento da Companhia por indexadores, é apresentado abaixo:

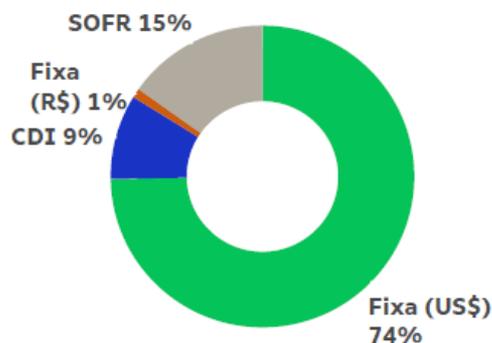


Exposição por Instrumentos e Indicadores em 31 de dezembro de 2024

Exposição por instrumento



Exposição por Indicador¹



¹ Considera a parcela da dívida com swap para taxa fixa em moeda estrangeira. A exposição na dívida original era: Fixa (US\$) – 53%, SOFR – 27%, CDI – 11%, Outros (Fixa R\$, IPCA, TJLP, outros) – 9%.

(ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Embora não haja outros contratos relacionados a dívida além do descrito acima, a Companhia mantém relações comerciais com os principais agentes financeiros no mercado, visando o pronto acesso a linhas de crédito para eventuais demandas de capital de giro e financiamento de investimentos.

(iii) grau de subordinação entre as dívidas

Em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023, o endividamento da Companhia era composto por dívidas com garantia real e dívidas quirografárias, não havendo qualquer cláusula contratual de subordinação. Dessa forma, em eventual concurso universal de credores, a subordinação entre as obrigações registradas nas demonstrações financeiras dar-se-á na seguinte ordem, de acordo com a Lei n.º 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, conforme alterada: (i) créditos trabalhistas; (ii) créditos com garantia real até o limite do valor do bem gravado; (iii) créditos tributários; (iv) créditos com privilégio especial conforme previsto na Lei n.º 11.101/2005; (v) créditos com privilégio geral conforme previsto na Lei n.º 11.101/2005; (vi) créditos quirografários; (vii) multas e penas pecuniárias; e (viii) créditos subordinados.

(iv) eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.

A Companhia não possui *covenants* financeiros em seus contratos de financiamentos atualmente. Em determinados contratos de financiamentos há cláusulas de *covenants* não financeiros, incluindo, mas não se limitando, a restrições de alienação de controle. Essas cláusulas dispõem, essencialmente, sobre nível máximo de cessão de recebíveis, garantias a terceiros e venda de ativos operacionais, os quais também estão em conformidade.

Abaixo estão descritos os empréstimos e financiamentos relevantes (acima de 10% do endividamento bruto total) que possuem cláusula de vencimento antecipado cruzado, as cláusulas de vencimento

antecipado cruzado da empresa preveem que a aceleração do vencimento de suas obrigações pode ser acionada pela declaração de vencimento antecipado de dívidas de determinadas empresas do grupo econômico.

- 10 contratos de Bonds, totalizando R\$ 53.417 milhões no balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2024;
- 6 contratos de Pré-Pagamento de Exportação (créditos de exportação), totalizando R\$ 22.520 milhões no balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2024.

A relação acima representa aproximadamente 75% do endividamento bruto da companhia reportado em 31 de dezembro de 2024.

Adicionalmente, a Companhia possui contratos financeiros com o BNDES, nos quais há certas restrições e obrigações específicas, tais como (i) anuência prévia do BNDES para fusão, cisão, dissolução, incorporação, redução ou fechamento de capital ou a alteração no controle efetivo, direto ou indireto, da Companhia, ou qualquer outro processo de reestruturação societária envolvendo a Companhia; (ii) inclusão do BNDES em acordos societários, contrato social, ou acordo societário de dispositivo que importe em restrição ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras assumidas pela Companhia.

A Companhia, no curso normal de suas operações, tem observado todas as disposições contratuais aplicáveis e afirma estar em conformidade com todas as obrigações assumidas em seus contratos financeiros. No exercício social de 2024, nenhum dos credores da Companhia alegou descumprimento de quaisquer *covenants* acima indicados.

g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Em 31 de dezembro de 2024, havia 6 (seis) contratos vigentes com saldos pendentes de desembolso e com limites de utilização. Seguem abaixo os contratos:

Agente Financeiro	Contrato	Financiamento	Indexador	Taxa de Juros (a.a.)	Vencimento	Desembolsos Realizados		Saldo Disponível	
ECA	Limite de Crédito	US\$ 758 milhões	Fixo	4,63%	01/11/2032	-	-	US\$ 758 milhões	100%
BNDES	Limite de Crédito	R\$ 3.000 milhões	TLP	IPCA + 1,70%	15/02/2040	R\$ 2.040 milhões	68%	R\$ 960 milhões	32%
BNDES	Limite de Crédito (Inovação 2023)	R\$ 31 milhões	TR	TR + 2,26%	01/04/2040	R\$ 9 milhões	29%	R\$ 22 milhões	71%
BNDES	Limite de Crédito (Inovação 2024)	R\$ 152 milhões	TR	TR + 2,24%	25/11/2040	R\$ 61 milhões	40%	R\$ 91 milhões	60%
BNDES	Limite de Crédito (Florestal 23-24)	R\$ 2.600 milhões	TLP	IPCA + 1,75%	01/04/2044	R\$ 1.100 milhões	42%	R\$ 1.500 milhões	58%
BNDES	Limite de Crédito (Florestal 23-24)	R\$ 625 milhões	Fixo	USD + Sobretaxa Dólar + 1,65%	01/11/2044	R\$ 210 milhões	34%	R\$ 415 milhões	66%

h) alterações significativas itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

Análise Comparativa dos Resultados Consolidados – Períodos de doze meses encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Receita Líquida

A receita líquida da Suzano no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro 2024 foi de R\$ 47.403,3 milhões, 19% superior à receita líquida registrada ao período de doze meses encerrados em 31 de dezembro de 2023, de R\$ 39.755,6 milhões, resultado impactado principalmente por maior preço líquido da celulose e volume de vendas durante o ano.

A receita líquida obtida com as vendas de celulose no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2024 totalizou R\$ 37.593,5 milhões, 23% superior à receita apresentada ao período de doze meses encerrados em 31 de dezembro de 2023, que totalizou R\$ 30.677,3 milhões, em função da valorização do USD médio em relação ao BRL médio (8%), aumento de 6% no volume de vendas e elevação de 7% no preço líquido em dólar. A receita proveniente da celulose representava 77,2% do total de receita do período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2023, comparado a 79,3% do período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2024.

A receita líquida de celulose proveniente de exportação foi de R\$ 35.298,2 no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2024, 24% superior à exportação de celulose no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2023, que totalizou R\$ 28.533,1, em função do aumento de 7% no preço médio líquido em dólar e 6% no volume de vendas. A receita líquida de exportação de celulose representou 74,5% da receita líquida total no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2024.

O preço líquido médio internacional da celulose no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2024 aumentou 7,3%, passando de US\$ 600/ton no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2023, para US\$ 644/ton em 2024. No mercado interno, o preço líquido médio da celulose reduziu 0,2%, passando de US\$ 613/ton no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2023 para US\$ 611/ton no mesmo período em 2024.

A receita líquida obtida com as vendas de papel no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2024 totalizou R\$ 9.809,8 milhões, 8% superior ao mesmo período do ano anterior em função de maiores volumes de venda. A receita líquida do papel representou 22,8% da receita líquida total no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2023, comparado a 20,7% correspondente ao período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2024. A receita líquida de exportação do papel representou 5,3% do total de receita líquida no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2024. A receita líquida do papel no mercado brasileiro aumentou 8,3%, de R\$ 6.719,1 milhões ao final do período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2023 para R\$ 7.278,5 milhões ao final do período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2024, impactado pelos aumentos de volume.

O preço líquido médio internacional de papel no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2024 foi de US\$ 1.086/ton, 15% inferior ao preço no mesmo período em 2023. No mercado interno, o preço médio registrado foi de R\$ 7.254/ton no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2024, 0,3% abaixo do preço do mesmo período em 2023.

Custo dos Produtos Vendidos ("CPV")

O custo dos produtos vendidos no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2024 totalizou R\$ 27.402 milhões, 9% superior ao período de doze meses encerrados em 31 de dezembro de 2023, de R\$ 25.077 milhões. O efeito do CPV foi impactado positivamente por menores custos de madeira e commodities (principalmente Brent e Soda), mas compensado por maiores volumes, custos fixos, depreciação, amortização e exaustão, seguindo o ramp-up da nossa nova fábrica em Ribas do Rio Pardo (Projeto Cerrado).

Lucro Bruto

Devido aos motivos expostos acima, o lucro bruto no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 20.002 milhões, 36% superior ao lucro bruto do mesmo período em 2023, de R\$ 14.679 milhões. A margem bruta da Suzano aumentou de 36,9% no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2023, para 42,2% no mesmo período em 2024, principalmente devido ao maior preço de celulose e maiores volumes de venda, conforme explicado anteriormente.

Despesas com Vendas e Administrativas

As despesas com vendas da Suzano totalizaram R\$ 2.939 milhões no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2024, 13% superior ao montante registrado no mesmo período de 2023, de R\$

2.596 milhões. Este aumento é um reflexo do maior volume de vendas em 2024 e à incorporação do negócio de tissue da Kimberly Clark no Brasil, que ocorreu no segundo semestre de 2023 comparado o ano de 2024 inteiro.

As despesas gerais e administrativas da Suzano totalizaram R\$ 2.620 milhões no período de doze meses encerrados em 31 de dezembro de 2024, 36% superior ao montante registrado no mesmo período de 2023 de R\$ 1.923 milhão. A variação pode ser explicada principalmente pela elevação em gastos com pessoal.

Resultado de coligadas e joint ventures

O resultado de controladas e joint ventures apresentou uma perda de R\$ 13,8 milhões no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2024. Em comparação com o mesmo período encerrado em 31 de dezembro de 2023, que obteve uma perda de R\$ 19,4 milhões, o aumento aconteceu devido a melhores resultados de algumas empresas, com ganhos de (i) R\$ 5,5 milhões na Ensyn Corporation, (ii) R\$ 2,0 milhões na Ibema Companhia Brasileira de Papel, (iii) R\$ 0,4 milhão na Spinnova Plc, e (iv) R\$ 0,3 milhão na Woodspin Oy. Em contrapartida, tivemos R\$ 2,7 milhões a menos de resultado na Biomax - Serviços Ambientais, Restauração e Carbono Ltda.

Outras Despesas/Receitas Operacionais

As outras despesas/receitas operacionais líquidas da Suzano totalizaram R\$ 1.262 milhões de receita no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2024, comparado a uma receita de R\$ 2.076 milhões no mesmo período de 2023. A variação negativa refere-se principalmente ao menor ajuste decorrente da atualização do valor justo dos ativos biológicos, que ocorre no segundo e quarto trimestre de cada ano.

Lucro Operacional

O lucro operacional aumentou 28%, saindo de R\$ 12.216 milhões ao final do período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2023 para R\$ 15.691 milhões ao final do período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2024. Isso deve-se aos fatos mencionados acima. A margem operacional apresentou um resultado de 33,1% ao final do período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2024, um aumento diante da margem de 30,7% ao final do mesmo período encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro líquido foi negativo em R\$ 28.802 milhões ao final do período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2024, representando uma redução de R\$ 34.583 milhões diante do resultado positivo de R\$ 5.781 do mesmo período ao final de 31 de dezembro de 2023. Essa redução ocorreu em grande parte devido à variação cambial e monetária, representando R\$ 18.973 milhões da variação total. No resultado de derivativos, o impacto negativo comparado ao ano anterior foi de R\$ 14.639 milhões.

Lucro antes do Imposto de Renda (LAIR)

O lucro antes do imposto de renda reduziu, saindo de um ganho de R\$ 17.997 milhões no período de doze meses em 31 de dezembro de 2023 para uma perda de R\$ 13.111 milhões no mesmo período em 31 de dezembro de 2024. Esse resultado foi impactado pelo resultado financeiro, conforme citado acima.

Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

O imposto de renda e contribuição social da Suzano no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2024 foi positivo em R\$ 6.066 milhões, comparado com um valor negativo de R\$ 3.891 milhões no mesmo período de 2023.

A redução do imposto corrente deveu-se principalmente ao reconhecimento de ativos fiscais diferidos sobre perdas cambiais e derivativos, temporariamente não dedutíveis para fins de imposto de renda e contribuição social, uma vez que o efeito fiscal é realizado apenas na liquidação financeira.

Por outro lado, houve aumento do imposto corrente de 2023 para 2024 impulsionado principalmente pela maior lucratividade consolidada e pelo impacto das mudanças nas regras de preços de transferência do Brasil, que levaram a uma maior alocação de lucro tributável no país, sujeito a uma alíquota nominal de 34%.

Lucro (Prejuízo) Líquido

Devido aos motivos acima, a Suzano registrou lucro líquido negativo de R\$ 7.045 milhões no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2024, em comparação a um lucro líquido positivo de R\$ 14.106 milhões registrado no mesmo período do ano anterior.

Análise Comparativa dos Fluxos de Caixa Consolidados

	Consolidado	
	(valores expressos em milhões de reais)	
	Em 31 de dezembro de	
	2024	2023
Caixa gerado pelas atividades operacionais	20.604,4	17.315,5
Caixa aplicado nas atividades de investimentos	(20.512,7)	(26.035,3)
Caixa (aplicado) gerado nas atividades de financiamentos	(83,7)	7.798,8
Efeitos de variação cambial em caixa e equivalentes de caixa	665,0	(239,1)
Aumento/Diminuição do caixa e equivalentes de caixa	673,0	(1.160,1)

Análise Comparativa das Demonstrações de Fluxo de Caixa – exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

Atividades Operacionais

As atividades operacionais geraram caixa líquido no montante de R\$ 20.604,4 milhões no exercício social encerrado em 2024. Essa geração de caixa está fortemente associada ao lucro bruto de R\$ 20.001,7 milhões, o que representa um aumento de 36% em relação ao ano anterior. Esse desempenho positivo foi impulsionado por um crescimento de 19,2% na receita líquida, acompanhado de um aumento mais moderado de 9,2% no custo do produto vendido.

As atividades operacionais geraram caixa líquido no montante de R\$ 17.315,5 milhões no exercício social encerrado em 2023. Essa geração está associada, principalmente, a um lucro líquido de R\$ 14.106,4 milhões, com efeito de variações cambiais e monetárias de R\$ 3.087,7 milhões, que influenciou significativamente os empréstimos, financiamentos e debêntures, ganhos com derivativos, líquidos de R\$ 5.526,7 milhões e diminuição de imposto de renda e contribuição social diferidos de R\$ 3.495,4 milhões, em decorrência da oscilação da taxa de R\$ 5,2177 em 31 de dezembro de 2022 na comparação com R\$ 4,8413 em 31 de dezembro de 2023.

Atividades de Investimento

No exercício de 2024, as atividades de investimentos consumiram caixa líquido de R\$ 20.512,7 milhões. O montante investido é composto, principalmente, pela aquisição de ativos imobilizados no montante de R\$ 9.190,6 milhões, aquisição de ativos biológicos no montante de R\$ 7.180,4 milhões, pela aquisição de participação societária (Timber) no montante de R\$ 2.143,8 milhões, pela aquisição de participação societária na Lenzing no montante de R\$ 1.436,8 e pela aquisição dos ativos da Pactiv Evergreen Inc. no montante de R\$ 452,1 milhões.

No exercício de 2023, as atividades de investimentos consumiram caixa líquido de R\$ 26.035,3 milhões. O montante investido é composto, principalmente, pela aquisição de ativos imobilizados no montante de R\$ 11.674,2 milhões, aquisição de ativos biológicos no montante de R\$ 5.777,9 milhões, consumo

de R\$ 5.296,4 milhões das aplicações financeiras, líquidas, pagamento da 2ª parcela da aquisição de participação societária (Parkia) no montante de R\$ 1.615,1 milhões e pela aquisição de negócio de *tissue* no Brasil no montante de R\$ 1.072,7 milhões.

Atividades de Financiamento

No exercício de 2024, foram consumidos R\$83,7 milhões de caixa líquido nas atividades de financiamentos. A utilização de caixa contemplou R\$ 2.806,8 milhões de recompra de ações, as liquidações nos montantes de R\$ 9.410,8 milhões de empréstimos, financiamento e debêntures, R\$ 1.325,4 milhões de contratos de arrendamento, pelo pagamento de R\$ 550,6 milhões de operações com derivativo e pela distribuição de juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 1.624,6. Esse efeito foi compensado pelo o recebimento de pela captação de empréstimos e financiamentos e debêntures no montante de R\$ 15.692,9 milhões que consistiam, principalmente, por R\$ 5.900,0 em debêntures simples, US\$ 780 milhões (equivalentes a R\$ 3.877,4 milhões) de captação de um pré-pagamento de exportação, US\$ 350 milhões (equivalentes a R\$ 2.118,5 milhões) junto ao International Finance Corporation e CNY 1.200,0 milhões (equivalentes a US\$ 166,0 milhões e R\$ 960,9 milhões) de um Panda Bond Chinês.

No exercício de 2023, foram gerados R\$ 7.798,9 milhões de caixa líquido nas atividades de financiamentos. A geração de caixa contemplou R\$ 880,9 milhões de recompra de ações, as liquidações nos montantes de R\$ 4.296,4 milhões de empréstimos, financiamento e debêntures, R\$ 1.218,4 milhões de contratos de arrendamento. Esse efeito foi compensado pelo recebimento de R\$ 3.559,3 milhões de operações com derivativo, e pela captação de empréstimos e financiamentos e debêntures no montante de R\$ 10.944,8 milhões que consistiam, principalmente, por US\$ 600 milhões (equivalentes a R\$ 2.891,5 milhões) junto ao *International Finance Corporation* (“IFC”), R\$ 1.239,0 milhões junto ao BNDES e R\$ 2.000,0 milhões junto ao Banco Safra.

2.2. Resultados operacional e financeiro

a) resultados das operações da Companhia

A seguir são apresentados os comentários da Diretoria da Suzano correspondentes à análise (i) dos componentes importantes da receita, e (ii) dos principais fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais, que em ambos os casos são: nível de vendas (volume e receita por produto), destino das vendas (*mix* entre mercado nacional e diferentes regiões de exportação), participação de mercado e preços. Demais fatores exógenos, sobre os quais a Companhia possui pouco ou nenhum controle, são comentados no item “2.2.b”.

Vendas de Celulose

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023 as vendas de celulose da Companhia representaram, respectivamente, 79,3% e 77,2% da sua receita operacional líquida total. O volume de exportações representou 93,9% e 93,0% do volume total vendido de celulose nesses mesmos períodos. O volume de vendas para exportação foi de 10,2 milhões e 9,5 milhões de toneladas nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023, respectivamente.

Vendas totais de celulose	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2024	2023
Volume de vendas no mercado interno	697	700
Volume de vendas no mercado externo	10.168	9.515
Volume total de vendas	10.865	10.215
Vendas no mercado interno	2.295,3	2.144,2
Vendas no mercado externo	35.298,2	28.533,1
Receita operacional líquida total	37.593,5	30.677,3

Destino das Vendas de Celulose

A Companhia busca comercializar sua produção com foco voltado em rentabilidade. Para isto, a alocação das vendas prioriza os mercados e clientes mais rentáveis, dentro da margem permitida pela política comercial.

Receita de Celulose por Região ¹	2024	2023
Europa	32%	28%
Ásia	42%	44%
Brasil	6%	7%
América do Norte	18%	19%
América do Sul / Central	2%	2%

⁽¹⁾Dados disponibilizados anualmente pela Companhia.

Ainda em linha com nossa política comercial, buscamos o equilíbrio nas vendas de celulose para os diferentes segmentos de papel. Destaque para o segmento de papéis para fins sanitários que em 2024 permaneceu com significativa participação em nosso *mix* de vendas, sendo o principal segmento atendido pela Suzano.

Vendas de celulose por segmento¹	2024	2023
Fins Sanitários	62%	64%
Imprimir & Escrever	15%	12%
Especialidades	15%	15%
Outros	8%	9%

⁽¹⁾ Dados disponibilizados anualmente pela Companhia.

Preço de Celulose

O preço médio líquido em dólares da venda de celulose da Suzano (mercado interno e externo) foi de US\$ 642/tonelada no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2024, comparado a US\$ 601/tonelada no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2023.

O aumento no preço médio líquido de venda de celulose em 2024 vs. 2023 foi explicada pelo comportamento dos preços internacionais da celulose. O preço líquido médio total de celulose (mercado interno e externo) em Reais foi de R\$ 3.460/tonelada em 2024, 15% acima do preço atingido em 2023, resultado dos maiores preços médios em dólar no mercado de celulose.

Vendas de Papel

De acordo com os dados publicados pelo IBÁ (Indústria Brasileira de Árvores), a demanda de Imprimir & Escrever no Brasil, considerando importações, apresentou um crescimento de 4% em 2024 na comparação com 2023.

As vendas de papel da Suzano em 2024, incluindo unidade de bens de consumo, totalizaram 1.436 mil toneladas, crescimento de 11% em relação ao volume vendido em 2023. As vendas de papel de Imprimir & Escrever tiveram crescimento, impulsionado pelas vendas de papéis revestidos, destinado à eleição municipal no Brasil, bem como uma performance estável da linha de papéis não revestidos. Além disso, o volume de papelcartão também foi impactado positivamente por movimentos de recomposição de estoques e o bom desempenho da economia brasileira; bem como pela aquisição ao final do ano das operações da Pactiv Evergreen nos Estados Unidos. O segmento de papéis sanitários também teve desempenho positivo, majoritariamente beneficiado pelo volume advindo da aquisição dos ativos de tissue da KC no Brasil em meados de 2023.

Nos anos de 2024 e 2023, o volume de vendas de papel da Companhia destinado ao mercado externo foi, respectivamente 30,1% e 28,5% do volume total de papel.

Nos exercícios sociais encerrados em 2024 e 2023, as vendas de papéis da Companhia representaram, respectivamente 20,7% e 22,8% da sua receita operacional líquida total.

Destino das Vendas de Papel

O volume vendido no mercado doméstico alcançou 1.003 mil toneladas em 2024, em comparação com 924 mil toneladas em 2023. Os volumes vendidos no mercado externo atingiram 432 mil toneladas em 2024 e 368 mil toneladas em 2023.

A composição de receita de vendas de papel por região está apresentada na tabela abaixo:

Receita de Papel por Região¹	2024	2023
Brasil	74%	74%
América do Sul / Central	12%	16%
América do Norte	9%	5%
Europa	4%	3%
Outros	1%	2%

⁽¹⁾ Dados disponibilizados anualmente pela Companhia.

Preço de Papel

O preço líquido médio de papel (mercado interno e externo) em Reais foi de R\$ 6.832/tonelada em 2024, comparado a R\$ 7.030/tonelada em 2023.

No mercado interno, o preço líquido médio de papel foi de R\$ 7.254/tonelada em 2024, comparado a R\$ 7.275/tonelada em 2023. O preço líquido médio no mercado externo diminuiu para US\$ 1.086/tonelada em 2024, comparado a US\$ 1.284/tonelada em 2023.

Papel para Imprimir e Escrever

Nos exercícios sociais encerrados em 2024 e 2023, respectivamente, a Companhia vendeu 941,1 e 926,4 mil toneladas de papel para imprimir e escrever.

Em 2024 e 2023, de acordo com a Indústria Brasileira de Árvores (Ibá), a Companhia detinha, respectivamente, participações (i) nas vendas dos Fabricantes Brasileiros para o mercado interno, de 47,2% e 46,7%. Já nas exportações brasileiras (ii), a participação da Companhia foi de 37,2% e 40,3%.

As tabelas a seguir contêm as vendas domésticas de papéis da Companhia e exportações desses produtos, bem como informações relativas às suas participações em tais mercados, para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

Vendas Totais de Papel para Imprimir e Escrever	2024	2023
Volume de vendas no mercado interno (Suzano)	601	580
Volume de vendas no mercado externo (Suzano)	340	346
Volume total de vendas (Suzano)	941	926
Volume de vendas no mercado interno (Brasil)	1.274	1.242
Volume de vendas no mercado externo (Brasil)	913	858
Volume total de vendas (Brasil)	2.187	2.100
% em relação às vendas no mercado interno	47,2%	46,7%
% em relação às vendas no mercado externo	37,2%	40,3%
% em relação às vendas totais	43,0%	44,1%
Volume de vendas de Fabricantes Brasileiros	1.274	1.242
Volume de importados	147	135
Volume total do Mercado Brasileiro	1.421	1.377

Fonte: Indústria Brasileira de Árvores (Ibá) e Companhia.

Papel cartão

Nos exercícios fiscais findos em 2024 e 2023, respectivamente, a Companhia vendeu 185,9 e 166,5 mil toneladas de papel cartão, das quais 153,4 e 145,0 mil toneladas foram vendidas no mercado interno, ao passo que 32,5 e 21,4 mil toneladas foram vendidos no mercado externo.

Neste segmento, de acordo com a Associação Brasileira de Árvores (Ibá), a participação da Companhia nas vendas dos Fabricantes Brasileiros no mercado interno foi de 24,0% e 24,4% em 2024 e 2023,

respectivamente. Adicionalmente, suas exportações de papel cartão representaram 24,8% e 26,8% do volume total exportado pelos produtores brasileiros em 2024 e 2023 respectivamente.

A tabela a seguir contém as vendas domésticas e exportações de papel cartão da Companhia, bem como informações sobre suas participações nestes mercados, para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

Vendas Totais de Papel cartão	2024	2023
Volume de vendas no mercado interno (Suzano)	153	145
Volume de vendas no mercado externo (Suzano)	33	21
Volume total de vendas (Suzano)	186	166
Volume de vendas no mercado interno (Brasil)	637	595
Volume de vendas no mercado externo (Brasil)	133	80
Volume total de vendas (Brasil)	770	675
% em relação às vendas no mercado interno	24,0%	24,4%
% em relação às vendas no mercado externo	24,8%	26,8%
% em relação às vendas totais	24%	24,7%
Volume de vendas de Fabricantes Brasileiros	637	595
Volume de importados	145	123
Volume total do Mercado Brasileiro	782	718

Fonte: Indústria Brasileira de Árvores (Ibá) e Companhia.

b) variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes, modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

A seguir são apresentados os comentários da Diretoria da Suzano correspondentes à análise dos principais fatores exógenos, sobre os quais a Companhia possui pouco ou nenhum controle, que afetam os resultados da Companhia.

Volatilidade dos preços internacionais

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023 as vendas de celulose da Companhia representaram, respectivamente, 79% e 77% da sua receita operacional líquida total, respectivamente. Os preços deste produto são determinados pelo balanço de oferta e demanda, portanto fora do controle da Companhia. As flutuações de preços internacionais deste produto geraram impactos sobre a receita, o EBITDA e as margens operacionais da Companhia.

Os preços de papéis, por sua vez, são determinados pelas condições de oferta e demanda nos mercados regionais onde são comercializados, embora com comportamento mais estável que os preços de celulose. A receita de vendas de papel da Suzano destinadas para o Brasil e demais países da América do Sul e Central apresentaram participação na receita total de papel da Companhia de 86% e 90%, respectivamente, nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

A Companhia acredita que as oscilações cíclicas dos preços de papel e celulose tendem a ser mais atenuadas em relação ao histórico devido, principalmente: (i) ao fluxo de informações *on-line*, com a disseminação mais rápida de notícias que afetam os preços; (ii) pandemias, bem como epidemias regionais ou globais, como a COVID-19; e (iii) aos produtores mais eficientes que substituem aqueles com maior custo marginal. No entanto, a Companhia acredita que certa volatilidade dos preços ainda persiste, devido a vários fatores, inclusive: (i) similaridades entre os produtos; (ii) flutuações no câmbio entre as moedas de países importadores e exportadores de papel e celulose, como, por exemplo, Euro, Dólar Norte-Americano, Renminbi e Real; e (iii) condições geopolíticas e econômicas mundiais e nas diferentes regiões, como a guerra na Ucrânia e o conflito Israel x Palestina.

Por fim, temos relacionamentos de vendas de longo prazo com grande parte de nossos clientes de celulose e de papel nos mercados domésticos e de exportação. Esses contratos preveem em geral a venda de nossa celulose de mercado por preços anunciados pela companhia a cada mês. Esses preços poderão variar entre as diferentes áreas geográficas onde nossos clientes estão localizados. Os acordos de preços nos termos de nossos contratos de longo prazo são, em geral, consistentes com os preços de nossas outras vendas dentro da mesma região e seguem a tabela de preços de BEKP estabelecida, anunciada pelos principais produtores de celulose do mundo.

Variação cambial entre o Real e o Dólar Norte-Americano, taxa de juros, inflação e crescimento econômico

Os resultados das operações e a condição financeira da Companhia, tais como relatados em suas demonstrações contábeis, são significativamente afetados pela variação do Real frente ao Dólar Norte-Americano e, em menor grau, pela taxa de inflação brasileira, taxa de juros e pela taxa de crescimento da economia brasileira.

Volatilidade do Real frente ao Dólar Norte-Americano

A variação da cotação do Real frente ao Dólar Norte-Americano resulta em diversos efeitos na condição financeira consolidada da Companhia e em seu resultado operacional consolidado quando expressos em Reais, além de impactar suas receitas, despesas e ativos consolidados denominados em moeda estrangeira.

As receitas de vendas com exportações e, portanto, a geração de caixa operacional da Companhia, é direta e imediatamente afetada pela variação da taxa média de câmbio entre o Real e o Dólar Norte-Americano. Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a receita líquida oriunda de exportações denominadas em Dólares representou, respectivamente, 79,8% e 77,7% das receitas líquidas de vendas da Companhia. A depreciação do Real causa aumento de tais receitas quando expressas em Reais, enquanto a apreciação do Real resulta em receitas de vendas com exportação mais baixas. As receitas no mercado doméstico são indiretamente influenciadas pela variação da taxa cambial, na medida em que os papéis importados, cotados em Dólares Norte-Americano, ganham ou perdem competitividade no mercado doméstico dependendo da taxa de câmbio.

Os custos e despesas operacionais da Companhia, tais como despesas de seguros e fretes relacionadas às exportações e custos de produtos químicos utilizados como matéria-prima, entre outros, também são afetados pelas variações cambiais. Sendo assim, a depreciação do Real resulta em aumento de tais custos e despesas, quando expressos em Reais, enquanto a apreciação do Real resulta na queda destes.

As contas patrimoniais consolidadas da Companhia indexadas em moeda estrangeira, especialmente empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo, disponibilidades no exterior e contas a receber de clientes externos, são diretamente e pontualmente afetadas pela taxa de câmbio no final de cada exercício.

A parcela dos empréstimos e financiamentos consolidados de curto e longo prazo da Companhia denominados em moeda estrangeira totalizava R\$ 83.005 milhões ou, aproximadamente, 82% do endividamento bruto da Companhia em 31 de dezembro de 2024. Essa parcela é quase que na sua totalidade atrelada ao Dólar Norte-Americano e, portanto, as variações da taxa de câmbio entre o Real e o Dólar Norte-Americano afetam diretamente o endividamento e os resultados da Companhia em cada final de exercício.

Inflação

A condição financeira e os resultados operacionais da Companhia também são afetados pela inflação. Seus custos e despesas, na sua maioria, são incorridos em Reais, tendendo a refletir os efeitos da inflação. Existem algumas exceções que são denominadas em Dólares Norte-Americano, tais como as compras de produtos químicos utilizados como matéria-prima.

Taxas de Juros

A exposição a variações nas taxas de juros é primordialmente devida a:

- Variações da taxa SOFR, no que concerne a financiamentos denominados em Dólares Norte-Americano; e
- Variações na TJLP, TLP ou CDI, no que concerne a financiamentos e aplicações denominados em Reais.

A taxa de juros das aplicações financeiras da Companhia denominadas em Reais é baseada na taxa CDI. Os investimentos financeiros denominados em Dólares Norte-Americano da Companhia estão sujeitos aos movimentos das taxas referenciadas aos títulos do Tesouro dos Estados Unidos.

Taxa de Crescimento da Economia

Os resultados da Companhia tendem a ser diretamente impactados pelo nível de crescimento econômico internacional e doméstico. O crescimento econômico, expresso em termos da variação do Produto Interno Bruto (PIB), influencia, principalmente, o nível de demanda pelos produtos da Companhia e seu crescimento em relação aos períodos anteriores. Além disso, o aquecimento ou redução da demanda de mercado tendem a se refletir nos níveis de preços praticados pelo setor.

Capacidade e Volumes de Produção

Os resultados da Companhia também são afetados pela sua capacidade e volume de produção.

c) Impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Conforme já apresentado no item “2.2.b”, fatores externos relacionados a oscilações de preços de mercado, variação cambial, taxa de juros, inflação e crescimento econômico, podem introduzir um nível indesejado de volatilidade sobre a geração de caixa e os resultados da Companhia.

Dessa forma, a Companhia adota política de gestão de riscos financeiros para mitigação das volatilidades de mercado, que buscam: (i) proteger o fluxo de caixa e o patrimônio da Companhia contra oscilações de preços de mercado de insumos e produtos, taxas de câmbio e de juros, índices de preços e de correção, ou ainda outros ativos ou instrumentos negociados em mercados líquidos ou não, aos quais os valores dos ativos, passivos ou geração de caixa da Companhia estejam expostos; e (ii) otimizar a contratação de instrumentos financeiros para proteção da exposição em risco, tomando partido de *hedges* naturais e das correlações entre os preços de diferentes ativos e mercados, evitando o desperdício de recursos com a contratação de operações de modo ineficiente. As operações financeiras contratadas pela Companhia têm como objetivo a proteção das exposições existentes, sendo vedada a assunção de novos riscos que não aqueles decorrentes das atividades operacionais da Companhia.

Por exemplo, geralmente no caso de uma depreciação do Real, dois efeitos são observados: (i) o primeiro, negativo e pontual, está relacionado à atualização do valor da exposição cambial líquida de balanço (saldo das contas ativas e passivas denominadas em moeda estrangeira incluindo, entre outros, os saldos da dívida bruta e do caixa denominados em Dólares, os estoques, contas a receber e pagar em moeda estrangeira e o valor das posições em *swaps* de moedas para *hedge* da exposição cambial do fluxo de caixa); e (ii) o segundo, positivo e permanente, diz respeito à maior geração operacional de caixa decorrente do aumento das receitas de exportações denominadas em Dólares Norte-Americano.

Assim, a captação de financiamentos e a prática de *hedge* cambial da Companhia são norteadas pelo fato de que cerca de 80% da receita líquida da Companhia é proveniente de exportações com preços em Dólares Norte-Americano, enquanto a maior parte dos custos de produção está atrelada ao Real. Essa exposição estrutural permite que a Companhia contrate financiamentos de exportação em Dólares Norte-Americano e concilie os pagamentos dos financiamentos com o fluxo de recebimentos das vendas, proporcionando um *hedge* natural de caixa para estes compromissos. O excedente de receitas em

Dólares não atreladas aos compromissos da dívida e demais obrigações é vendido no mercado de câmbio no momento da internação dos recursos.

Como proteção do fluxo futuro do excedente de receita em Dólares, são contratadas operações de derivativos para fins de *hedge* através de: (i) venda de Dólares Norte-Americano nos mercados futuros (*Non-Deliverable Forward*), e/ou (ii) posições em instrumentos que consistem na combinação simultânea de compra de opções de venda (*Put*) e venda de opções de compra (*Call*) de Dólares Norte-Americano, com mesmo valor de principal e vencimento, criando um piso e um teto para a cotação do dólar. Estes instrumentos são denominados *Zero Cost Collars*. As operações de *hedge* realizadas nos mercados futuros devem respeitar os limites estabelecidos em política, com um percentual máximo de até 75%, e um percentual mínimo de pelo menos 40% do excedente de divisas em um horizonte de até 24 meses e, portanto, estão casadas à disponibilidade de câmbio pronto para venda no curto prazo. Especificamente para o projeto Cerrado, foi definida, em 2021, nova política de *hedge*, com limite de valor total a ser protegido de até US\$ 1,0 bilhão pelo horizonte de tempo de até 36 meses, e em 2022 foi aprovado o aumento desse mesmo limite para US\$ 1,5 bilhão. Ainda no âmbito do projeto Cerrado, a Companhia adotou a contratação de NDF para proteção de custos em euros. O programa foi encerrado com o término dos 36 meses e conclusão do projeto Cerrado.

Além das operações de *hedge* cambial, são celebrados contratos para o *swap* de taxas de juros flutuantes para taxas fixas, para diminuir os efeitos das variações nas taxas de juros sobre o valor da dívida e contratos de *swap* entre diferentes taxas de juros e índices de correção, como forma de mitigar o descasamento entre diferentes ativos e passivos financeiros e contratos para fixar parte da exposição a combustível marítimo (derivado do petróleo), com o objetivo de proteger custos logísticos ligados a contratação de frete marítimo.

2.3. Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

a) mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Apresentamos a seguir os comentários da nossa Diretoria referente a mudanças significativas nas políticas contábeis e os seus impactos nas demonstrações financeiras.

Durante o exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia adotou novas políticas contábeis na preparação das suas demonstrações financeiras, relativo ao item a.1 abaixo relacionado.

Durante o exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia adotou novas políticas contábeis na preparação das suas demonstrações financeiras, relativo ao item a.2 abaixo relacionado.

a.1) Adoção de políticas contábeis relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024

i. Alterações ao CPC 40 (R1)/IFRS 7 – Acordos de financiamentos de fornecedores e no CPC 03 (R1)/IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa antecipada)

As alterações passam a requerer que a entidade divulgue informações adicionais sobre seus acordos de financiamento de fornecedores que permita aos usuários avaliar os efeitos desses acordos nos passivos e fluxos de caixa da entidade e na exposição da entidade ao risco de liquidez.

As divulgações requeridas pelas alterações, que permitiriam a compreensão dos efeitos desses acordos sobre os passivos, fluxos de caixa e liquidez incluem:

- (a) os termos e as condições dos acordos;
- (b) no início e no encerramento do período de reporte: (i) os valores contábeis, e as rubricas associadas apresentadas no balanço patrimonial da entidade, dos passivos financeiros que fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores; (ii) os valores contábeis, e rubricas associadas, dos passivos financeiros divulgados de acordo com o item (i) para os quais os fornecedores já receberam o pagamento dos financiadores; e (iii) a faixa de datas de vencimento; e
- (c) o tipo e o efeito de alterações não caixa nos valores contábeis dos passivos financeiros divulgados de acordo com o item (b)(i).

A Companhia avaliou o conteúdo deste pronunciamento e não identificou a necessidade de divulgar informações adicionais, visto que, (a) os termos e as condições dos acordos não sofreram alterações em comparação as condições originais; (b) (i) os valores contábeis objeto de antecipação estão divulgados na nota 17 das Demonstrações Financeiras de 2024; (ii) a decisão de aderir a esta transação é exclusiva dos fornecedores, sendo que a Companhia não tem influência nem gestão sobre os valores recebidos pelos fornecedores das instituições financeiras; (iii) não houve alteração nas datas de vencimentos; e (c) não ocorreram modificações não caixa dos acordos de antecipações de fornecedores.

A Companhia avaliou o conteúdo deste pronunciamento e não identificou impactos que sejam caracterizados como efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2.

ii. Alterações ao CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Passivo de arrendamento em uma transação de venda e retroarrendamento (sale and leaseback)

O item 100(a) do CPC 06 exige que um vendedor-arrendatário avalie o ativo de direito de uso resultante de uma transação de venda e retroarrendamento na proporção do saldo contábil anterior do ativo que se relaciona com o direito de uso que o vendedor-arrendatário retém. Assim, numa transação de venda e retroarrendamento, o vendedor-arrendatário reconhece apenas a quantia de qualquer ganho ou perda relacionado com os direitos transferidos para o comprador-arrendador.

As alterações refletirão na mensuração do passivo de arrendamento do vendedor-arrendatário a fim de restringir o reconhecimento de qualquer ganho referente ao direito de uso mantido, fazendo com que o

vendedor-arrendatário reconheça no resultado do exercício a diferença entre os pagamentos efetuados pelo arrendamento e os pagamentos que reduzem o valor contábil do passivo de arrendamento.

A Companhia avaliou o conteúdo deste pronunciamento e não identificou impactos que sejam caracterizados como efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2.

iii. Alterações ao CPC 26 (R1) / IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulantes e passivos não circulantes com covenants

As alterações aprimoram as informações fornecidas pela entidade quando o seu direito de diferir a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses está sujeito ao cumprimento de cláusulas restritivas (covenants).

A classificação de passivos como circulantes ou não circulantes baseia-se no cumprimento de covenants que sejam requeridos na data de reporte ou antes dessa data, mas nunca em relação a eventos futuros, além de requerer divulgação de informações nas notas explicativas que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliar o risco de que o passivo possa se tornar exigível dentro de doze meses, incluindo as condições pactuadas (por exemplo, sua natureza e a data em que a entidade deve cumpri-las), se a entidade teria cumprido as condições com base em suas circunstâncias no final do período de reporte e como a entidade espera cumprir as condições após o final do período de reporte.

A Companhia avaliou o conteúdo deste pronunciamento e não identificou impactos que sejam caracterizados como efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2.

iv. Decisão da agenda do IFRIC sobre a divulgação de receitas e despesas para segmentos reportáveis (CPC 22 / IFRS 8)

Em julho de 2024, o IASB aprovou uma decisão da agenda do IFRIC em relação ao relatório de segmentos reportáveis. A decisão trata de como uma entidade aplica os requisitos do parágrafo 23 do IFRS 8 para divulgar para cada segmento reportável os valores específicos relacionados ao lucro ou prejuízo do segmento.

A Companhia avaliou o conteúdo deste pronunciamento e incluiu o custo do produto vendido na nota 28 das Demonstrações Financeiras de 2024.

a.2) Adoção de políticas contábeis relativa ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023

A Companhia não identificou mudanças nas práticas contábeis que tivessem resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos itens 2.1 e 2.2 com relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

b) Opiniões modificadas e ênfases presentes no parecer do auditor

Os diretores informam que os relatórios dos auditores independentes emitidos para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 não contêm opiniões modificadas ou ênfases e concordam com as opiniões expressadas nestes relatórios.

2.4. Efeitos relevantes nas demonstrações financeiras

a) introdução ou alienação de segmento operacional

Nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não houve introdução ou alienação de segmento operacional pela Companhia.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 foram realizadas as seguintes operações relevantes envolvendo a aquisição de participações societárias:

Compra de participação societária - Timber

Em 31 de julho de 2024, a Companhia concluiu a transação de compra de 100% do capital social das empresas Timber VII SPE S.A. (Timber VII) e Timber XX SPE S.A. (Timber XX), após o cumprimento de todas as condições precedentes. O valor justo da contraprestação transferida à vista foi de R\$ 2.143,8 milhões.

Considerando as características dos ativos (substancialmente terras e ativo biológico), a Companhia optou por aplicar o teste opcional para identificar a concentração do valor justo de acordo com o CPC 15 (R1) / IFRS 3 e, portanto, a operação foi contabilizada como uma compra de ativos.

Os efeitos contábeis da operação foram inicialmente refletidos na rubrica de investimentos na controladora e nas rubricas de ativos biológicos e imobilizado no consolidado, no balanço patrimonial e em aquisição de controladas, líquido do caixa na demonstração dos fluxos de caixa da controladora. O caixa destas empresas foi de R\$ 19,1 milhões.

Em 30 de setembro de 2024, estas empresas foram incorporadas pela Companhia. A incorporação não resultou em aumento de capital, tendo em vista que a Companhia já era titular, direta ou indireta, de 100% do capital social destas empresas.

Aquisição de participação societária em negócios de fibras especiais

Em 30 de agosto de 2024, a Companhia adquiriu da B & C Alpha Zweite Holding GmbH & Co KG ("B&C") 5.792.727 ações, representando 15% das ações emitidas da Lenzing Aktiengesellschaft ("Lenzing"), denominada "Transação Lenzing". A transação foi concluída após o cumprimento de todas as condições precedentes, com o valor justo da contraprestação em dinheiro transferida sendo de EUR 229,9 milhões (equivalente a R\$ 1.436,8 milhões), a um preço de EUR 39,70 por ação.

A transação incluiu:

(a) o direito de deter dois dos dez assentos no Conselho de Administração da "Lenzing"; e

(b) o direito de alterar a posição de controle da "Lenzing" pela Suzano International Trade GmbH adquirindo um adicional de 15,00% (quinze por cento) das ações da "Lenzing" detidas pela "B&C" através de um procedimento de oferta pública de aquisição obrigatória de acordo com a Lei de Aquisição Austríaca ("Transação").

A administração avaliou a Transação Lenzing de acordo com o CPC 18 (R3)/IAS 28 e o CPC 36/IFRS10, mesmo com duas cadeiras no Conselho de Administração da Lenzing, concluiu que a Suzano não tem influência significativa sobre a Lenzing, já que não possui poder para participar das decisões sobre políticas, dividendos ou outras distribuições. Portanto, o investimento foi registrado a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (FVOCI), de acordo com o CPC 48/IFRS 9 – Instrumentos Financeiros.

Aquisição dos ativos da Pactiv Evergreen Inc.:

Em 1 de outubro de 2024, a Companhia, por meio de sua subsidiária indireta Suzano Packaging LLC, concluiu a aquisição dos estoques e dos ativos imobilizados que compõem as plantas integradas de fabricação de papelcartão revestido e não revestido, utilizados na produção de Liquid Packaging Board e Cupstock, localizadas nas cidades de Pine Bluff – Arkansas e Waynesville – North Carolina, ambas nos Estados Unidos da América, anteriormente de propriedade da Pactiv Evergreen Inc. A transação foi efetivada após o cumprimento de todas as condições precedentes.

O valor justo da contraprestação transferida à vista foi de US\$ 82,9 milhões (equivalentes a R\$ 452,1 milhões).

Considerando as características dos ativos (substancialmente estoques), a Companhia optou por aplicar o teste de concentração opcional para identificar uma concentração de valor justo nos termos do parágrafo B7A do IFRS 3 e, portanto, a Transação Pactiv foi contabilizada como uma aquisição de ativos.

Os efeitos contábeis da operação foram refletidos na rubrica de investimentos na controladora e na rubrica de estoques no consolidado, no balanço patrimonial.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 foram realizadas as seguintes operações relevantes envolvendo a aquisição de participações societárias:

Aquisição de negócio *tissue* no Brasil

Em 24 de outubro de 2022, a Companhia comunicou ao mercado que celebrou contrato de aquisição do negócio de *tissue* no Brasil da Kimberly-Clark. O preço base da operação é de US\$ 175 milhões (equivalente a R\$ 922,9 na data da assinatura do contrato), sujeito aos ajustes usuais deste tipo de operação e será pago integralmente na data da conclusão da operação. A operação foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

A aquisição envolve uma fábrica localizada em Mogi das Cruzes (SP), que prevê contratualmente uma capacidade instalada de aproximadamente 130 mil toneladas anuais de fabricação, marketing, distribuição e/ou venda no país de produtos de *tissue*, incluindo a propriedade sobre a marca “NEVE”, trazendo à Suzano complementariedade de marcas, categorias de produtos e de geografia.

Em 1º de junho de 2023, a Companhia concluiu a aquisição da totalidade das cotas detidas pela Kimberly-Clark Brasil Indústria e Comércio de Produtos de Higiene Ltda. (“KC Brasil”) na MMC Brasil Indústria e Comércio Ltda. (“MMC Brasil”), localizada em Mogi das Cruzes (SP), pelo valor de US\$ 212,0 milhões (equivalente a R\$ 1,1 bilhão) pagos em caixa (“Transação”). Ao valor citado anteriormente deve ser desconsiderado o valor de R\$ 11,9 milhões referente ao reembolso que a Suzano recebeu em 15 de setembro de 2023, devido as variações dos valores de fechamento e estimado do estoque, capital de giro e caixa, que totaliza R\$ 1,1 bilhão.

A MMC Brasil não possuía operações até o aporte realizado pela KC Brasil no âmbito da cisão realizada na KC Brasil em 25 de maio de 2023. Referida operação consistiu na separação dos ativos relacionados ao negócio de fabricação, comercialização, distribuição e venda de produtos de papel, incluindo papel higiênico, toalhas de papel, guardanapos, lenços, bem como outros produtos de papel no Brasil, incluindo a propriedade da marca “NEVE” da KC Brasil.

A tabela a seguir resume a alocação do preço de compra (expressa em R\$ mil):

Total da contraprestação transferida (parcela à vista)	1.072.657
Ajuste de preço (capital de giro)	(11.939)
Total da contraprestação final (parcela à vista)	1.060.718
Valor contábil do acervo líquido da MMC Brasil	587.226
Mais valia alocada aos ativos	
Estoque ⁽¹⁾	7.120
Imobilizado ⁽²⁾	105.858
Marcas e patentes ⁽³⁾	189.655
Total do valor justo	889.859
Ágio por expectativa de rentabilidade futura ⁽⁴⁾	170.859

⁽¹⁾ Calculado considerando o saldo dos produtos acabados com base no preço de venda, líquido das despesas de venda.

⁽²⁾ Apurado com base na análise de dados de mercado nas transações comparáveis e na quantificação do custo, a partir da estimativa do valor de substituição ou reposição dos bens.

⁽³⁾ Os demais ativos incluem licenciamento de marcas, calculados com base nas projeções de receita dos produtos sob as marcas avaliadas, conforme a metodologia *Relief from Royalties*.

⁽⁴⁾ O ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) é atribuído rentabilidade futura esperada do negócio adquirido.

Considerando que a MMC Brasil foi criada com base na separação de uma parte dos negócios da KC Brasil, contraparte da transação, não há histórico anterior de receita e/ou lucros específicos para a entidade adquirida a ser considerada ou incluída em uma receita consolidada pró-forma e lucro consolidado pró-forma como se a aquisição tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2023.

A alocação dos itens de mais valia não consideram os tributos diferidos, uma vez que a incorporação da MMC Brasil ocorreu em 1º de novembro de 2023.

Os custos de R\$22,7 milhões, relacionados à aquisição, estão incluídos nas despesas administrativas no resultado.

c) eventos ou operações não usuais

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não houve eventos ou operações não usuais além daquelas que já foram especificadas nos itens acima.

2.5. Medições não contábeis

As demonstrações financeiras anuais consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (“*International Financial Reporting Standards - IFRS*”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”). As informações contábeis intermediárias consolidadas da Companhia não auditadas foram preparadas de acordo com o IAS 34 – Demonstração Intermediária emitido pelo IASB e com as práticas contábeis adotadas no Brasil para demonstrações intermediárias (Pronunciamento Técnico – CPC 21 – Informações Financeiras Intermediárias). Os dados contidos neste documento foram obtidos a partir das informações financeiras disponibilizadas à CVM.

a) Valor das medições não contábeis

EBITDA e EBITDA Ajustado

Uma medida não contábil de acordo com a CVM e IFRS é qualquer medida financeira apresentada de forma diferente de todas as normas contábeis relevantes divulgadas pela CVM e IFRS. Divulgamos o EBITDA e o EBITDA Ajustado da Suzano, que são considerados medidas não contábeis de acordo com a CVM e IFRS. O EBITDA é calculado como lucro (prejuízo) líquido acrescido do resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social e depreciação, amortização e exaustão. O EBITDA ajustado da Suzano é definido como o EBITDA ajustado adicionado ou excluído de (i) ajustes excepcionais, que, conforme definido pela Administração, são aqueles sem impacto nos negócios da Companhia, tais como créditos tributários - exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, extinção linha de negócios de embalagens na subsidiária, gastos relacionados a ações sociais pelo combate ao COVID-19, multas e distratos de contratos, operação de *Tissue Kimberley Clark Brasil* e (ii) ajustes não caixa, assim entendidos como aqueles ajustes que impactaram a demonstração do resultado, porém sem impacto caixa para a Companhia, tais como atualização do valor justo de ativos biológicos, equivalência patrimonial – baixa de outros resultados abrangentes da Suzano Trading, equivalência patrimonial, extensão da outorga PCHM, perda efetiva do programa de adiantamento de contrato de fomento, provisão (reversão) para perda de créditos de ICMS, resultado na venda e baixa de ativo imobilizado e ativo biológico, baixa de inventário de madeira.

As medidas não contábeis descritas nesta seção não devem ser consideradas isoladamente ou como um substituto para as medidas contábeis diretamente comparáveis preparadas de acordo com a CVM e IFRS, como por exemplo de lucro líquido ou outras medidas de desempenho.

A Administração e a Companhia acreditam que a divulgação do EBITDA e EBITDA Ajustado da Suzano fornecem informações úteis aos investidores, analistas financeiros e ao público em geral na revisão de nosso desempenho operacional e na comparação de nosso desempenho operacional com o desempenho operacional de outras empresas do mesmo setor e de outros setores que têm estruturas de capital, níveis de dívida e/ou taxas de imposto de renda diferentes. Por exemplo, as despesas com juros dependem da estrutura de capital e da classificação de crédito de uma companhia. No entanto, os níveis de dívida, as classificações de crédito e, portanto, o impacto das despesas com juros sobre os lucros varia significativamente entre as companhias. Da mesma forma, as posições fiscais de companhias individuais podem variar devido às suas diferentes habilidades para aproveitar os benefícios fiscais e as diferentes jurisdições nas quais fazem negócios. Por fim, as companhias diferem na idade e método de aquisição dos ativos produtivos e, portanto, nos custos relativos a esses ativos, bem como no método de depreciação (linear, acelerado ou unidades de produção), o que pode resultar em considerável variação nas despesas de depreciação e amortização entre as companhias. Portanto, para fins de comparação, a Administração acredita que o EBITDA e o EBITDA Ajustado da Suzano são medidas úteis de lucratividade operacional na medida em que excluem esses elementos de lucro que não fornecem informações sobre as operações atuais dos ativos existentes.

Não obstante o acima, a Companhia ressalva que outras companhias podem calcular o EBITDA e o EBITDA Ajustado de forma diferente e, portanto, a apresentação do EBITDA e do EBITDA Ajustado da Companhia pode não servir de comparação à outras mensurações com títulos semelhantes utilizadas por outras companhias.

b) Conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras EBITDA e EBITDA Ajustado

A tabela abaixo apresenta a composição do EBITDA e do EBITDA Ajustado para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023. As nomenclaturas estão alinhadas ao apresentado no Formulário 20-F:

(R\$ milhões)	2024	2023
Resultado Líquido do período	(7.044,7)	14.106,4
Resultado financeiro, líquido	28.802,1	(5.780,9)
Imposto de renda e contribuição social	(6.066,3)	3.890,8
Depreciação, amortização e exaustão	9.223,9	7.321,1
EBITDA¹	24.915,0	19.537,4
Atualização Valor Justo - Ativo Biológico ⁽¹⁾	(1.431,5)	(1.989,8)
Baixa de inventário de madeira ⁽¹⁾	11,9	23,0
Créditos tributários - exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS ⁽⁶⁾	(0,2)	15,1
Doações para catástrofes e pandemias ⁽²⁾	0,4	—
Equivalência Patrimonial ⁽¹⁾	13,9	19,4
Extinção linha de negócio de embalagens na subsidiária ⁽⁷⁾	1,2	9,0
Multas e distratos de contratos ⁽⁴⁾	—	49,7
Gastos com aquisição de ativos e combinações de negócios ⁽³⁾	34,1	25,2
Perda efetiva do Programa de adiantamento de contrato de fomento ⁽¹⁾	4,4	3,3
Reversão (Provisão) - Perda de crédito ICMS ⁽¹⁾	130,7	348,6
Resultado na venda e baixa de ativo imobilizado e ativo biológico ⁽⁵⁾	169,3	232,1
EBITDA Ajustado	23.849,2	18.272,9

(1) Ajustes não caixa.

(2) Desembolsos realizados para ações sociais implementadas pela Companhia e incluem, principalmente, doações de materiais essenciais e de materiais administrativos, destinados às vítimas do desastre no estado do Rio Grande do Sul.

(3) Refere-se a despesas administrativas relacionadas à aquisição de ativos e combinação de negócios. Em 2024, esses gastos foram majoritariamente da Lenzing e da Pactiv, abrangendo custos com consultoria e assessoria e outras despesas associadas à integração e estruturação das aquisições.

(4) Refere-se às penalidades por rescisão contratual de contrato específico de barcaça. Os impactos da rescisão deste contrato específico foram contabilizados em 2023 e 2022.

(5) Ajuste específico para perdas ou ganhos na realização (baixa de venda, sucata, perda, descomissionamento, desmantelamento ou ajuste de estoque do ativo imobilizado) de ativos imobilizados, intangíveis e biológicos cujos benefícios econômicos não possam mais ser obtidos ou que não se relacionem com o negócio principal da Empresa.

(6) Ajuste específico da totalidade dos créditos tributários de PIS e COFINS a recuperar reconhecidos pela Companhia, após decisão do Supremo Tribunal Federal (“STF”) referente à exclusão do ICMS (ICMS) da base de cálculo do PIS e COFINS. Esses valores referem-se a créditos tributários referentes a valores pagos em exercícios anteriores.

(7) Refere-se ao encerramento de subsidiária de embalagens.

c) Motivo pelo qual se entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da condição financeira e do resultado das operações da Companhia

EBITDA e EBITDA Ajustado

A Companhia considera o EBITDA e o EBITDA Ajustado, com todas as limitações anteriormente mencionadas, e em conjunto com as demais informações contábeis e financeiras disponíveis como indicador razoável de comparação entre seus principais concorrentes de Mercado. A margem EBITDA, resultante da divisão do EBITDA Ajustado pela receita líquida da Companhia, também se enquadra nas definições acima.

A Administração e a Companhia acreditam que a divulgação do EBITDA e EBITDA Ajustado da Suzano fornecem informações úteis aos investidores, analistas financeiros e ao público em geral na revisão de nosso desempenho operacional e na comparação de nosso desempenho operacional com o desempenho operacional de outras empresas do mesmo setor e de outros setores que têm estruturas de capital, níveis de dívida e/ou taxas de imposto de renda diferentes. Por exemplo, as despesas com juros dependem da estrutura de capital e da classificação de crédito de uma companhia. No entanto, os níveis de dívida, as classificações de crédito e, portanto, o impacto das despesas com juros sobre os lucros varia significativamente entre as companhias. Da mesma forma, as posições fiscais de companhias individuais podem variar devido às suas diferentes habilidades para aproveitar os benefícios fiscais e as diferentes jurisdições nas quais fazem negócios. Por fim, as companhias diferem na idade e método de aquisição dos ativos produtivos e, portanto, nos custos relativos a esses ativos, bem como no método de depreciação (linear, acelerado ou unidades de produção), o que pode resultar em considerável variação nas despesas de depreciação e amortização entre as companhias. Portanto, para fins de comparação, a Administração acredita que o EBITDA e o EBITDA Ajustado da Suzano são medidas úteis de lucratividade operacional na medida em que excluem esses elementos de lucro que não fornecem informações sobre as operações atuais dos ativos existentes.

Não obstante o acima, a Companhia ressalva que outras companhias podem calcular o EBITDA e o EBITDA Ajustado de forma diferente e, portanto, a apresentação do EBITDA e do EBITDA Ajustado da Companhia pode não servir de comparação à outras mensurações com títulos semelhantes utilizadas por outras companhias.

2.6. Eventos subsequentes às demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 12 de fevereiro de 2025 e publicadas na mesma data.

Não foram verificados eventos subsequentes às demonstrações financeiras relativas ao exercício social de 2024, nos termos das regras previstas no Pronunciamento Técnico CPC 24, aprovado pela Resolução CVM nº105/2022.

2.7. Destinação de resultados

	Exercício Social Encerrado em 31.12.2024	Exercício Social Encerrado em 31.12.2023
a. Regras sobre retenção de lucros	<p>Nos termos do Estatuto Social da Companhia, o lucro líquido terá a seguinte destinação:</p> <p>(i) 5%, no mínimo, será destinado ao Fundo de Reserva Legal, até o limite de 20% do capital social, sendo que no exercício em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital exceder a 30% do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do Exercício Social para a reserva legal;</p> <p>(ii) as importâncias destinadas a Reservas para Contingências, caso constituída;</p> <p>(iii) a quota necessária ao pagamento do dividendo obrigatório, a qual será, em cada Exercício Social, equivalente ao menor valor entre: 25% do lucro líquido anual ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das S.A. ou 10% da Geração de Caixa Operacional consolidado da Companhia;</p> <p>(iv) o saldo, se houver, terá o destino que, por proposta da Diretoria Executiva Estatutária, com parecer favorável do Conselho de Administração, for deliberado pela Assembleia Geral nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações, com a faculdade de destinar até 90% à Reserva para Aumento de Capital, objetivando assegurar adequadas condições operacionais. Esta reserva não poderá ultrapassar 80% do capital social. O remanescente será destinado à Reserva Estatutária Especial, com o fim de garantir a continuidade da distribuição semestral de dividendos, até atingir o limite de 20% do capital social.</p>	<p>Nos termos do Estatuto Social da Companhia, o lucro líquido terá a seguinte destinação:</p> <p>(i) 5%, no mínimo, será destinado ao Fundo de Reserva Legal, até o limite de 20% do capital social, sendo que no exercício em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital exceder a 30% do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do Exercício Social para a reserva legal;</p> <p>(ii) as importâncias destinadas a Reservas para Contingências, caso constituída;</p> <p>(iii) a quota necessária ao pagamento do dividendo obrigatório, a qual será, em cada Exercício Social, equivalente ao menor valor entre: 25% do lucro líquido anual ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das S.A. ou 10% da Geração de Caixa Operacional consolidado da Companhia;</p> <p>(iv) o saldo, se houver, terá o destino que, por proposta da Diretoria Executiva Estatutária, com parecer favorável do Conselho de Administração, for deliberado pela Assembleia Geral nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações, com a faculdade de destinar até 90% à Reserva para Aumento de Capital, objetivando assegurar adequadas condições operacionais. Esta reserva não poderá ultrapassar 80% do capital social. O remanescente será destinado à Reserva Estatutária Especial, com o fim de garantir a continuidade da distribuição semestral de dividendos, até atingir o limite de 20% do capital social.</p>
a.i. Valores das Retenções de Lucros	<p>Não houve retenção de lucros em função da apuração de prejuízo no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.</p>	<p>O lucro líquido do período foi de R\$14.084.848.764,20, dos quais, 3,15% foram destinados à constituição da reserva legal (atingido o limite de 20% do capital social). As destinações propostas foram as seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> i. R\$ 443.009.801,14 para a constituição da Reserva Legal nos termos do art. 193, §§ 1º e 2º, da Lei das Sociedades por Ações; ii. R\$ 118.959.550,90 para a constituição de Reserva de Incentivos Fiscais nos termos do

		<p>art. 195-A da Lei das Sociedades por Ações;</p> <p>iii. R\$ 1.500.000.000,00 para pagamento a título de dividendos mínimos obrigatórios na forma de juros sobre capital próprio;</p> <p>iv. R\$ 100.705.303,89, relativos à realização, via depreciação e/ou baixa de itens do imobilizado, do custo atribuído (“<i>deemed cost</i>”) à determinados ativos na adoção inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro - IFRS, para absorção pela conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial;</p> <p>v. R\$ 10.911.226.244,45 para a constituição da Reserva para Aumento de Capital nos termos do art. 26, alínea (d), do Estatuto Social da Companhia; e</p> <p>vi. R\$ 1.212.358.471,61 para a constituição da Reserva Estatutária Especial nos termos do art. 26, alínea (d), do Estatuto Social da Companhia.</p>
--	--	--

<p>a.ii. Percentuais em relação aos lucros totais declarados</p>	<p>Não aplicável, uma vez que a Companhia não reteve lucros neste exercício social.</p>	<p>O lucro líquido do período foi de R\$23.394.888.686, dos quais, 5% foram destinados à constituição da reserva legal até o limite de 20% do capital social. Os percentuais das destinações propostas em relação aos lucros totais declarados foram os seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> i. A Reserva legal: 5%; ii. Reserva de incentivos fiscais: 0,29 % com base Lucro líquido; iii. Dividendos mínimos obrigatórios e complementares: 10,05% com base no Lucro líquido; iv. Reversão de dividendos prescritos: (0,01)% com base no Lucro líquido; v. Realização de ajuste de avaliação patrimonial: (0,57)% com base no Lucro líquido; vi. Reserva para aumento de capital: 12,68% com base no Lucro líquido; vii. Reserva estatutária especial: 8,52% com base no Lucro líquido; e viii. Constituição da Reserva de Investimento através da aprovação da Proposta de orçamento de capital: 64,03% com base no Lucro líquido.
<p>b. Regras sobre distribuição de dividendos</p>	<p>Conforme mencionado no item anterior, 25% do lucro líquido deverá ser distribuído aos acionistas a título de dividendos mínimos, nos termos do artigo 202 da Lei das S.A.; ou 10% da Geração de Caixa Operacional consolidado da Companhia no respectivo Exercício Social.</p> <p>O Estatuto Social prevê, nos termos do artigo 197 da Lei das S.A., que no exercício em que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição da Reserva de Lucros a Realizar.</p> <p>Ademais nos termos do artigo 199 da Lei das S.A., o saldo das reservas de lucros, exceto as de contingências e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social; atingido esse limite, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do</p>	<p>Conforme mencionado no item anterior, 25% do lucro líquido deverá ser distribuído aos acionistas a título de dividendos mínimos, nos termos do artigo 202 da Lei das S.A.; ou 10% da Geração de Caixa Operacional consolidado da Companhia no respectivo Exercício Social.</p> <p>O Estatuto Social prevê, nos termos do artigo 197 da Lei das S.A., que no exercício em que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição da Reserva de Lucros a Realizar.</p> <p>Ademais nos termos do artigo 199 da Lei das S.A., o saldo das reservas de lucros, exceto as de contingências e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social; atingido esse limite, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do</p>

	<p>excesso na integralização das ações da Companhia, no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos.</p> <p>Para fins de cálculo do valor a ser pago a título de dividendo mínimo obrigatório, a “<u>Geração de Caixa Operacional</u>” significa o resultado da seguinte fórmula: $GCO = EBITDA \text{ Ajustado} - CAPEX \text{ Manutenção}$.</p> <p>Onde: “<u>GCO</u>” significa a Geração de Caixa Operacional consolidado do Exercício Social, expresso em moeda nacional corrente.</p> <p>“<u>EBITDA</u>” significa o lucro líquido do Exercício Social da Companhia expresso em moeda nacional, antes do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, das receitas e despesas financeiras, da depreciação, amortização e exaustão.</p> <p>“<u>EBITDA Ajustado</u>” significa o EBITDA excluindo itens não recorrentes e/ou não caixa e ganhos (perdas) decorrentes de mudança no valor justo do ativo biológico.</p> <p>“<u>CAPEX Manutenção</u>” significa o montante, expresso em moeda nacional, dos investimentos em manutenção realizados em Exercício Social.</p> <p>Por deliberação da Assembleia Geral, a Companhia poderá distribuir dividendos superiores aos dividendos obrigatórios previstos em seu Estatuto Social.</p> <p>Além disso, o Estatuto Social da Companhia permite que a Assembleia Geral atribua aos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva Estatutária uma participação nos lucros nos casos, forma e limites legais. Por proposta da Diretoria Executiva Estatutária, aprovada pelo Conselho de Administração, poderá a sociedade pagar juros aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio destes últimos, até o limite estabelecido pelo artigo 9º da Lei nº 9.249/1995; e na forma do parágrafo 7º desse mesmo artigo. Caso pagas dessa forma, as importâncias desembolsadas poderão ser imputadas ao valor do dividendo obrigatório.</p>	<p>excesso na integralização das ações da Companhia, no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos.</p> <p>Para fins de cálculo do valor a ser pago a título de dividendo mínimo obrigatório, a “<u>Geração de Caixa Operacional</u>” significa o resultado da seguinte fórmula: $GCO = EBITDA \text{ Ajustado} - CAPEX \text{ Manutenção}$.</p> <p>Onde: “<u>GCO</u>” significa a Geração de Caixa Operacional consolidado do Exercício Social, expresso em moeda nacional corrente.</p> <p>“<u>EBITDA</u>” significa o lucro líquido do Exercício Social da Companhia expresso em moeda nacional, antes do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, das receitas e despesas financeiras, da depreciação, amortização e exaustão.</p> <p>“<u>EBITDA Ajustado</u>” significa o EBITDA excluindo itens não recorrentes e/ou não caixa e ganhos (perdas) decorrentes de mudança no valor justo do ativo biológico.</p> <p>“<u>CAPEX Manutenção</u>” significa o montante, expresso em moeda nacional, dos investimentos em manutenção realizados em Exercício Social.</p> <p>Por deliberação da Assembleia Geral, a Companhia poderá distribuir dividendos superiores aos dividendos obrigatórios previstos em seu Além disso, o Estatuto Social da Companhia permite que a Assembleia Geral atribua aos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva Estatutária uma participação nos lucros nos casos, forma e limites legais. Por proposta da Diretoria Executiva Estatutária, aprovada pelo Conselho de Administração, poderá a sociedade pagar juros aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio destes últimos, até o limite estabelecido pelo artigo 9º da Lei nº 9.249/1995; e na forma do parágrafo 7º desse mesmo artigo. Caso pagas dessa forma, as importâncias desembolsadas poderão ser imputadas ao valor do dividendo obrigatório.</p>
--	--	--

<p>c. Periodicidade das distribuições de dividendos</p>	<p>A distribuição de dividendos aos acionistas ocorre anualmente, sempre que houver lucro ou reservas de lucros.</p> <p>Ainda, de acordo com o Estatuto Social da Companhia, será levantado balanço semestral no último dia de junho de cada ano e poderá a Diretoria: (i) declarar dividendo semestral, por conta do dividendo anual; (ii) Levantar balanços extraordinários e distribuir dividendos em períodos menores, por conta do dividendo anual, desde que o total de dividendo pago em cada semestre do exercício social não exceda ao montante das reservas de capital; (iii) declarar dividendo intermediário à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, por conta do dividendo anual.</p>	<p>A distribuição de dividendos aos acionistas ocorre anualmente, sempre que houver lucro ou reservas de lucros.</p> <p>Ainda, de acordo com o Estatuto Social da Companhia, será levantado balanço semestral no último dia de junho de cada ano e poderá a Diretoria: (i) declarar dividendo semestral, por conta do dividendo anual; (ii) Levantar balanços extraordinários e distribuir dividendos em períodos menores, por conta do dividendo anual, desde que o total de dividendo pago em cada semestre do exercício social não exceda ao montante das reservas de capital; (iii) declarar dividendo intermediário à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, por conta do dividendo anual.</p>
<p>d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais</p>	<p>Não aplicável.</p>	<p>Não aplicável.</p>
<p>e. Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado</p>	<p>Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui política de destinação de resultados formalmente aprovada.</p>	<p>Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui política de destinação de resultados formalmente aprovada.</p>

2.8. Itens relevantes não evidenciados

a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*)

Os diretores informam que a Companhia não possui qualquer ativo ou passivo material que não esteja refletido nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024. Todas as suas participações e relacionamentos com subsidiárias estão divulgados nas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

(i) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

(ii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

No curso normal de seus negócios, a Companhia celebra contratos de longo prazo na modalidade *take or pay* com fornecedores de produtos químicos, energia elétrica, transporte e gás natural. Os contratos preveem cláusulas de rescisão e suspensão de fornecimento por motivo de descumprimento de obrigações essenciais. Geralmente, a Companhia adquire o mínimo acordado contratualmente e por essa razão não existem passivos registrados em adição ao montante que é reconhecido mensalmente. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, esses compromissos de longo prazo totalizam R\$ 26,2 milhões por ano (em comparação a R\$ 14,6 bilhões por ano em 31 de dezembro de 2023).

(iii) contratos de construção não terminada

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de construção não terminada aplicáveis à Companhia, previstos nos CPC 17 (R1) – Contratos de Construção, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

(iv) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos nos balanços patrimoniais da Companhia relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável, pois os diretores da Companhia informam que não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

2.9. Comentários sobre itens não evidenciados

- a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia;
 - b) natureza e propósito da operação;
 - c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.
- (i) **Acordos de arrendamentos mercantis operacionais**

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos que não evidenciados nos balanços patrimoniais (*off-balance sheet items*) da Companhia relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

(ii) **Contratos de *Take or Pay***

No curso normal de seus negócios, a Companhia celebra contratos de longo prazo na modalidade *take or pay* com fornecedores de produtos químicos, transporte e gás natural, conforme descrito na nota explicativa 17 das demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

Os contratos preveem cláusulas de rescisão e suspensão de fornecimento por motivos de descumprimento de obrigações essenciais. Geralmente, a Companhia adquire o mínimo acordado contratualmente e por essa razão não existem passivos em adição ao montante que é reconhecido mensalmente. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, esses compromissos de longo prazo totalizam R\$26,2 milhões (em comparação a R\$14,6 milhões em 31 de dezembro de 2023).

2.10. Plano de Negócios

a) Investimentos, incluindo: (i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos; (ii) fontes de financiamento dos investimentos; e (iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

A Diretoria reafirma a sua estratégia de rentabilidade de longo prazo e se mantém comprometida na execução com foco de atuação aliado à inovação, sustentabilidade e excelência operacional de forma a consolidar sua posição como uma das organizações empresariais de base florestal de maior rentabilidade e competência no setor.

A Suzano busca evolução contínua, por meio da adoção de um conjunto de medidas e inovações que levam a Companhia a apresentar resultados econômicos e financeiros consistentes. A geração de caixa nos últimos anos permitiu avanços significativos na execução da estratégia da Companhia de criar valor de forma sustentável.

A Companhia deu importantes passos na estratégia de negócios adjacentes, que busca novas utilizações da nossa base de ativos, diversificando produtos com negócios de maior rentabilidade e com escalabilidade.

i. CAPEX 2024:

Conforme demonstrado na tabela abaixo, a Companhia prevê para o exercício social de 2025 um CAPEX de R\$ 12,4 bilhões, dos quais R\$ 7,8 bilhões referem-se à manutenção. O saldo, no valor total de R\$ 4,6 bilhões, compreende: i) o investimento adequado para continuidade de sua estratégia de expansão de base florestal, visando proporcionar maior competitividade no longo prazo e/ou opcionalidade de crescimento futuro; ii) desembolso referente aos projetos anunciados no Fato Relevante divulgado em 26 de outubro de 2023, além de gastos com projetos de modernização industrial e florestal e de tecnologia de informação; iii) desembolso residual de R\$ 0,9 bilhão referente ao Projeto Cerrado (Unidade Ribas do Rio Pardo).

CAPEX (R\$ bilhões)	2024 ¹ (Realizado)	2025 ² (Projetado)
Manutenção	7,6	7,8
Expansão, Modernização, Terminais Portuários e Outros	1,0	1,5
Terras e Florestas	4,0	2,2
Projeto Cerrado	4,5	0,9
Total	17,1	12,4

¹ Investimentos realizados no ano de 2024, conforme publicado no release dos resultados do 4T24.

² Conforme Fato Relevante de 10 de dezembro de 2024.

ii. Investimentos em Aracruz:

- 1. Nova fábrica de papéis sanitários:** construção de uma fábrica de papel sanitário (*tissue*) e conversão em papel higiênico e papel toalha no município de Aracruz, no estado do Espírito Santo, com capacidade de 60.000 toneladas por ano, com investimentos totais estimados em R\$ 650 milhões. A Suzano pretende realizar o investimento utilizando saldo de créditos de ICMS que possui no estado, representando um desembolso líquido estimado sobre o projeto de aproximadamente R\$ 130 milhões.
- 2. Nova caldeira de biomassa:** construção de uma nova caldeira de biomassa na fábrica de produção de celulose localizada em Aracruz, no estado do Espírito Santo, em substituição ao equipamento atual, com investimentos totais estimados em R\$ 520 milhões.

Os investimentos mencionados acima portanto totalizam R\$ 1.170 milhões, sendo R\$ 502 milhões desembolsados em 2024 e R\$ 641 milhões estimados para 2025 (considerados na rubrica “Expansão, Modernização, Terminais Portuários e Outros” na tabela acima), desconsiderando a monetização créditos de ICMS.

iii. Investimento em celulose fluff

Investimento no valor total de R\$ 490 milhões para produção de celulose *fluff* a partir da madeira de eucalipto (Eucafluff®), com capacidade nominal de 340 mil toneladas por ano. Com o novo investimento, a capacidade total de fluff da Companhia será de 440 mil toneladas por ano em 2025.

O desembolso relacionado ao investimento acima está considerado na estimativa de CAPEX divulgada pela Companhia para 2025, estimado em R\$ 294 milhões, sendo R\$ 173 milhões já desembolsados em 2024.

Sobre os principais investimentos já realizados, para mais informações, verificar Seção 2.4. As projeções acima descritas são mencionadas também no item 3.1 do Formulário de Referência. As premissas levadas em consideração pela Companhia estão sujeitas a riscos e incertezas que podem fazer com que tais expectativas não se concretizem ou sejam substancialmente diferentes do que era esperado. Para mais informações sobre os riscos aos quais a Companhia está sujeita, ver itens 4 e 5 do Formulário de Referência.

b) Aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que podem influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Em 2024, a Companhia anunciou duas aquisições: (a) Ativos da Pactiv Evergreen: ativos que compõem as plantas integradas de fabricação de papelcartão revestido e não revestido, utilizados na produção de Liquid Packaging Board e Cupstock, localizadas nas cidades de Pine Bluff – Arkansas e Waynesville – North Carolina, ambas nos Estados Unidos da América, com capacidade total integrada de aproximadamente 420.000 toneladas métricas por ano de papelcartão, da Pactiv Evergreen Inc. e suas afiliadas. A operação foi liquidada, ao preço de US\$ 82,9 milhões (equivalentes a R\$ 452,1 milhões).; e (b) participação minoritária correspondente a 15% das ações da Lenzing Aktiengesellschaft detidas pela B&C e celebrou um acordo de acionistas com a B&C, o qual estabelece os principais termos e condições da referida parceira, incluindo: (a) o direito da Suzano em deter duas posições no Conselho de Administração da Lenzing; e (b) o direito da Suzano em alterar o controle da Lenzing com a aquisição de um adicional de participação de 15% de ações da Lenzing detidas pela B&C, mediante processo de oferta pública de aquisição obrigatória estabelecido pela Lei de Aquisição de Controle da Áustria. O preço pela aquisição de participação minoritária foi de EUR 39,70 por ação, correspondendo a um preço total de EUR 229,9 milhões (equivalente a R\$ 1.436,8 milhões).

Além disso, em complementação às informações divulgadas por meio do Fato Relevante de 23 de dezembro de 2023, a Companhia concluiu a aquisição da totalidade da participação societária das empresas Timber VII SPE S.A. (CNPJ 23.741.553/0001-09) e Timber XX SPE S.A. (CNPJ 40.157.006/0001-91), sob gestão do BTG Pactual Timberland Investment Group, LLC, uma vez que foram cumpridas todas as condições precedentes e realizados todos os atos de fechamento conforme estabelecido nos contratos de compra e venda de participação societária celebrados em 23 de dezembro de 2023. Em contraprestação às ações das Companhias Alvo e considerando correção e ajustes previstos nos contratos, a operação foi liquidada ao preço de R\$ 2.144 milhões.

As operações citadas neste item estão alinhadas às estratégias da Suzano de “Avançar nos elos da cadeia, sempre com vantagem competitiva”, ser “Arrojada na Expansão de Novos Mercados”, “Protagonista em Sustentabilidade” e ser “*best-in-class*” no custo total de celulose, através da redução do dispêndio na compra de madeira, bem como de garantir base florestal em áreas estratégicas às suas operações no longo prazo.

- c) **Novos produtos e serviços, indicando (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; e (iv) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

A amplitude de novos negócios que inovam e quebram paradigmas contribui para o crescimento da Companhia com investimentos em projetos de alta rentabilidade e escalabilidade, e ajuda a construir avenidas de diversificação, criando valor sustentável.

Suzano Packaging - Aquisição de ativos da Pactiv Evergreen:

Conforme divulgado nos fatos relevantes de 12 de julho de 2024 e 01 de outubro de 2024, a Companhia adquiriu totalidade dos ativos que compõem as plantas integradas de fabricação de papelcartão revestido e não revestido, utilizados na produção de Liquid Packaging Board e Cupstock, localizadas nas cidades de Pine Bluff – Arkansas e Waynesville – North Carolina, ambas nos Estados Unidos da América, com capacidade total integrada de aproximadamente 420.000 toneladas métricas por ano de papelcartão, da Pactiv Evergreen Inc. e suas afiliadas. A operação foi liquidada, ao preço de USD 80 milhões. Ainda, as partes celebraram (i) um contrato de serviços de transição, na qual a Pactiv presta serviços para a Suzano com relação a certos ativos adquiridos, e (ii) um contrato de fornecimento de longo prazo, na qual a Suzano fornece para a Pactiv os produtos produzidos em Pine Bluff e consumidos pela Pactiv, que passa a ser um cliente relevante deste novo ativo da Suzano. A operação está alinhada à avenida estratégica de longo prazo da Suzano de “Avançar nos elos da cadeia, sempre com vantagem competitiva”, proporcionando à Companhia a entrada no mercado norte-americano de papelcartão com competitividade e escalabilidade, ao ter como características principais (i) ativos competitivos e bem posicionados na curva de custo da indústria; (ii) excelente localização geográfica no que diz respeito à infraestrutura operacional e logística, com amplo acesso à madeira de baixo custo e representando inclusive opcionalidade futura; e (iii) operação que detém a liderança do mercado norte-americano no segmento. A Companhia visa aportar seu conhecimento e experiência operacional no negócio de papelcartão, buscando ampliar a competitividade estrutural e rentabilidade dos ativos adquiridos.

Lenzing:

Em linha com as avenidas estratégicas de longo prazo da Suzano em ser “Arrojada na Expansão de Novos Mercados” e “Protagonista em Sustentabilidade”, a Companhia celebrou uma parceria com a B&C Holding Österreich GmbH na qual a Suzano adquiriu uma participação minoritária correspondente a 15% das ações da Lenzing Aktiengesellschaft detidas pela B&C e celebrou um acordo de acionistas com a B&C, o qual estabelece os principais termos e condições da referida parceira, incluindo: (a) o direito da Suzano em deter duas posições no Conselho de Administração da Lenzing; e (b) o direito da Suzano em alterar o controle da Lenzing com a aquisição de um adicional de participação de 15% de ações da Lenzing detidas pela B&C, mediante processo de oferta pública de aquisição obrigatória estabelecido pela Lei de Aquisição de Controle da Áustria. O preço pela aquisição de participação minoritária foi de EUR 39,70 por ação, correspondendo a um preço total de EUR 229.971.261,90 totalmente pagos em 30 de agosto de 2024. A operação representa a confiança de longo prazo da Companhia na criação de valor por meio de operações competitivas e escaláveis de desenvolvimento sustentável de fibras têxteis à base de madeira.

Tissue:

Em convergência a estratégia de avançar nos elos da cadeia, em 1º de junho de 2023, a Companhia adquiriu a totalidade das cotas detidas pela Kimberly-Clark Brasil Indústria e Comércio de Produtos de Higiene Ltda. (“KC Brasil”) na MMC Brasil Indústria e Comércio Ltda. (“MMC Brasil”), localizada em Mogi das Cruzes (SP), pelo valor de US\$ 212,1 milhões (equivalente a R\$ 1,1 bilhão) pagos em caixa. Ao valor citado anteriormente deve ser desconsiderado o valor de R\$11,9 milhões referente ao reembolso que a Suzano recebeu em 15 de setembro de 2023, devido as variações dos valores de fechamento e estimado do estoque, capital de giro e caixa, que totaliza R\$1,1 bilhão. A MMC Brasil não possuía operações até o aporte realizado pela KC Brasil em decorrência da cisão realizada em 25 de maio de 2023, a qual foi constituída como resultado da separação dos ativos relacionados ao negócio de fabricação, comercialização, distribuição e venda de produtos de papel, incluindo papel higiênico,

toalhas de papel, guardanapos, lenços, bem como outros produtos de papel no Brasil, incluindo a propriedade da marca “NEVE” da KC Brasil.

Ainda em 2023, a Companhia anunciou em 26 de outubro, via fato relevante, a construção de uma fábrica de papel sanitário (*tissue*) e conversão em papel higiênico e papel toalha no município de Aracruz, no estado do Espírito Santo, com capacidade de 60 mil toneladas por ano, com investimentos totais estimados em R\$ 650 milhões. A Suzano pretende realizar o investimento utilizando saldo de créditos de ICMS que possui no estado, representando um desembolso líquido estimado sobre o projeto de aproximadamente R\$ 130 milhões.

Fluff

Conforme divulgado em fato relevante no dia 26 de outubro de 2023, a Suzano realizará um investimento no valor total de R\$ 490 milhões para produção de celulose *fluff* a partir da madeira de eucalipto (Eucafluff®), com capacidade nominal de 340 mil toneladas por ano. Com o novo investimento, a capacidade total de fluff da Companhia será de 440 mil toneladas por ano em 2025. O investimento representa a conversão de máquina de secagem de celulose na unidade industrial de Limeira (SP), de forma que a empresa terá integral flexibilidade na produção de celulose para papel ou fluff, após conclusão do investimento prevista para o quarto trimestre de 2025.

Novos Produtos:

Desenvolvimento de aplicações e produtos a partir da produção de celulose microfibrilada é uma das linhas de pesquisa e desenvolvimento de negócios na Suzano. Além do uso deste produto em papéis e bens de consumo, a Companhia tem desenvolvido aplicações em diferentes mercados, como por exemplo, tintas, fibrocimento, cosméticos, produtos de limpeza, higiene entre outros. Em 2022 houve a implementação de uma planta de MFC de 20.000 toneladas em Limeira e seu *start-up* ocorreu ao longo de 2023.

Spinnova:

Em 2021 a Suzano anunciou a criação da Woodspin, JV com a Spinnova (startup que a Companhia detém 19% de participação), investindo em conjunto 22 milhões de euros na construção da primeira unidade da produção da SPINNOVA® em escala comercial. A Suzano também anunciou a criação de uma planta de MFC (celulose microfibrilada) que abastecerá a planta da Woodspin.

Em maio de 2023, Suzano e a Spinnova inauguraram a Woodspin, na Finlândia, sendo a primeira fábrica para produção de Fibra Spinnova® à base de celulose microfibrilada. Essa é uma planta pré-comercial com capacidade de até 1.000 toneladas de fibra têxtil sustentável, reciclável e totalmente biodegradável. A fábrica tem por objetivo ampliar os testes para amadurecimento da tecnologia e sua escalabilidade.

d) oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

A união da inovação e sustentabilidade é essencial para permitir que a Suzano transforme matéria-prima renovável proveniente de árvores em bioprodutos inovadores e sustentáveis para bilhões de consumidores em mais de 100 países. A Companhia busca ser agente de mudança e desenvolver soluções para enfrentar os maiores desafios da sociedade. Combinando operações ecoeficientes, plantações de eucalipto e áreas de conservação, é uma empresa que contribui para combater as mudanças climáticas, melhorando a vida das comunidades onde está presente. Assim, a sustentabilidade é parte essencial da estratégia e das práticas de governança da Suzano.

Como parte da visão estratégica da Companhia, em 2020 houve o lançamento das avenidas de crescimento, sendo elas: i) Ser “Best-in-Class” na visão de custo total de Celulose; ii) Manter relevância em celulose, via bons projetos; iii) Avançar nos elos da cadeia, sempre com vantagem competitiva; iv) Ser arrojado na expansão de novos mercados; e v) Ser protagonista em sustentabilidade. Nesta última, a Companhia tem como foco ser parte das soluções para uma sociedade mais justa e sustentável. Por

isso, a Companhia assumiu metas de longo prazo que revelam como irá gerar e compartilhar valor com os públicos com os quais se relaciona, além de cuidar do planeta e maximizar a geração de valor em seus negócios.

A Companhia entende seu papel no combate às mudanças climáticas. Florestas nativas (que correspondem a aproximadamente 40% de sua base florestal) e plantações de eucalipto, em conjunto, contribuem diretamente para a remoção de CO₂ da atmosfera. Ao mesmo tempo, as atividades industriais e logísticas caracterizam-se pela alta intensidade nas emissões de gases do efeito estufa. A Suzano está empenhada em contribuir com o combate à crise climática global por meio das metas de sustentabilidade de longo prazo da Companhia, entre as quais estão:

- Remover 40 milhões de toneladas de CO₂ equivalente até 2025; e
- Reduzir em 15% a intensidade das emissões de gases do efeito estufa (escopos 1 e 2) até 2030

A Companhia conta com um potencial *pipeline* de aproximadamente 30 milhões de toneladas de créditos de carbono equivalente que, assim que estiverem certificados, poderão ser ofertados no mercado. A Suzano finalizou dois projetos de carbono provindos de reflorestamento de árvores nativas e eucalipto no estado do Mato Grosso do Sul. Os projetos passaram por auditorias independentes e aguardam registro final na certificadora Verra. Adicionalmente, os mesmos devem gerar benefícios sociais e ambientais que são chamados de co-benefícios, com atividades que podem refletir na melhora da qualidade do ar, quantidade e qualidade da água, conservação da biodiversidade, do maior acesso à energia, geração de renda, dentre outros.

Na frente de energia, a Companhia possui uma meta de aumentar em 50% a exportação de energia renovável à rede até 2030, tendo seu resultado refletido em redução de custo caixa de produção de celulose. Essa redução de custos derivada da capacidade de autogeração de energia renovável, proveniente de biomassa, está alinhada com as diretrizes de desenvolvimento sustentável para a Companhia prevista em seu plano de negócios. Essa exportação contribui para a demanda de energia do país e para a renovabilidade da matriz energética, suportando a transição para uma economia de baixo carbono.

Na frente de inovação, a Suzano possui a meta de disponibilizar 10 milhões de toneladas de produtos de origem renovável, que possam substituir o plástico e outros derivados do petróleo - de zero a 10 milhões até 2030, contribuindo também para a diversificação do portfólio de produtos da Companhia. Produtos de origem renovável são aqueles feitos de recursos vindos da natureza, como a celulose do eucalipto, e que podem ser regenerados em um curto período. Aumentar a disponibilização de produtos de origem renovável, além daqueles que tradicionalmente já produzíamos no nosso negócio, contribui para o fortalecimento de uma economia de baixo carbono.

Adicionalmente a essas metas, a Companhia trabalha em outros temas ASG estratégicos, tais como: diversidade, equidade e inclusão, educação e redução da pobreza, gestão hídrica na floresta e na indústria, redução de resíduos e promoção da biodiversidade.

Na frente de finanças sustentáveis, a Companhia tem sido atuante na emissão de dívidas atreladas a metas de sustentabilidade, a custo competitivo. Nesse sentido, atualmente a Companhia possui três Sustainability linked-bonds, que envolvem as seguintes metas:

- **SLB 2031: Redução da intensidade das emissões de GEE** (reduzir a intensidade das emissões de Gases de Efeito Estufa dos escopos 1 e 2), com impacto de +25 bps no cupom no caso de não atingimento;
- **SLBs 2032: Redução da intensidade de água captada nas operações industriais** (reduzir a captação de água na indústria por tonelada de produto), com impacto de +12,5 bps no cupom no caso de não atingimento, e **ampliar número de mulheres em cargos de liderança** (alcançar 30% de mulheres em cargos de liderança (gerência funcional e acima) até 2025), com impacto de +12,5 bps no cupom no caso de não atingimento;

- **SLBs 2028: Redução da intensidade de água captada nas operações industriais** (reduzir a captação de água na indústria por tonelada de produto), com impacto de +25 bps no cupom no caso de não atingimento, e **ampliar número de mulheres em cargos de liderança (alcançar 30% de mulheres em cargos de liderança** (gerência funcional e acima) até 2025), com impacto de +25 bps no cupom no caso de não atingimento;

Além dos SLBs, desde 2021, a Companhia emitiu três Sustainability-linked Loans (SLLs), sendo a última emitida em fevereiro de 2024, no valor de US\$ 780 milhões, com prazo de 5 anos.

Através destas operações, a Suzano encerrou o ano de 2024 com 46% da dívida bruta total atrelada a instrumentos ESG (incluindo captações de SBLs, SLLs e green bonds). Para 2025 e anos seguintes, a Companhia continuará, como uma das diretrizes de seu plano de negócios, estudando possibilidades de ampliar a participação de linhas de crédito e instrumentos de dívida atrelados a compromissos de sustentabilidade dentro do seu quadro geral de financiamentos.

Nas definições de alocação de capital para projetos de modernização e expansão, os parâmetros financeiros têm peso de 75% e os impactos nos Compromissos para Renovar a Vida (que representam as metas de longo prazo de sustentabilidade da Suzano) representam 25% na avaliação das iniciativas.

Ainda nesse tema, o Preço Interno de Carbono, instrumento que quantifica o potencial de um projeto de reduzir as emissões de gases de efeito estufa e monetiza esse benefício, passou a ser incorporado orientando decisões de negócios e investimentos. Na prática, o Preço Interno de Carbono passa a ser incorporado no Valor Presente Líquido (VLP) dos projetos, contribuindo para viabilizar investimentos em descarbonização. Além da incorporação da avaliação de viabilidade, para determinar em que cenário do mercado de carbono o projeto em análise torna-se promissor.

Nossas informações não financeiras são reportadas anualmente e asseguradas por uma terceira parte. O Relatório de Sustentabilidade e a Central de Sustentabilidade seguem os principais *frameworks* e normas, como o como Resolução CVM nº 59 de 22 de dezembro de 2021, Sustainability Accounting Standards Board (SASB), Task Force on Climate-related Financial Disclosures (TCFD) e Global Reporting Initiative (GRI) diretrizes de padrões para divulgação. Mais informações estão disponíveis em nosso site de Relações com Investidores (www.suzano.com.br/ri).

2.11. Outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional

(i) Efeitos decorrentes dos conflitos entre Rússia e Ucrânia, e no Oriente Médio

Em decorrência dos atuais conflitos entre a Rússia e Ucrânia, e no Oriente Médio, a Companhia monitora continuamente os seus efeitos, diretos e indiretos, refletidos na sociedade, economia e nos mercados (internacional e doméstico), com o objetivo de avaliar os eventuais impactos e riscos para os seus negócios.

Dessa maneira, podemos separar em 5 (cinco) as principais áreas de avaliação da Companhia:

- **Pessoas:** a Suzano possui em Israel, através de sua subsidiária, FuturaGene Israel Ltd., colaboradores locais e instalações na cidade de Rehovot. A Companhia monitora de forma contínua a situação. No âmbito do conflito entre Rússia e Ucrânia, a Suzano não possui colaboradores, tampouco instalações, de nenhuma natureza nas localidades relacionadas ao conflito.
- **Insumos:** não se identificou nenhum risco de curto e longo prazo, de uma possível interrupção ou escassez no fornecimento de insumos para as suas atividades industriais e florestais. Até o momento, foi verificada apenas uma maior volatilidade nos preços de insumos energéticos e commodities.
- **Logística:** no âmbito internacional não houve alteração nas operações logísticas, ou seja, todas as rotas utilizadas permanecem inalteradas e estão mantidas as atracções nas localidades previstas. No âmbito doméstico, também não foi identificada alteração dos fluxos logísticos.
- **Comercial:** até o presente momento, a Companhia continua realizando suas transações conforme planejado, mantendo o atendimento a seus clientes em todos os seus setores de atividade. Foi determinada apenas a suspensão das vendas para poucos clientes localizados na Rússia, sem impacto financeiro significativo.
- **Continuidade das operações:** O conflito em Israel pode resultar em interrupções nas operações de pesquisa e desenvolvimento de biotecnologia na FuturaGene Israel Ltd.

Por fim, é oportuno informar que, em decorrência do atual cenário, a Companhia tem mantido ações para ampliar o monitoramento em conjunto com suas principais partes interessadas, com o objetivo de garantir a atualização necessária e o fluxo de informações tempestivas à dinâmica da conjuntura global para as suas tomadas de decisão.

(ii) Cancelamento de ações em tesouraria e novo programa de recompra de ações

Em 26 de janeiro de 2024, o Conselho de Administração aprovou o cancelamento de 20.000.000 ações ordinárias, que estavam mantidas em tesouraria, sem alteração do capital social e contra os saldos das reservas de lucros disponíveis, com custo médio de R\$ 42,69 por ação, no valor total de R\$ 853,7 milhões.

Adicionalmente, em 9 de agosto de 2024, o Conselho de Administração aprovou o cancelamento de outras 40.000.000 ações ordinárias, que estavam mantidas em tesouraria, sem alteração do capital social e contra os saldos das reservas de lucros disponíveis, com custo médio de R\$ 51,25 por ação, no valor total de R\$ 2.050,1 milhões.

Após o cancelamento das ações, o capital social de R\$ 19.269,3 milhões passa a ser dividido em 1.264.117.615 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Na mesma data, a Companhia deliberou sobre um novo programa de recompra de ações, no qual poderá adquirir até 40.000.000 de ações ordinárias de sua própria emissão, em até 18 meses, encerrando-se em 9 de fevereiro de 2026.

(iii) Reforma tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) nº 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS.

Foi também criado um Imposto Seletivo (“IS”) – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar.

Em janeiro de 2025 foi sancionado Projeto de Lei Complementar (“PLP”) 68/24, convertido na Lei Complementar 214/25, que regulamentou parte da Reforma Tributária.

Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS tenha sido inicialmente tratada no PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, que ainda será apreciado pelo Senado Federal, parte da tratativa já foi incorporada ao PLP nº 68/2024, aprovado como acima mencionado que, entre outras previsões, determinou a instituição, até 31 de dezembro de 2025, do referido Comitê, responsável pela administração do referido imposto.

Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

Outros eventos relevantes

Até a data deste Formulário de Referência, não ocorreu qualquer outro evento, além dos descritos nesta seção 2, que tenha afetado a Companhia de forma relevante.

III. Informações sobre o Conselho Fiscal (Seção 7 do Anexo C à Resolução CVM 80/22)

7.3 Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal, indicar:

Diretoria Executiva Estatutária

As informações sobre os membros da Diretoria Executiva Estatutária não estão sendo apresentadas neste ato, considerando que a eleição de tais membros não será objeto de deliberação na AGO a realizar-se em 25 de abril de 2025.

Conselho de Administração

As informações sobre os membros do Conselho de Administração não estão sendo apresentadas neste ato, considerando que a eleição de tais membros não será objeto de deliberação na AGO a realizar-se em 25 de abril de 2025.

Conselho Fiscal

Nome	Eraldo Soares Peçanha	CPF/Passaporte	179.386.437-34
Data de Nascimento	21/09/1951	Profissão	Contador
Nacionalidade	Brasileiro	Eleito pelo controlador	Não
		Data de início do primeiro mandato	28/04/2017
		Data da eleição	25/04/2025
Cargo eletivo ocupado	Membro Efetivo do Conselho Fiscal	Data prevista de posse	25/04/2025
Membro Independente	Não aplicável	Prazo de mandato	Até AGO 2026 (1 ano)
Principais experiências profissionais nos últimos 5 anos e outros cargos ou função em comitês ou estruturas não sejam estatutários na Companhia			
Eraldo Soares Peçanha é graduado em Ciências Contábeis e Administração de Empresas pela Universidade Cândido Mendes do Rio de Janeiro. Atualmente, é membro titular do Conselho Fiscal da Companhia. O Sr. Eraldo também ocupa os seguintes cargos em outras companhias: (i) membro do Comitê de Auditoria do Banco do Estado do Rio Grande do Sul. Suas principais experiências profissionais incluem atuação como: (i) Aracruz Celulose S.A. - Gerente de Contabilidade, de Auditoria Interna e Controller (1974 a 1996); (ii) CSN-Cia. Siderúrgica Nacional - Diretor de Controladoria e Informática (1996 a 2003); (iii) Embratel S.A. - Diretor de Controladoria e Diretor Executivo de Governança Corporativa (2003 a 2008); e (iv) Icatu Seguros S.A. - Diretor Executivo de Serviços a Clientes (2008 a 2011). Atuou, ainda, como membro titular do Conselho Fiscal nas companhias abertas: Vale, Net Serviços de Comunicação, JBS, Ideiasnet e nas companhias fechadas: Cadam S.A., Ferrovia Centro Atlântica, Itá Energética e Officer Distribuidora Prod. Tecnologia; como suplente nas S.A. abertas: Ouro Fino Saúde Animal Participações, CCR, AES Tiete Energia, Tupy e Padtec Holding. Também foi Conselheiro Fiscal titular nas entidades de previdência privada de algumas empresas onde trabalhou. Desde 2012 vem atuando como consultor nas áreas de Governança Corporativa, Controladoria e Processos & Sistemas Contábeis/Financeiros.			
Declaração de eventuais condenações			
O Sr. Eraldo Soares Peçanha declarou que, para todos os fins de direito, não esteve sujeito, nos últimos			

05 anos, aos efeitos de nenhuma condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo (incluindo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados), mesmo que não transitada em julgado, e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Declaração Pessoa Politicamente Exposta (PEP)

O Sr. Eraldo Soares Peçanha declarou que não se enquadra na definição de pessoa politicamente exposta, nos termos da resolução CVM nº 50 de 31 de agosto de 2021 e da Resolução Coaf nº 40, de 22 de novembro de 2021.

Nome	Luiz Augusto Marques Paes	CPF/Passaporte	045.320.388-47
Data de Nascimento	21/07/1961	Profissão	Advogado
Nacionalidade	Brasileiro	Eleito pelo controlador	Sim
		Data de início do primeiro mandato	30/04/2004
		Data da eleição	25/04/2025
Cargo eletivo ocupado	Membro Efetivo do Conselho Fiscal	Data prevista de posse	25/04/2025
Membro Independente	Não aplicável	Prazo de mandato	Até AGO 2026 (1 ano)

Principais experiências profissionais nos últimos 5 anos e outros cargos ou função em comitês ou estruturas não sejam estatutários na Companhia

Luiz Augusto Marques Paes é graduado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo – USP. Atualmente, é membro efetivo do Conselho Fiscal da Companhia. O Sr. Luiz Paes também ocupa os seguintes cargos em outras companhias: (i) membro efetivo do Conselho Fiscal da Vamos Locação de Caminhões, Máquinas E Equipamentos S.A.; (ii) membro efetivo do Conselho Fiscal da Cyrela Brazil Realty S.A. Empreendimentos e Participações; (iii) membro efetivo do Conselho Fiscal da Cury Construtora e Incorporadora S.A.; (iv) membro do Comitê de Auditoria da JSL S.A.; e (v) sócio do escritório Paes e Colauto Sociedade de Advogados, com atuação na área de consultoria jurídica nos ramos de Direito Tributário e Societário.

Declaração de eventuais condenações

O Sr. Luiz Augusto Marques Paes declarou que, para todos os fins de direito, não esteve sujeito, nos últimos 05 anos, aos efeitos de nenhuma condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo (incluindo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados), mesmo que não transitada em julgado, e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Declaração Pessoa Politicamente Exposta (PEP)

O Sr. Luiz Augusto Marques Paes declarou que não se enquadra na definição de pessoa politicamente exposta, nos termos da resolução CVM nº 50 de 31 de agosto de 2021 e da Resolução Coaf nº 40, de 22 de novembro de 2021.

Nome	Rubens Barletta	CPF/Passaporte	397.909.328-04
Data de Nascimento	10/08/1946	Profissão	Advogado
Nacionalidade	Brasileiro	Eleito pelo controlador	Sim
		Data de início do primeiro mandato:	30/04/2004

		Data da eleição	25/04/2025
Cargo eletivo ocupado	Membro Efetivo do Conselho Fiscal	Data prevista de posse	25/04/2025
Membro Independente	Não aplicável	Prazo de mandato	Até AGO 2026 (1 ano)

Principais experiências profissionais nos últimos 5 anos e outros cargos ou função em comitês ou estruturas não sejam estatutários na Companhia

Rubens Barletta é graduado em Direito pela Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo. Atualmente, é membro efetivo do Conselho Fiscal da Companhia. O Sr. Rubens Barletta também ocupa os seguintes cargos em outras companhias: (i) membro do Conselho Fiscal do Banco Alfa de Investimento S.A.; (ii) membro do Conselho Fiscal da Alfa Holdings S.A.; (iii) membro do Conselho Fiscal do Tegma Gestão Logística S.A.; e (iv) sócio do escritório Barletta e Schubert Sociedade de Advogados.

Declaração de eventuais condenações

O Sr. Rubens Barletta declarou que, para todos os fins de direito, não esteve sujeito, nos últimos 05 anos, aos efeitos de nenhuma condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo (incluindo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados), mesmo que não transitada em julgado, e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Declaração Pessoa Politicamente Exposta (PEP)

O Sr. Rubens Barletta declarou que não se enquadra na definição de pessoa politicamente exposta, nos termos da resolução CVM nº 50 de 31 de agosto de 2021 e da Resolução Coaf nº 40, de 22 de novembro de 2021.

Nome	Kurt Janos Toth	CPF/Passaporte	193.789.557-20
Data de Nascimento	30/10/1947	Profissão	Economista
Nacionalidade	Brasileiro	Eleito pelo controlador	Não
		Data de início do primeiro mandato	28/04/2017
		Data da eleição	24/04/2025
Cargo eletivo ocupado	Membro Suplente do Conselho Fiscal	Data prevista de posse	24/04/2025
Membro Independente	Não aplicável	Prazo de mandato	Até AGO 2025 (1 ano)

Principais experiências profissionais nos últimos 5 anos e outros cargos ou função em comitês ou estruturas não sejam estatutários na Companhia

Kurt Janos Toth é graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal Fluminense e pós-graduado em Finanças pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Atualmente, é membro suplente do Conselho Fiscal da Companhia. Suas principais experiências profissionais nos últimos 5 anos incluem atuação como membro dos seguintes Conselhos Fiscais: (i) Tupy S.A. (2017 a 2021); (ii) Brasileira Participações S.A. (2018 a 2019); e (iii) Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S. A. (2015 a 2017).

Declaração de eventuais condenações

O Sr. Kurt Janos Toth declarou que, para todos os fins de direito, não esteve sujeito, nos últimos 05 anos, aos efeitos de nenhuma condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo (incluindo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados), mesmo que não transitada em julgado, e nenhuma

condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Declaração Pessoa Politicamente Exposta (PEP)

O Sr. Kurt Janos Toth declarou que não se enquadra na definição de pessoa politicamente exposta, nos termos da resolução CVM nº 50 de 31 de agosto de 2021 e da Resolução Coaf nº 40, de 22 de novembro de 2021.

Nome	Luciano Douglas Colauto	CPF/Passaporte	129.559.468-42
Data de Nascimento	07/09/1967	Profissão	Administrador
Nacionalidade	Brasileiro	Eleito pelo controlador	Sim
Cargo eletivo ocupado	Membro Suplente Conselho Fiscal	Data de início do primeiro mandato	25/04/2024
		Data da eleição	25/04/2025
		Data prevista de posse	25/04/2025
Membro Independente	Não aplicável	Prazo de mandato	Até AGO 2026 (1 ano)

Principais experiências profissionais nos últimos 5 anos e outros cargos ou função em comitês ou estruturas não sejam estatutários na Companhia

O Sr. Luciano Douglas Colauto é graduado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (EAESP-FGV) e em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP). Atuou como consultor na Arthur Andersen (empresa de auditoria) de setembro de 1988 a dezembro de 1991, e atualmente é sócio da Almeida Prado, Paes, Caruso e Colauto Consultoria Empresarial Ltda. (empresa de consultoria), empresa na qual ingressou em dezembro de 1991. Atuou como membro efetivo do Conselho Fiscal da Nordeste Química S.A. (NORQUISA entre abril de 2003 e agosto de 2004, da TECNISA S.A. entre 2007 e 2017 e é membro efetivo do Conselho Fiscal da Cyrela S.A., JSL S.A. e Movida Participações S.A

Declaração de eventuais condenações

O Sr. Luciano Douglas Colauto declarou que, para todos os fins de direito, não esteve sujeito, nos últimos 05 anos, aos efeitos de nenhuma condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo (incluindo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados), mesmo que não transitada em julgado, e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Declaração Pessoa Politicamente Exposta (PEP)

O Sr. Luciano Douglas Colauto declarou que não se enquadra na definição de pessoa politicamente exposta, nos termos da resolução CVM nº 50 de 31 de agosto de 2021, e da Resolução Coaf nº 40, de 22 de novembro de 2021.

Nome	Roberto Figueiredo Mello	CPF/Passaporte	532.755.358-20
Data de Nascimento	06/08/1948	Profissão	Advogado
Nacionalidade	Brasileiro	Eleito pelo controlador	Sim
		Data de início do primeiro mandato	30/04/2004
		Data da eleição	25/04/2025
Cargo eleito ocupado	Membro Suplente do Conselho Fiscal	Data prevista de posse	25/04/2025

Membro Independente	Não aplicável	Prazo de mandato	Até AGO 2025 (1 ano)
Principais experiências profissionais nos últimos 5 anos e outros cargos ou função em comitês ou estruturas não sejam estatutários na Companhia			
Roberto Figueiredo Mello é graduado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo – USP. Atualmente, é membro suplente do Conselho Fiscal da Companhia. O Sr. Roberto também é sócio fundador da Pacaembu Serviços e Participações Ltda.			
Declaração de eventuais condenações			
O Sr. Roberto Figueiredo Mello declarou que, para todos os fins de direito, não esteve sujeito, nos últimos 05 anos, aos efeitos de nenhuma condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo (incluindo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados), mesmo que não transitada em julgado, e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.			
Declaração Pessoa Politicamente Exposta (PEP)			
O Sr. Roberto Figueiredo Mello declarou que não se enquadra na definição de pessoa politicamente exposta, nos termos da resolução CVM nº 50 de 31 de agosto de 2021 e da Resolução Coaf nº 40, de 22 de novembro de 2021.			

7.4. Fornecer as informações mencionadas no item 7.3 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários.

Não aplicável, uma vez que os membros do Conselho Fiscal não integrarão os Comitês de Assessoramento da Companhia.

7.5. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre: (a) administradores do emissor; (b) (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor; (c) (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor; (d) (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor.

As informações sobre os membros do Conselho de Administração e Diretoria não estão sendo apresentadas neste ato, considerando que a eleição de tais membros não será objeto de deliberação na AGO a realizar-se em 25 de abril de 2025.

7.6. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e: (a) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, participação igual ou superior a 99% (noventa e nove por cento) do capital social; (b) controlador direto ou indireto do emissor; e (c) caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas

As informações sobre os membros do Conselho de Administração e Diretoria não estão sendo apresentadas neste ato, considerando que a eleição de tais membros não será objeto de deliberação na AGO a realizar-se em 25 de abril de 2025.

IV. Remuneração dos Administradores (Seção 8 do Anexo C à Resolução CVM 80/22)

8.1. Política ou prática de remuneração

- a) **Objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.**

A Suzano adota uma Política de Remuneração da Administração, que estabelece diretrizes claras e objetivos definidos para a construção da remuneração dos conselheiros, membros de comitês e diretores estatutários. Essa política foi aprovada pelo Conselho de Administração em 9 de fevereiro de 2022. A Companhia adota os mesmos critérios e orientações da Política de Remuneração para a determinação da remuneração dos diretores não-estatutários.

Objetivos da Política de Remuneração: O principal objetivo da Política de Remuneração é atrair, reter e engajar profissionais alinhados à estratégia, princípios e valores da Suzano, assegurando a geração de valor sustentável para os acionistas. A estratégia de remuneração adotada pela Companhia promove decisões que otimizam custos, aumentam a eficiência operacional e impulsionam a inovação, resultando em maior retorno sobre o capital investido. Para tanto, a estrutura de remuneração busca equilibrar componentes fixos e variáveis, de curto e longo prazo, promovendo o alinhamento entre os interesses dos executivos e os objetivos de crescimento e perenidade da companhia.

Componentes da Remuneração: A política contempla os seguintes componentes principais:

- Remuneração Fixa: Definida com base em estudos de mercado, considerando a complexidade dos cargos e as competências requeridas.
- Remuneração Variável de Curto Prazo: participação de resultados, atrelada ao atingimento de metas financeiras, operacionais e de sustentabilidade, alinhadas à estratégia da companhia.
- Remuneração Variável de Longo Prazo: Planos de Incentivo de Longo Prazo baseado em ações vinculados ao desempenho das ações da companhia no mercado, os quais incentivam uma visão de longo prazo, reforçam o senso de 'ownership' e contribuem para a retenção de talentos ao alinhar os interesses dos executivos com os resultados sustentáveis da empresa.

Governança e Revisão: A Política de Remuneração é revisada periodicamente pelo Comitê de Nomeação e Remuneração e aprovada pelo Conselho de Administração, garantindo sua aderência à estratégia empresarial e às práticas de mercado.

Política de Recuperação de Remuneração (Clawback): Em 30 de novembro de 2023, o Conselho de Administração da Suzano aprovou a Política de Recuperação de Remuneração ("Clawback"), que estabelece as condições em que diretores executivos devem restituir remunerações recebidas de maneira indevida, especialmente em situações que envolvam ajustes contábeis ou erros na apuração de resultados. A iniciativa reforça o compromisso da companhia com a transparência, a integridade e a responsabilidade corporativa, que já previa em sua Política de Remuneração a implementação dos mecanismos de "Malus" e "Clawback".

Acesso às Políticas: As Políticas de Remuneração dos Administradores e de Clawback estão integralmente disponíveis nos seguintes endereços:

- Website de Relações com Investidores da Suzano: <https://ri.suzano.com.br>
- Portal da Comissão de Valores Mobiliários (CVM): <https://sistemas.cvm.gov.br>

b) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria

i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

A remuneração global anual dos administradores e do Conselho Fiscal, caso instalado, é proposta pelo Conselho de Administração e aprovada pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas. Para assegurar que as decisões sejam alinhadas com as melhores práticas de mercado e com a realidade financeira da Companhia, o Conselho de Administração conta com o apoio do Comitê de Nomeação e Remuneração, responsável por avaliar e definir as diretrizes de remuneração, considerando benchmarks do setor e as metas estratégicas da Companhia.

O Comitê de Nomeação e Remuneração realiza análises baseadas em pesquisas de mercado conduzidas por consultorias externas, garantindo que a remuneração seja competitiva, justa e alinhada ao desempenho da Companhia. As diretrizes propostas são revistas periodicamente para assegurar que atendam às necessidades de atração e retenção de talentos executivos, ao mesmo tempo em que estão em conformidade com as expectativas dos acionistas.

O Comitê de Nomeação e Remuneração é composto por três membros, sendo um deles membro do Conselho de Administração, e dois membros independentes, todos com vasta experiência em remuneração executiva e em conselhos de administração, assegurando a transparência e imparcialidade nas decisões.

A seleção dos membros do Comitê de Nomeação e Remuneração é feita pelo Conselho de Administração, com base em sua experiência técnica e independência. O processo de seleção envolve entrevistas conduzidas pelo Coordenador do Comitê, que avalia a qualificação dos candidatos em governança corporativa e remuneração executiva, garantindo que possuam a expertise necessária para atuar com autonomia e ética nas discussões de remuneração.

O Conselho de Administração, a partir da proposta realizada pelo Comitê de Nomeação e Remuneração analisa e aprova a remuneração global anual dos administradores e Conselho Fiscal (quando instalado) e submete à aprovação da Assembleia Geral da Companhia. Após a aprovação da Assembleia Geral, o Conselho de Administração, a partir de proposta feita pelo Comitê de Nomeação e Remuneração, aprova a individualização da remuneração dos membros da administração e do Conselho Fiscal (quando instalado).

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

A remuneração dos Administradores é definida com base em padrões de mercado, a partir de fontes com alta credibilidade e rigor metodológico, como as pesquisas realizadas por consultorias especializadas, que garantem a competitividade e a adequação da remuneração às necessidades estratégicas da Companhia e às melhores práticas de RH. Tais fontes são fundamentais para posicionar a remuneração dos colaboradores da Companhia dentro os melhores padrões de mercado, garantindo à Companhia a capacidade de atração e retenção de talentos de alta performance.

Anualmente, a Companhia adquire junto à renomada consultoria Korn Ferry uma pesquisa de mercado abrangente, a qual é utilizada como fonte para definir os critérios de comparação e os benchmarks objetivos que guiarão a remuneração dos membros do Conselho de Administração, Diretoria, Conselho Fiscal e Comitês de Assessoramento.

Essa análise se baseia em uma amostra de empresas com porte e características operacionais similares à Suzano, ou então líderes nos seus respectivos segmentos de atuação.

Para a definição da remuneração fixa, variável de curto e longo prazo, a Companhia utiliza as seguintes fontes principais de comparação fornecidas pela Korn Ferry: a pesquisa “Top Exec” e os dados disponibilizados pela plataforma de remuneração KF Pay, para a Diretoria, e a pesquisa de remuneração

de Conselheiros para o Conselho de Administração, Comitês de Assessoramento e Conselho Fiscal, ambas da Korn Ferry. Essas ferramentas se apresentam como fontes importantes para a reflexão interna e tomada de decisão, na medida em que oferecem dados precisos sobre as práticas remuneratórias em empresas do mesmo porte, o que permite a Companhia adotar comparações objetivas e detalhadas.

Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitês: a pesquisa de remuneração contratada junto à Korn Ferry é realizada a partir de um painel com 25 empresas selecionadas, que possuem porte e características de governança comparáveis à Companhia, conforme a seguinte metodologia:

- Setor de Atuação: 24% das empresas são do setor Industrial, 16% do setor de Consumo, 16% do setor de Varejo e 44% em outros setores;
- Governança: 64% das empresas estão listadas no Novo Mercado; e
- Estrutura de Capital: 36% das empresas possuem capital pulverizado.

A pesquisa da Korn Ferry analisa as principais práticas e tendências de remuneração, levando em consideração tempo de dedicação dos Conselheiros, honorários totais (curto e longo prazo), participação em comitês e benefícios oferecidos, entre outros aspectos.

Diretoria: através da plataforma de remuneração KF Pay e da pesquisa denominada “Top Exec”, a consultoria Korn Ferry consolida dados de companhias anualmente, com o objetivo de apoiar seus clientes, tais quais a Companhia, em discussões internas e na tomada de decisão acerca da remuneração dos executivos da Companhia. O painel disponibilizado à Suzano é composto por dados de remuneração de 32 empresas de porte e características similares à Suzano, conforme a seguinte metodologia:

- Setor de Atuação: 19% das empresas são do setor Industrial, 13% de Transporte, 9% de Mineração e 59% de outros setores.
- Número de Funcionários: 41% das empresas possuem mais de 10.001 funcionários.
- Receita Bruta Anual: 44% possuem receita bruta anual entre US\$ 1 bilhão e US\$ 5 bilhões.

A pesquisa buscar se apresentar como fonte detalhada sobre as principais práticas e tendências de remuneração praticadas no mercado como, por exemplo, informações sobre remuneração fixa, incentivos de curto e longo prazo, benefícios (diretos e indiretos), entre outros.

As pesquisas acima são apresentadas através de relatórios detalhados, que consolidam as práticas de remuneração das empresas pesquisadas pela Korn Ferry. A Companhia não tem acesso a quaisquer informações individuais de remuneração, mas tão somente a uma visão geral das faixas de valores praticados por cargo ou grupo salarial nas empresas analisadas, o que funciona como fonte para as discussões internas e tomada de decisão acerca da remuneração dos executivos da Companhia.

Os dados advindos da pesquisa “Top Exec” e das pesquisas de mercado para remuneração da Diretoria, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitês de Assessoramento são atualizados anualmente pela Korn Ferry, com base em informações reais de remuneração de todas as empresas pesquisadas. A metodologia utilizada pela Korn Ferry busca incluir nos painéis empresas com características operacionais e financeiras compatíveis com a realidade da Suzano, a fim de se apresentar como fonte válida para comparações minimamente consistentes e relevantes.

A estratégia de remuneração é construída a partir da análise dos percentuais estatísticos dos relatórios da Korn Ferry, o que contribui para que a Companhia possa determinar as faixas de remuneração que considera competitivas e compatíveis ao objetivo de atração e retenção de talentos de alta performance. Essas faixas orientam a definição dos valores de remuneração para os membros do Conselho de Administração, Diretoria, Conselho Fiscal e Comitês.

iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

Anualmente, é realizada a avaliação da Política de Remuneração com base em informações de mercado feitas por consultorias especializadas.

O Comitê de Nomeação e Remuneração realiza uma análise detalhada dos dados das pesquisas de mercado para avaliar a competitividade e adequação da Política de Remuneração da Companhia. Essa avaliação considera as melhores práticas do setor, assegurando que a remuneração dos Administradores esteja alinhada com as necessidades estratégicas da Companhia e com as tendências do mercado.

O Comitê também analisa a estrutura dos pacotes de remuneração, incluindo remuneração fixa, variável de curto e longo prazo, e benefícios, com o objetivo de garantir que esses componentes sejam compatíveis com o desempenho da Companhia e sua estratégia de longo prazo. A revisão assegura, ainda, que a política de remuneração continue atraente para a atração e retenção de talentos qualificados

Qualquer proposta de alteração nos planos de remuneração é discutida pelo Comitê e submetida à apreciação do Conselho de Administração. O Conselho de Administração analisa essas propostas para garantir que estejam em conformidade com os princípios de governança corporativa, alinhadas à estratégia da Companhia e no interesse dos acionistas.

Essa avaliação periódica da Política de Remuneração é um processo contínuo, que pode ser influenciado por alterações no mercado, nas condições econômicas ou nas prioridades estratégicas da Companhia.

Caso identificado algum ponto de melhoria e/ou ajuste a ser implementado na Política de Remuneração, tal sugestão é submetida pelo Comitê de Nomeação e Remuneração à aprovação do Conselho de Administração, em linha com o item 8.2.(b)(i) acima.

c) Composição da Remuneração

i. Descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:

- **Seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor**

A remuneração dos executivos da Companhia é estruturada para garantir o alinhamento com os interesses dos acionistas e apoiar o crescimento sustentável da empresa. Os principais componentes da remuneração são descritos a seguir, com detalhes sobre seus objetivos e a forma como se conectam à estratégia de curto, médio e longo prazo da Companhia:

- **Remuneração Fixa Anual:** compreende o salário ou honorário dos executivos, além de eventuais compensações por participação em comitês e funções de governança. Tem como objetivo proporcionar uma compensação estável, refletindo a responsabilidade do cargo e assegurando uma remuneração competitiva no curto prazo, alinhada às expectativas do mercado.
- **Remuneração Variável de Curto Prazo:** compreende a participação de resultados, que recompensa os colaboradores anualmente pelo cumprimento de metas de curto prazo, que são alinhadas com os objetivos estratégicos da Companhia. O programa visa a reforçar o alinhamento dos executivos com os interesses dos acionistas, motivando-os a alcançar resultados financeiros, operacionais e atrelados à ESG, que impactem diretamente no valor da Companhia.
- **Remuneração Variável de Longo Prazo (baseada em ações):** abrange os Planos de Incentivo de Longo Prazo (ILP) baseado em ações com vistas a buscar o alinhamento entre os interesses dos administradores aos interesses da Companhia e de seus acionistas e incentivá-los à condução dos negócios da Companhia de maneira sustentável, dentro de limites apropriados de risco e

alinhados com os interesses dos acionistas. A Companhia hoje conta com os seguintes Planos de Incentivo de Longo Prazo:

- Plano de Outorga de Ações Fantasma (*Phantom Shares*): Plano de remuneração que concede unidades representativas de ações da Companhia que dão o direito ao recebimento pelo beneficiário de montante financeiro após o cumprimento do período de carência, podendo ainda ser incluído indicadores de performance, como fator multiplicador do Valor de Resgate.
- Plano de Outorga de Ações com Performance (*Performance Shares*): Plano de remuneração que concede o direito de recebimento pelo Beneficiário de ações da Companhia, condicionado ao cumprimento do período de carência e ao atingimento de metas com base em indicadores de performance.
- Programa SAR (*Share Appreciation Rights*): Programa de Remuneração vinculado à valorização das ações da Companhia, que foi descontinuado em 2024, que concede ao Beneficiário unidades representativas de ações da companhia (Ações Fantasma) que dão o direito ao recebimento pelo beneficiário de montante financeiro, condicionado (i) ao investimento do Beneficiário na outorga; (ii) ao atingimento de indicador de performance e (iii) ao cumprimento do período de carência. As outorgas ainda ativas serão liquidadas até 2027.

Para os Planos de Incentivo de Longo Prazo destacados acima, o principal indicador de performance é o TSR (*Total Shareholder Return*) relativo, que mede o retorno total aos acionistas, combinando a valorização das ações com os dividendos pagos. O desempenho da Companhia é comparado com um grupo de referência, composto por empresas competidoras ("Grupo de Referência"), e a posição relativa da Companhia nesse ranking determinará o fator de performance.

As informações dos Planos de Incentivo de Longo Prazo estão disponíveis no item 8.4 deste formulário e detalhadas adiante para cada órgão da administração.

- Benefícios diretos e indiretos e pós-emprego: a Companhia oferece um pacote robusto de benefícios, alinhado às melhores práticas de mercado, melhores detalhados abaixo.

A aplicação destes elementos, bem como seus objetivos e o seu alinhamento em relação aos interesses de curto, médio e longo prazo da Companhia, vinculado aos administradores, ocorrem da forma detalhada a seguir:

Conselho de Administração

Remuneração fixa

A remuneração fixa dos membros do Conselho de Administração é definida com base em padrões de mercado, com o objetivo de atrair, reter e recompensar conselheiros qualificados que agreguem valor à Companhia, composta por salários ou honorários.

Além da remuneração fixa, conselheiros que atuam em comitês de assessoramento recebem honorários adicionais, pagos mensalmente, como forma de reconhecer a dedicação e a responsabilidade associada a essas funções extras.

Importante destacar que, embora o Conselho seja colegiado, a remuneração dos membros pode variar conforme critérios subjetivos, como:

- Nível de responsabilidade: A remuneração pode ser ajustada conforme a complexidade do cargo e o grau de envolvimento nas decisões estratégicas.

- Formação e competência: A remuneração pode ser ajustada conforme experiência e as qualificações técnicas de cada conselheiro.
- Acúmulo de cargos: A remuneração pode ser ajustada para conselheiros que ocupam múltiplos cargos ou funções estratégicas dentro da Companhia.
- Valor de mercado dos serviços: A remuneração pode ser ajustada quando a Companhia observa o valor de mercado dos serviços prestados pelos conselheiros, especialmente quando suas competências são raras ou de grande relevância estratégica.

Esses ajustes garantem uma remuneração diferenciada conforme as especificidades de cada conselheiro, sempre alinhada aos interesses da Companhia e à necessidade de manter a isonomia interna.

Remuneração variável de longo prazo (baseada em ações)

Os membros do Conselho de Administração são elegíveis à participação no Plano de Outorga de Ações com Performance (*Performance Shares*) que visa a alinhar os interesses do Conselho de Administração com os objetivos estratégicos de médio e longo prazo da Companhia, promovendo o crescimento sustentável e a maximização de valor para os acionistas.

Os programas no âmbito do Plano de Outorga de Ações com Performance para o Conselho de Administração atualmente vigentes possuem o prazo de carência de 3 (três) anos e estão sujeitos ao TSR relativo como indicador de performance (Meta), cujo atingimento impacta quantidade de Ações com Performance entregues ao final para Beneficiário.

As informações sobre o Plano de Outorga de Ações com Performance (*Performance Shares*) estão disponíveis no item 8.4 deste formulário.

Benefícios diretos e indiretos

A Companhia oferece um benefício de seguro de vida para conselheiros com dedicação permanente. Este benefício visa a proporcionar segurança adicional aos conselheiros e assegurar a continuidade da governança da Companhia em caso de imprevistos, permitindo que se concentrem totalmente em suas responsabilidades estratégicas.

Benefícios-pós emprego e outros: Não aplicável.

Diretoria (Estatutária e Não-Estatutária)

Remuneração fixa

A remuneração fixa dos membros da Diretoria é determinada com base em uma análise de mercado, levando em consideração as melhores práticas do setor. Seu objetivo é atrair, reter e motivar executivos altamente qualificados, que possam gerar valor para os resultados da Companhia. Esta compensação reflete o tempo, a dedicação e as responsabilidades de cada membro, alinhando-se às metas e à estratégia da empresa.

Periodicamente, a remuneração fixa é revisada, levando em conta a performance individual, os padrões de mercado e as necessidades estratégicas da Companhia. Ajustes são feitos para garantir que os executivos sejam recompensados adequadamente, de acordo com o seu impacto no desempenho e crescimento da Companhia.

Remuneração variável de curto prazo

A remuneração variável de curto prazo da Companhia compreende a participação de resultados e tem como objetivo alinhar o desempenho dos executivos e colaboradores às prioridades estratégicas de curto prazo da Companhia, estimulando o foco em resultados que impactam diretamente o crescimento sustentável do negócio.

O programa oferece recompensas com base no atingimento de metas anuais previamente estabelecidas, que refletem os objetivos organizacionais e o compromisso com a criação de valor para os stakeholders. Este componente tem como composição, metas individuais, metas de unidade de negócios, avaliação de performance e metas coletivas, conforme aplicável, que levam em consideração principalmente:

- Saúde financeira: Indicadores como Ebitda e Geração de Caixa Operacional, que avaliam a eficiência financeira e a capacidade de gerar recursos.
- Otimização operacional: Metas que visam a melhorar a eficiência dos processos internos e a produtividade.
- ESG (Environmental, Social and Governance): Objetivos voltados para a Diversidade e Inclusão, e outros critérios de sustentabilidade e governança.

Como gatilho, a apuração e o pagamento da participação estão condicionados ao atingimento ou superação do valor mínimo previamente definido de indicador financeiro estabelecido pela Companhia.

A estrutura da remuneração de curto prazo foi desenhada para garantir uma relação clara entre o desempenho individual, coletivo e os resultados da companhia, promovendo uma cultura de alta performance. O acompanhamento das metas é realizado de maneira contínua ao longo do ano, com revisões periódicas que permitem avaliar o progresso, identificar pontos de atenção e, quando necessário, ajustar as estratégias para assegurar o alinhamento com os direcionadores estratégicos definidos pela liderança.

Além de reconhecer as entregas excepcionais, a remuneração de curto prazo acima reforça o princípio da meritocracia e a importância da colaboração entre as áreas, incentivando comportamentos alinhados à cultura organizacional e às diretrizes de governança corporativa.

Essa abordagem estruturada e transparente garante uma gestão equitativa da remuneração variável, assegurando que as recompensas sejam concedidas de forma justa, com base em critérios objetivos e em conformidade com as políticas internas e regulamentações aplicáveis.

Mais adiante, no capítulo relacionado a metodologia de cálculo e de reajuste, será abordada a configuração do programa com maior profundidade.

Remuneração variável de longo prazo (baseada em ações)

A remuneração variável de longo prazo da Diretoria é estruturada através dos Planos de Incentivo de Longo Prazo (ILP) baseados em ações que visam a alinhar os interesses dos membros da Diretoria com os objetivos estratégicos de médio e longo prazo da Companhia, promovendo o crescimento sustentável e a maximização de valor para os acionistas.

Até o exercício social de 2023, os membros da Diretoria e do Conselho de Administração recebiam, a título de Incentivo de Longo Prazo (ILP), pagamentos baseados em ações (i) na modalidade de outorga de opções de compra de ações fantasmas, no âmbito do Programa SAR; (ii) na modalidade de entrega de ações no âmbito do Plano de Ações com Performance (*Performance Shares*); e (iii) na modalidade de outorga de ações fantasmas no âmbito do Plano de Outorga de Ações Fantasmas (*Phantom Shares*). Em 2024, a administração optou por descontinuar o Plano SAR. Com a intenção de fortalecer o alinhamento entre os interesses da gestão e os dos acionistas e garantir a continuidade de práticas de incentivo adequadas, a administração propôs à Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 2024 o aprimoramento da modelagem do Plano de Outorga de Ações com Performance (*Performance Shares*) e do Plano de Outorga de Ações Fantasmas (*Phantom Shares*) através da aprovação de dois novos planos.

A Diretoria, assim sendo, é elegível à participação do (i) Plano de Outorga de Ações Fantasmas (*Phantom Shares*); e (ii) do Plano de Outorga de Ações com Performance (*Performance Shares*).

Os programas no âmbito do Plano de Outorga de Ações Fantasmas (*Phantom Shares*) atualmente vigentes possuem o prazo de carência de 3 (três) a 5 (cinco) anos, e estão sujeitos ao TSR relativo como

indicador de performance, cujo atingimento impacta o cálculo do Valor do Resgate (conforme definido no Plano).

Os programas no âmbito do Plano de Outorga de Ações com Performance (*Performance Shares*) atualmente vigentes possuem o prazo de carência de 3 (três) a 5 (cinco) anos, e estão sujeitos ao TSR relativo como indicador de performance (Meta), cujo atingimento impacta a quantidade de Ações com Performance a ser efetivamente entregue ao beneficiário.

Consulte o item 8.4 deste Formulário de Referência para mais detalhamento acerca dos Planos de Incentivo de Longo Prazo da Companhia.

Benefícios diretos e indiretos

A Companhia oferece um pacote robusto de benefícios aos Diretores, incluindo vale alimentação, vale refeição, seguro de vida em grupo e para acidentes pessoais, previdência privada, check-up de saúde, plano de saúde e plano odontológico.

Estes benefícios visam promover o bem-estar e a qualidade de vida dos membros da Diretoria, alinhando-se com as melhores práticas de mercado. Periodicamente, os pacotes de benefícios são revistos para garantir que a Companhia continue competitiva e capaz de atrair e reter os melhores talentos.

Benefícios pós-emprego

A Companhia oferece programa de previdência privada aos Diretores, tendo como objetivo a assistência após a cessação do vínculo com a Companhia.

Bônus e cessação de cargo

A Companhia pode, de maneira não recorrente, celebrar arranjos contratuais em forma de bônus e benefícios de cessação de cargo, em razão da alteração da composição da administração.

Conselho Fiscal

Remuneração Fixa

O Conselho Fiscal da Companhia é um órgão de natureza fiscalizatória, composto por membros independentes, cuja função principal é garantir a conformidade das atividades da Companhia com as normas legais, regulatórias e estatutárias. O Conselho Fiscal possui caráter não permanente e é instalado mediante pedido dos acionistas, nos termos do artigo 161 do art. 161 da Lei nº 6.404/76.

A remuneração dos membros do Conselho fiscal é composta por remuneração fixa mensal que não deve ser inferior a 10% da remuneração fixa média dos membros da Diretoria Estatutária, excluindo-se benefícios, verbas de representação e participação nos resultados, na forma do parágrafo 2º do art. 162 da Lei nº. 6404/76. A política de remuneração fixa busca não apenas atender aos requisitos legais, mas também atrair profissionais qualificados para o exercício das funções de fiscalização.

O valor da remuneração é revisado periodicamente, levando em consideração fatores como o mercado e a complexidade das atividades da Companhia. Essa prática garante que os membros do Conselho Fiscal sejam adequadamente remunerados, refletindo o tempo e esforço dedicados às suas funções e a importância de sua atuação na governança corporativa.

Remuneração variável: Não aplicável

Benefícios diretos e indiretos: Não aplicável.

Benefícios pós-emprego e outros: Não aplicável.

Comitês de Assessoramento

Remuneração Fixa:

A remuneração dos membros dos comitês de assessoramento é composta por remuneração fixa mensal, destinada a refletir o tempo, a experiência e a dedicação de cada membro na análise e recomendação de estratégias relevantes para o futuro da Companhia.

Além disso, a remuneração fixa busca garantir que a Companhia tenha acesso aos melhores talentos para assessorar o Conselho de Administração, contribuindo para o desempenho e a sustentabilidade do negócio a longo prazo. A remuneração é revisada periodicamente, levando em consideração a complexidade e as responsabilidades assumidas pelos membros dos comitês.

Remuneração variável: Não aplicável

Benefícios diretos e indiretos: Não aplicável.

Benefícios pós emprego e outros: Não aplicável.

- **Sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais**

DIRETORIA ESTATUTÁRIA	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2024	2023	2022
Remuneração Fixa	17,2%	30,4%	34,1%
Salários ou honorários	16,3%	28,6%	33,4%
Benefícios diretos ou indiretos	0,8%	1,8%	0,7%
Participação em comitês	0,0%	0,0%	0,0%
Remuneração Variável	12,8%	26,2%	15,8%
Bônus	0,0%	13,0%	0,0%
Participação nos resultados	12,8%	13,1%	15,8%
Benefícios pós emprego	0,5%	0,6%	0,7%
Cessação do exercício do cargo	2,2%	0,0%	0,0%
Remuneração baseada em ações	67,3%	42,8%	49,4%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2024	2023	2022
Remuneração Fixa	68,7%	83,0%	100,0%
Salários ou honorários	49,3%	59,2%	66,6%
Benefícios diretos ou indiretos	0,2%	0,2%	0,2%
Participação em comitês	19,3%	23,6%	33,3%
Remuneração Variável	0,0%	0,0%	0,0%
Bônus	0,0%	0,0%	0,0%
Participação nos resultados	0,0%	0,0%	0,0%
Benefícios pós emprego	0,0%	0,0%	0,0%
Cessação do exercício do cargo	0,0%	0,0%	0,0%

Remuneração baseada em ações (1)	31,3%	17,0%	0,0%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

(1) A partir de 2023, os membros do Conselho de Administração passaram a ser elegíveis à participação no Plano de Outorga de Ações com Performance (*Performance Shares*), conforme detalhado acima e no item 8.4 deste Formulário

CONSELHO FISCAL	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2024	2023	2022
Remuneração Fixa	100,0%	100,0%	100,0%
Salários ou honorários	100,0%	100,0%	100,0%
Benefícios diretos ou indiretos	0,0%	0,0%	0,0%
Participação em comitês	0,0%	0,0%	0,0%
Remuneração Variável	0,0%	0,0%	0,0%
Bônus	0,0%	0,0%	0,0%
Participação nos resultados	0,0%	0,0%	0,0%
Benefícios pós emprego	0,0%	0,0%	0,0%
Cessação do exercício do cargo	0,0%	0,0%	0,0%
Remuneração baseada em ações	0,0%	0,0%	0,0%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

COMITÊS DE ASSESSORAMENTO	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2024	2023	2022
Remuneração Fixa	100,0%	100,0%	100,0%
Salários ou honorários	100,0%	100,0%	100,0%
Benefícios diretos ou indiretos	0,0%	0,0%	0,0%
Participação em comitês	0,0%	0,0%	0,0%
Remuneração Variável	0,0%	0,0%	0,0%
Bônus	0,0%	0,0%	0,0%
Participação nos resultados	0,0%	0,0%	0,0%
Benefícios pós emprego	0,0%	0,0%	0,0%
Cessação do exercício do cargo	0,0%	0,0%	0,0%
Remuneração baseada em ações	0,0%	0,0%	0,0%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

- **Sua metodologia de cálculo e de reajuste**

O montante anual destinado à remuneração global dos Administradores e do Conselho Fiscal (quando instalado) é aprovado em Assembleia Geral Ordinária de acionistas da Companhia.

Conforme descrito no item 8.1.b.ii deste Formulário, anualmente, a Companhia realiza uma análise comparativa dos valores de remuneração pagos aos membros da Diretoria, Conselho de Administração e Comitês de Assessoramento, com os praticados no mercado, especialmente por empresas concorrentes nos segmentos em que a Companhia atua, bem como por multinacionais brasileiras e empresas de capital aberto ou com estratégias de remuneração similares. Esse processo é conduzido com base nas diretrizes da estratégia de remuneração da Companhia, por meio de pesquisas realizadas por consultorias externas renomadas e especializadas, com o objetivo de avaliar o grau de competitividade e, caso necessário, propor ajustes em componentes da remuneração que estejam desalinhados.

Remuneração Fixa

Para fins da composição da remuneração fixa, a Companhia realiza regularmente pesquisas de mercado, de forma a avaliar se os critérios e condições que adota para a determinação da remuneração são satisfatórios e permite a retenção de profissionais, bem como analisa a necessidade de se propor reajustes em algum componente da remuneração que possa estar desalinhado. Essas pesquisas são realizadas anualmente, por consultoria especializada e reconhecida no mercado contratada pela Companhia, e é

pautada na análise dos dados das principais empresas do mercado brasileiro, com faturamento e porte similares aos da Companhia. Mais informações constam do item 8.1.b(ii) deste Formulário de Referência.

Ademais, os reajustes na remuneração fixa da Diretoria estão também diretamente condicionados à avaliação anual de desempenho dos profissionais da Suzano. Esta avaliação considera indicadores de desempenho individuais, os quais refletem o valor e a contribuição de cada colaborador para o crescimento sustentável da Companhia.

Remuneração variável de Longo Prazo (baseada em ações)

Os valores das outorgas dos Incentivos de Longo Prazo baseado em ações são definidos com base nos dados provenientes da pesquisa de remuneração da Korn Ferry, que oferece uma visão detalhada sobre as tendências de mercado, práticas salariais e padrões adotados por empresas de diversos setores. A análise desses dados permite à Suzano manter sua estratégia de remuneração competitiva e garantir que os colaboradores recebam uma compensação compatível com as condições do mercado, contribuindo assim para a atração e retenção de talentos.

A determinação da quantidade de outorga de Ações com Performance e Ações Fantasmas é calculada com base (i) em montante financeiro atribuído conforme o nível hierárquico de cada cargo na organização do Beneficiário; e (ii) convertido em quantidade em ações, considerando o valor médio de cotação das ações da Companhia nos 90 (noventa) pregões do mercado de bolsa de valores da B3 anteriores à data de outorga.

Os incentivos de longo prazo são revisados anualmente para refletir as variações do mercado e as mudanças nos padrões salariais. Esse processo contínuo de revisão assegura que a estratégia de remuneração da Suzano se mantenha competitiva e alinhada às necessidades organizacionais e dinâmicas econômicas. A revisão constante permite que a empresa ajuste sua política de remuneração, garantindo que os incentivos permaneçam adequados às condições externas e às expectativas de desempenho.

Os programas de Incentivo de Longo Prazo baseados em ações também estão sujeitos às condições de desempenho do TSR relativo.

Essa abordagem assegura que os incentivos de longo prazo recompensem de forma justa os colaboradores, refletindo a criação de valor para os acionistas e demais partes interessadas.

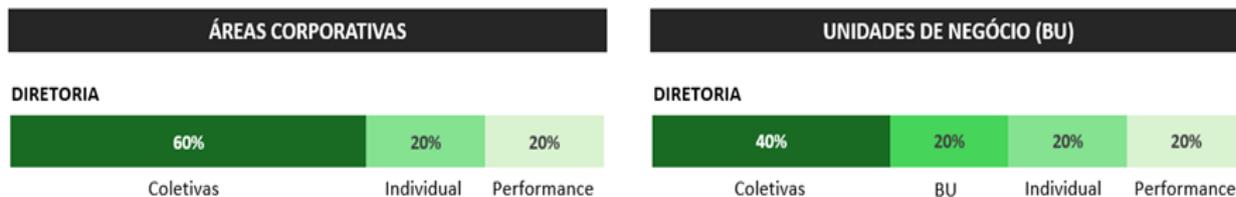
Remuneração variável de curto prazo

A remuneração variável de curto prazo na forma de participação de resultados é definida conforme o nível hierárquico de cada cargo na organização. Tais valores são estabelecidos com base nos dados fornecidos pela pesquisa de remuneração da Korn Ferry, que oferece informações detalhadas sobre as tendências de mercado e as práticas adotadas por empresas de diversos setores. A partir desses dados, a Suzano busca garantir a competitividade de sua estratégia de remuneração, alinhando-a com as melhores práticas do mercado e assegurando que os colaboradores recebam uma compensação condizente com as condições externas.

Esses incentivos são revisados anualmente, com o intuito de refletir as movimentações do mercado e as mudanças nos padrões salariais. Esse processo contínuo de revisão garante que a empresa se mantenha competitiva, tanto para atrair quanto para reter talentos, ajustando sua estratégia de acordo com as dinâmicas econômicas e as necessidades organizacionais.

Como gatilho, a apuração e o pagamento da participação estão condicionados ao atingimento ou superação do valor mínimo previamente definido de indicador financeiro estabelecido pela Companhia.

O programa é estruturado nos componentes descritos a seguir:



Metas Coletivas

Definidas anualmente pela alta liderança, as metas coletivas representam objetivos comuns a todos os participantes, visando o desempenho global da companhia. Na determinação dessas metas, são considerados aspectos como:

- Saúde financeira: Sustentabilidade econômico-financeira do negócio.
- Performance competitiva: Desempenho da companhia em comparação com os principais concorrentes do setor.
- Práticas ESG (Environment, Social and Governance): Indicadores relacionados a questões ambientais, sociais e de governança, em linha com os compromissos assumidos pela empresa.

Metas das Unidades de Negócio (BU)

Assim como as metas coletivas, as metas das Unidades de Negócio são estabelecidas anualmente pela alta liderança, com foco no desempenho específico de cada BU. Este bloco inclui objetivos financeiros e operacionais diretamente ligados ao crescimento, eficiência e resultados da unidade em que o participante está alocado.

Metas Individuais

Definidas pelo colaborador em conjunto com seu líder imediato, as metas individuais devem refletir os objetivos estratégicos da área e contribuir para o alcance das metas organizacionais. Cada participante pode ter até quatro metas individuais, priorizando entregas relevantes e alinhadas ao plano de negócios da companhia.

Avaliação de Performance

A avaliação de performance considera, além dos resultados entregues, o comportamento e o alinhamento do colaborador com a cultura e os valores corporativos. Esse componente é essencial para o desenvolvimento contínuo e a manutenção de um ambiente de alta performance, baseado em atitudes que sustentam a estratégia da empresa.

Essa estrutura busca garantir maior clareza, alinhamento e equidade no processo de definição, acompanhamento e pagamento do bônus anual, reforçando o compromisso com o crescimento sustentável e a meritocracia. A Companhia adota um processo de monitoramento contínuo para avaliar o progresso em cada um desses pilares ao longo do ano, com o intuito de garantir que as iniciativas estejam avançando de forma consistente e alinhada aos objetivos de longo prazo da organização.

Atingimento das Metas de Resultado

As faixas de atingimento das Metas Coletivas, Metas de Unidade de Negócio (BU) e Metas Individuais para a Diretoria variam entre 30% a 170%. O atingimento pode ser no limite mínimo (30%) em cenários de desempenho abaixo do esperado ou superar o padrão (100%) quando os resultados excedem as metas estabelecidas chegando em até (170%).

Atingimento da Avaliação de Performance

O componente de performance, que considera o desempenho individual, comportamental e o alinhamento com a cultura da companhia, pode variar de 0% a 200%, sendo:

- 0%: Desempenho significativamente abaixo das expectativas, com baixo alinhamento aos comportamentos esperados.
- 100%: Performance esperada, com entrega consistente e comportamento alinhado à cultura.
- 200%: Performance de destaque, com resultados extraordinários e atitudes que servem de referência para o time.

Essas faixas foram estruturadas para garantir uma diferenciação clara no reconhecimento, premiando aqueles que entregam resultados superiores e demonstram forte aderência aos valores organizacionais.

Benefícios diretos e indiretos

Os benefícios diretos e indiretos aos quais os colaboradores têm direito são calculados com base nas práticas de mercado local (Brasil), conforme apurado por meio de pesquisas conduzidas pela Korn Ferry, consultoria especializada. Essa pesquisa visa identificar as práticas adotadas e o perfil de concessão de benefícios em empresas de porte semelhante, assegurando que a Suzano se mantenha alinhada às condições e tendências do mercado.

Benefícios pós emprego

As informações sobre previdência privada estão disponíveis no item 8.14 deste Formulário de Referência.

- **Principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG**

A remuneração dos administradores da Companhia é composta por componentes fixos, variáveis e benefícios de longo prazo. Cada parcela é estruturada para alinhar os interesses dos administradores aos objetivos estratégicos da Companhia, promovendo a geração de valor sustentável a longo prazo. A seguir, detalhamos os principais componentes e os indicadores de desempenho considerados para cada um deles.

Remuneração Fixa

- Pesquisas de Mercado: Definida com base em estudos de remuneração em empresas do mesmo porte e setor.
- Posicionamento Competitivo: Acompanhamento contínuo para garantir a competitividade da Companhia em relação ao mercado.

Remuneração Variável

A remuneração variável de curto prazo é atrelada ao alcance de metas e indicadores que refletem o desempenho financeiro, operacional e estratégico da Companhia. O objetivo é premiar os administradores pelos resultados que contribuem diretamente para a criação de valor sustentável a longo prazo. Periodicamente, são revisados o desempenho e as tendências do mercado, permitindo ajustes necessários para garantir a aderência às estratégias da Companhia.

Principais indicadores financeiros:

- EBITDA: Medição do lucro operacional da Companhia.
- Geração de Caixa Operacional e Fluxo de Caixa Livre: Avaliação da capacidade de gerar caixa e manter a liquidez operacional.

- Capital de Giro: Medição da eficiência na gestão de estoques e prazos de pagamento.
- Dívida Líquida e Custo da Dívida: Acompanhamento da estrutura de endividamento e seus custos.
- Margem de Contribuição: Indicador de rentabilidade operacional.
- TSR relativo: compara o retorno total de uma empresa com o desempenho de um índice ou grupo de empresas semelhantes. Ele mede a criação de valor para os acionistas em relação a competidores ou ao mercado.
- Cumprimento de Orçamento: Monitoramento da aderência ao orçamento estabelecido.

Principais indicadores operacionais:

- Níveis de Produção de Papel e Celulose: Medição da capacidade produtiva da Companhia.
- Custos Operacionais e Comerciais: Controle de custos fixos, variáveis e de comercialização.
- Disponibilização de Áreas de Plantio: Gestão eficiente dos recursos naturais.
- Integração de Empresas Adquiridas: Sucesso na integração e geração de sinergias.
- Execução de Inovações: Avaliação da execução de projetos inovadores.

Principais indicadores ASG (Ambientais, Sociais e de Governança):

Os indicadores ASG são fundamentais para garantir que a Companhia atue de maneira responsável, atendendo a compromissos ambientais e sociais. Os principais indicadores incluem:

- Diversidade e Inclusão: Promoção da diversidade com foco no aumento da representatividade de mulheres e pessoas negras em posições de liderança.
- Combate à Pobreza e Geração de Renda: Projetos voltados para a inclusão social e geração de oportunidades econômicas.
- Projetos de Crédito de Carbono: Participação ativa em iniciativas para compensação de emissões de carbono.
- Conformidade Regulatória: Adesão a regulamentações como SOX e controles internos, garantindo uma governança sólida.

A estrutura de remuneração dos administradores visa garantir alinhamento entre seus interesses e os objetivos estratégicos da Companhia, com foco na criação de valor a longo prazo para os acionistas e na sustentabilidade das operações. A combinação de indicadores financeiros, operacionais, estratégicos e ASG proporciona um sistema de incentivos eficaz, reforçando a responsabilidade corporativa e a governança sólida.

ii. razões que justificam a composição da remuneração

A composição da remuneração dos administradores é cuidadosamente alinhada aos objetivos de longo prazo da Companhia, com foco em atrair, reter e motivar talentos-chave. A estrutura remuneratória, pensada para apoiar o sucesso contínuo da organização com as melhores práticas de governança corporativa, é competitiva em relação ao mercado, posicionando a remuneração total acima da média de empresas de porte e setor semelhantes. Dessa forma, a Companhia assegura que os administradores sejam recompensados de acordo com o impacto estratégico de suas decisões, promovendo o desempenho sustentável e mantendo altos padrões de responsabilidade e transparência.

Remuneração Fixa

Definida com base em análises de mercado e comparações com empresas do mesmo porte e setor, a remuneração fixa visa a garantir uma compensação justa e competitiva. Esse componente reflete as responsabilidades e o nível de complexidade dos cargos, assegurando que a Companhia possa atrair e reter executivos qualificados, com experiência e habilidades necessárias para atender aos desafios estratégicos.

Remuneração Variável de Curto Prazo

A remuneração variável está diretamente vinculada ao desempenho da Companhia e é projetada para alinhar os interesses dos administradores aos objetivos estratégicos e de curto prazo da Companhia. Composta por indicadores financeiros, operacionais, estratégicos e ASG, ela recompensa os resultados que geram valor sustentável para acionistas e sociedade. A inclusão de metas de curto prazo assegura que os incentivos sejam equilibrados, incentivando decisões que promovam o crescimento contínuo da Companhia.

Remuneração Variável de Longo Prazo (baseada em ações)

Os incentivos de longo prazo, como Planos de remuneração baseado em ações, são fundamentais para promover a lealdade e o compromisso duradouro dos administradores. Esses benefícios alinham os interesses dos executivos com a criação de valor para os acionistas ao longo do tempo.

iii. existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Não há membros não remunerados.

(d) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não há parcela da remuneração da remuneração recebida por membros do Conselho de Administração, Diretoria, Conselho Fiscal e/ou membros do Comitês de Assessoramento em função do exercício do cargo no emissor, que seja suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos e indiretos.

(e) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Atualmente, não há qualquer remuneração ou benefício para os membros da administração vinculados à ocorrência de determinado evento societário.

8.2. Remuneração total por órgão

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2025 – Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,00	6,58	3,00	18,58
Nº de membros remunerados	9,00	6,58	3,00	18,58
Esclarecimento				
Remuneração Fixa Anual	19.506.470,35	17.507.986,24	1.261.729,70	38.276.186,29
Salário ou pró-labore	15.989.854,51	16.823.681,74	1.261.729,70	34.075.265,95
Benefícios Direto e Indireto	72.999,31	684.304,50	0,00	757.303,80
Participação em comitês	3.443.616,53	0,00	0,00	3.443.616,53
Outros				
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável	0,00	38.298.239,89	0,00	38.298.239,89
Bônus	0,00	7.500.000,00	0,00	7.500.000,00
Participação de resultados	0,00	30.798.239,89	0,00	30.798.239,89
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	INSS (ônus do empregador) incidente sobre a remuneração variável (bônus).	INSS (ônus do empregador) incidente sobre a remuneração variável (bônus).	INSS (ônus do empregador) incidente sobre a remuneração variável (bônus).	
Pós-emprego	0,00	922.573,57	0,00	922.573,57
Cessação do cargo	0,00	6.057.100,00	0,00	6.057.100,00
Baseada em ações (incluindo opções)	9.716.314,44	83.372.620,23	0,00	93.088.934,67
Observação	O número de membros de cada órgão foi calculado considerando a média anual do número de membros apurado mensalmente.	O número de membros de cada órgão foi calculado considerando a média anual do número de membros apurado mensalmente.	O número de membros de cada órgão foi calculado considerando a média anual do número de membros apurado mensalmente.	
Total da remuneração	29.222.784,79	146.158.519,92	1.261.729,70	176.643.034,42

Remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/2024 – Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,83	7,17	3,00	19,00
Nº de membros remunerados	8,83	7,17	3,00	19,00
Esclarecimento				
Remuneração Fixa Anual	13.783.032,29	23.658.843,40	1.090.800,00	38.532.675,69
Salário ou pró-labore	9.886.064,00	22.520.714,87	1.090.800,00	33.497.578,87

Benefícios Direto e Indireto	32.956,33	1.138.128,53	0,00	1.171.084,86
Participação em comitês	3.864.011,96	0,00	0,00	3.864.011,96
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável	0,00	17.681.766,08	0,00	17.681.766,08
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	17.681.766,08	0,00	17.681.766,08
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	INSS (ônus do empregador) incidente sobre a remuneração variável (bônus).	INSS (ônus do empregador) incidente sobre a remuneração variável (bônus).	INSS (ônus do empregador) incidente sobre a remuneração variável (bônus).	
Pós-emprego	0,00	724.545,32	0,00	724.545,32
Cessação do cargo	0,00	2.969.866,67	0,00	2.969.866,67
Baseada em ações (incluindo opções)	6.268.983,87	92.781.794,95	0,00	99.050.778,82
Observação	O número de membros de cada órgão foi calculado considerando a média anual do número de membros apurado mensalmente.	O número de membros de cada órgão foi calculado considerando a média anual do número de membros apurado mensalmente.	O número de membros de cada órgão foi calculado considerando a média anual do número de membros apurado mensalmente.	
Total da remuneração	20.052.016,16	137.816.816,43	1.090.800,00	158.959.632,59

Remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/2023 – Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,00	7,00	3,00	19,00
Nº de membros remunerados	9,00	7,00	3,00	19,00
Esclarecimento				
Remuneração Fixa Anual				
Salário ou pró-labore	9.285.259,00	26.307.936,77	1.066.800,00	36.659.995,77
Benefícios Direto e Indireto	25.926,94	1.661.641,43	0,00	1.687.568,37
Participação em comitês	3.709.011,96	0,00	0,00	3.709.011,96
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	12.000.000,00	0,00	12.000.000,00
Participação de resultados	0,00	12.094.548,47	0,00	12.094.548,47
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00

Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	INSS (ônus do empregador) incidente sobre a remuneração variável (bônus).	INSS (ônus do empregador) incidente sobre a remuneração variável (bônus).	INSS (ônus do empregador) incidente sobre a remuneração variável (bônus).	
Pós-emprego	0,00	598.412,60	0,00	598.412,60
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	2.666.666,67	39.463.601,51	0,00	42.130.268,18
Observação	O número de membros de cada órgão foi calculado considerando a média anual do número de membros apurado mensalmente.	O número de membros de cada órgão foi calculado considerando a média anual do número de membros apurado mensalmente.	O número de membros de cada órgão foi calculado considerando a média anual do número de membros apurado mensalmente.	
Total da remuneração	15.686.864,57	92.126.140,78	1.066.800,00	108.879.805,35

Remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/2022 – Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,33	7,00	3,00	19,33
Nº de membros remunerados	9,33	7,00	3,00	19,33
Esclarecimento				
Remuneração Fixa Anual				
Salário ou pró-labore	10.590.794,50	24.505.063,37	987.600,00	36.083.457,87
Benefícios Direto e Indireto	26.616,60	524.367,89	0,00	550.984,49
Participação em comitês	5.294.000,00	0,00	0,00	5.294.000,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	11.580.965,24	0,00	11.580.965,24
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	INSS (ônus do empregador) incidente sobre a remuneração variável (bônus).	INSS (ônus do empregador) incidente sobre a remuneração variável (bônus).	INSS (ônus do empregador) incidente sobre a remuneração variável (bônus).	
Pós-emprego	0,00	548.472,12	0,00	548.472,12
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	36.315.154,05	0,00	36.315.154,05
Observação	O número de membros de cada órgão foi calculado	O número de membros de cada órgão foi	O número de membros de cada órgão foi	

	considerando a média anual do número de membros apurado mensalmente.	calculado considerando a média anual do número de membros apurado mensalmente.	calculado considerando a média anual do número de membros apurado mensalmente.	
Total da remuneração	15.911.411,10	73.474.022,67	987.600,00	90.373.033,77

8.3. Remuneração variável

Previsão para o exercício social corrente (2025)				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,00	6,58	3,00	18,58
Nº de membros remunerados	0,00	6,58	0,00	6,58
Esclarecimento	N/A	N/A	N/A	N/A
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	7.500.000,00	0	7.500.000,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0	7.500.000,00	0	7.500.000,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício	N/A	N/A	N/A	N/A
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	-	0	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	30.798.239,89	0	30.798.239,89
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0	20.869.489,89	0	20.869.489,89

Exercício social encerrado em 31/12/2024				
	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,83	7,17	3,00	19,00
Nº de membros remunerados	0,00	6,67	0,00	6,67
Esclarecimento	-	-	-	-
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0	0	0	0
Valor efetivamente reconhecido no exercício	0	0	0	0
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	23.063.535,26	0	23.063.535,26

Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0	14.881.035,26	0	14.881.035,26
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0	17.681.766,08	0	17.681.766,08

Exercício social encerrado em 31/12/2023				
	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,00	7,00	3,00	19,00
Nº de membros remunerados	0,00	7,00	0,00	7,00
Esclarecimento	-	-	-	-
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício	0,00	12.000.000,00	0,00	12.000.000,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	16.591.901,39	0,00	16.591.901,39
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0,00	9.448.699,75	0,00	9.448.699,75
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	12.094.548,47	0,00	12.094.548,47

Exercício social encerrado em 31/12/2022				
	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,33	7,00	3,00	19,33
Nº de membros remunerados	0,00	6,00	0,00	6,00
Esclarecimento	-	-	-	-
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00

Valor efetivamente reconhecido no exercício	0,00	0,00	0,00	0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	15.179.929,00	0,00	15.179.929,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0,00	8.644.614,50	0,00	8.644.614,50
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	11.580.965,24	0,00	11.580.965,24

8.4. Plano de remuneração baseado em ações

a) Termos e condições gerais

Até o fim do exercício de 2023, a Companhia possuía três planos de Incentivo de Longo Prazo baseados em ações: (i) o Plano de Outorga de Ações Fantasma (*Phantom Shares*), o (ii) Plano SAR (*Share Appreciation Rights*), e o (iii) Plano de Outorga de Ações com Performance (*Performance Shares*). Esses planos tinham como objetivo alinhar os interesses dos administradores e acionistas, promovendo o crescimento sustentável e a valorização das ações da Companhia.

Em 2024, a Administração optou por descontinuar o Plano SAR. Com a intenção de fortalecer o alinhamento entre os interesses da gestão e os dos acionistas e garantir a continuidade de práticas de incentivo adequadas, a administração submeteu à aprovação dos acionistas, reunidos na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 25 de abril de 2024, proposta de aprimoramento da modelagem do Plano de Outorga de Ações com Performance (*Performance Shares*) e do Plano de Outorga de Ações Fantasma (*Phantom Shares*).

Os novos planos têm como objetivo:

- Fortalecer o alinhamento entre os administradores e os acionistas, garantindo que os interesses de longo prazo estejam em sintonia;
- Atrair, reter e incentivar os administradores a tomar decisões estratégicas e a conduzir os negócios da Companhia de maneira sustentável e com um risco adequadamente controlado;
- Prover incentivos financeiros diretos, recompensando os executivos pela criação de valor duradouro para a Companhia.

Conforme previsto nos Planos, o Conselho de Administração terá amplos poderes, respeitados os limites estabelecidos em lei, na regulamentação aplicável, no Estatuto Social da Companhia, bem como as diretrizes fixadas pela Assembleia Geral e pelo próprio Conselho de Administração, para a organização e administração dos Planos e dos Programas por ele aprovados e recomendados pelo Comitê, inclusive delegando para a Diretoria Executiva ou a área de recursos humanos da Companhia a execução dos Planos.

Programa SAR (*Share Appreciation Rights*) – Descontinuado em 2024

Para seus principais executivos e membros chave entre seus colaboradores, a Companhia possuía o Programa SAR (*Share Appreciation Rights*, ou Programa de Apreciação do Valor das Ações) (“Plano SAR”) que concede ao beneficiário unidades representativas de ações da Companhia (ações fantasmas) que dão o direito ao recebimento pelo beneficiário de montante financeiro, condicionado (i) ao investimento do beneficiário na outorga; (ii) ao atingimento de indicador de performance e (iii) ao cumprimento do período de carência.

Em 2024, a Administração optou por descontinuar o Plano SAR. Dessa forma a remuneração variável relacionada à esse Plano contempla apenas a liquidação dos planos de outorga dos exercícios anteriores.

A quantidade de ações fantasmas outorgadas a cada beneficiário é calculada levando em consideração (i) o salário do beneficiário; (ii) um múltiplo salarial aplicado ao valor do salário; e (iii) a média das últimas 90 cotações da ação da Companhia na B3 antes da data da outorga.

No momento da outorga, o beneficiário deverá investir 5% do valor total correspondente às Ações Fantasma. Após 3 anos, será necessário um investimento adicional de 20% para que o beneficiário receba o valor financeiro a ele outorgado no âmbito do Plano SAR.

O prazo de carência estabelecido no Plano SAR é de 3 anos, começando na data de outorga, com um período de *lock-up* de 6 meses após a conclusão do período de carência. Durante o *lock-up*, os beneficiários não podem vender ou negociar as ações. Após esse período, eles terão uma janela de até 2

(dois) anos para exercer o seu direito de receber o montante financeiro relativo às unidades representativas de ações da Companhia (ações fantasmas) a ele outorgadas no âmbito do Plano SAR.

No momento do resgate, o valor das ações será determinado com base nos seguintes critérios:

- Ações outorgadas ao beneficiário;
- Média das últimas 90 cotações da ação da Companhia na B3, antes do primeiro dia da janela de resgate;
- O TSR (*Total Shareholder Return*) relativo é um indicador de performance que avalia o retorno total gerado para o acionista, considerando a variação do preço da ação e dividendos pagos, comparado com as ações de empresas competidoras.

O valor da ação no resgate será multiplicado pelo TSR relativo observado no período, dependendo do desempenho da ação da Companhia (B3:SUZB3) em relação aos competidores. O ajuste pelo TSR reflete o desempenho comparativo da Companhia no mercado.

Plano de Outorga de Ações Fantasmas (*Phantom Shares*)

São elegíveis para serem beneficiários do Plano – e, assim, cumpridas as condições nele estabelecidas, receberem o um valor pecuniário decorrente da outorga de Ações Fantasmas (“Ações Fantasmas” ou “*Phantom Shares*”) - os membros da Diretoria, tanto estatutária quanto não estatutária, bem como os colaboradores-chave da Companhia, que desempenham funções estratégicas e têm impacto direto nos resultados da Companhia.

O Conselho de Administração da Companhia tem a autoridade para aprovar a outorga de Ações Fantasmas aos Beneficiários, conforme os termos e condições estabelecidos no Plano, nos respectivos programas e nos contratos de outorga relacionados.

Conforme acima disposto acima, cada Ação Fantasma confere ao seu titular o direito de receber um valor pecuniário equivalente ao preço de mercado de uma (1) ação da Companhia, determinado pela cotação de mercado na data de apuração (esta ação, a “Ação de Referência” para fins do Plano de Outorga de Ações Fantasmas).

A quantidade de Ações Fantasmas a serem outorgadas a cada beneficiário é calculada com base em dois critérios principais: (i) o valor financeiro atribuído, que leva em consideração o salário de referência e múltiplo salarial do beneficiário ou, alternativamente, por referências financeiras vinculadas ao agrupamento do cargo; e (ii) o valor em reais por ação, determinado pela média das cotações das Ações de Referência nos últimos 90 pregões do mercado da B3 antes da data de outorga estabelecida no referido contrato de outorga.

O beneficiário só poderá exercer os direitos relativos às Ações Fantasmas após o cumprimento do período de carência e das demais condições estabelecidas no Plano, nos respectivos programas e nos contratos de outorga.

A outorga das Ações Fantasmas não garante ao beneficiário o direito de exercer ou liquidar essas ações antes do cumprimento dessas condições.

O período de carência será determinado pelo Conselho de Administração e poderá variar entre 3 (três) e 5 (cinco) anos a partir da data de outorga. Durante esse período, o beneficiário não poderá exercer nenhum direito relativo às Ações Fantasmas.

Após o período de carência, o Conselho de Administração determinará um “período de exercício” em cada Programa ou Contrato de Outorga, não podendo ultrapassar 2 (dois) anos a partir do término da carência. Durante o Período de Exercício, o beneficiário poderá exercer os direitos relativos às Ações Fantasmas de acordo com as condições estabelecidas, conforme fluxo abaixo:

A liquidação das Ações Fantasmas será realizada por meio do pagamento em dinheiro ao beneficiário do valor do resgate, calculado pela multiplicação da (i) quantidade de Ações Fantasmas outorgadas pela (ii) cotação das Ações de Referência, apurada pela média das cotações dos últimos 90 pregões do mercado da B3 (“Valor de Resgate”), conforme definido em cada programa, com base no fechamento do último pregão antes da liquidação, podendo ainda o TSR (*Total Shareholder Return*) ou outra métrica de prioridade estratégica para a Companhia como fator multiplicador integrante do cálculo do Valor do Resgate.

Para fins do Plano, TSR (*Total Shareholder Return*) significa o indicador de performance relacionado ao retorno ao acionista, utilizado para medir o desempenho de ações de empresas competidoras em um determinado intervalo de tempo, combinando o preço da ação dos comparáveis (TSR relativo). O desempenho da Companhia é comparado com o grupo de referência e a posição relativa da Companhia nesse ranking determinará o fator de performance.

Abaixo segue o fluxo de outorga do Plano de Outorga de Ações com Performance:



O Conselho de Administração aprovará, a seu exclusivo critério, com base na recomendação do Comitê e em conformidade com o Plano, os programas que definirão: (i) os beneficiários elegíveis para a outorga de Ações Fantasmas; (ii) a quantidade de Ações Fantasmas atribuídas a cada beneficiário; (iii) as condições para o exercício dos direitos relativos às Ações Fantasmas, com a possibilidade de modificações dessas condições, conforme necessário ou conveniente, observando os termos do Plano e os respectivos contratos; (iv) o período de carência e o período de exercício para cada beneficiário; e (v) os demais termos e condições relacionados à outorga e ao exercício dos direitos.

Os Beneficiários, incluindo os selecionados para Outorgas Extraordinárias (conforme definido abaixo), deverão se abster de participar de qualquer deliberação ou prática de atos administrativos relacionados à gestão do Plano e dos Programas, desde o momento de sua seleção pelo Conselho de Administração dentre as pessoas elegíveis para participar do Plano, estando inclusive impedidos de interferir e votar na definição da quantidade de Ações Fantasmas outorgada a ele, garantindo imparcialidade no processo decisório.

O Conselho de Administração, em situações excepcionais, poderá estabelecer condições distintas das previstas no Plano para Outorgas Extraordinárias, como em negociações de bônus de entrada para a contratação de membros da Diretoria ou colaboradores chave, ou em razão de gratificações relacionadas a projetos específicos com impacto relevante para a Companhia (“Outorgas Extraordinárias”).

Plano de Outorga de Ações com Performance (*Performance Shares*)

O Conselho de Administração da Companhia poderá aprovar a outorga de ações de emissão da Companhia, representativas do seu capital social, a serem outorgadas nos termos do Plano de Outorga de Ações com Performance (“Ações com Performance” ou “*Performance Shares*”) aos beneficiários do Plano, em conformidade com os termos e condições do Plano, bem como com os respectivos programas e contratos de outorga. Cada Ação com Performance corresponderá a uma (1) ação ordinária, nominativa, escritural e sem valor nominal de emissão da Companhia, a ser entregue ao beneficiário uma vez cumpridas as condições estabelecidas no Plano e nos respectivos programas e contratos.

A quantidade de Ações com Performance a ser atribuída a cada beneficiário será definida pelo Conselho de Administração da Companhia, sempre respeitando o Limite Global (definido no item 8.4(c) abaixo) e, no caso das Outorgas Extraordinárias Performance Shares (abaixo definido), o Limite Extraordinário (definido no item 8.4(c) abaixo).

Esses limites representam os tetos financeiros e quantitativos estabelecidos para garantir que a distribuição das Ações com Performance seja realizada de forma equilibrada e alinhada com os objetivos estratégicos da Companhia. A quantidade final de Ações com Performance que será efetivamente entregue dependerá do cumprimento das metas estabelecidas no Plano e nos respectivos programas, sendo avaliadas após o período de carência.

O montante das Ações com Performance será inicialmente estipulado em montante financeiro, e posteriormente convertido em um número de Ações com Performance, com base na média das cotações das ações ordinárias da Companhia nos últimos 90 (noventa) pregões da B3, antes da data de outorga, conforme definido em cada programa.

O Período de Carência será determinado pelo Conselho de Administração em cada programa, podendo variar entre 3 (três) e 5 (cinco) anos, contados a partir da Data de Outorga, incentivando a retenção e o alinhamento de interesses com o desempenho de longo prazo da Companhia.

As metas para a outorga de Ações com Performance aos beneficiários serão definidas e aprovadas pelo Conselho de Administração, com base em indicadores de performance como o TSR (Total Shareholder Return) e/ou em métricas estratégicas prioritárias para a Companhia durante o curso de cada programa, que impactam a quantidade de Ações com Performance efetivamente entregues ao beneficiário como fator multiplicador. Essas metas visam a alinhar os interesses dos Beneficiários com os objetivos de longo prazo da Companhia, incentivando um desempenho robusto e sustentável que gere retorno aos acionistas.

Para fins do Plano, TSR (*Total Shareholder Return*) significa o indicador de performance relacionado ao retorno ao acionista, utilizado para medir o desempenho de ações de empresas competidoras em um determinado intervalo de tempo, combinando o preço da ação dos comparáveis (TSR relativo). O desempenho da Companhia é comparado com o grupo de referência e a posição relativa da Companhia nesse ranking determinará o fator de performance.

O Conselho de Administração, a seu exclusivo critério, e com base na recomendação do Comitê de Remuneração, respeitando o disposto no Plano e programas, aprovará: (i) os beneficiários que terão direito ao recebimento de Ações com Performance; (ii) o número de Ações com Performance a serem outorgadas, que poderá ser baseado em um valor de referência ou em uma quantidade máxima, respeitando sempre o Limite Global; (iii) as metas e demais condições para a aquisição do direito ao recebimento das Ações com Performance, incluindo possíveis ajustes ou modificações necessárias ao longo do tempo, observando os termos e condições específicos nos programas e contratos de outorga, conforme aplicável.

Os membros do Conselho de Administração e outras pessoas elegíveis a se tornarem beneficiários do Plano, inclusive no caso de Outorgas Extraordinárias (abaixo definido), devem se abster de participar de qualquer deliberação ou prática relacionada à administração ou execução do Plano e seus Programas, desde o momento de sua seleção pelo Conselho de Administração dentre as pessoas elegíveis a se tornarem beneficiários, estando inclusive impedidos de interferir e votar na definição da quantidade de Ações com Performance outorgadas, garantindo imparcialidade no processo decisório.

O Conselho de Administração, em situações excepcionais e visando ao melhor interesse da Companhia, poderá estabelecer condições diferenciadas para Outorgas Extraordinárias de Ações com Performance, como no caso da negociação de bônus de entrada para a contratação de administradores ou colaboradores chave, ou em razão de gratificações por atividades ou projetos que gerem retorno significativo para a Companhia (“Outorgas Extraordinárias Performance Shares”).

b) Data de aprovação e órgão responsável

Os planos de Incentivo de Longo Prazo da Companhia foram aprovados nas instâncias de governança corporativa da Suzano S.A., sendo que as novas versões do Plano de Outorga de Ações com Performance (*Performance Shares*) e do Plano de Outorga de Ações Fantasma (*Phantom Shares*) foram aprovadas na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 25 de abril de 2024.

c) Número máximo de ações abrangidas

Plano SAR (*Share Appreciation Rights*) – Descontinuado em 2024

Não aplicável, tendo em vista tratar-se de um Plano com liquidação exclusivamente financeira.

Plano de Outorga de Ações Fantasma (*Phantom Shares*)

Não aplicável, tendo em vista tratar-se de um Plano com liquidação exclusivamente financeira.

Cada Ação Fantasma confere ao seu beneficiário um direito pecuniário, que considera 1 (uma) ação de emissão da Companhia, representativa do seu capital social, como unidade de referência para o cálculo do valor a lhe ser atribuído em razão da liquidação da respectiva Ação Fantasma (i.e., valor de resgate) durante o período de exercício. O limite anual de Ações Fantasma a serem outorgadas será definido pelo Conselho de Administração, em observância ao limite da remuneração global anualmente aprovado em sede de Assembleia Geral Ordinária do respectivo ano.

Plano de Outorga de Ações com Performance (*Performance Shares*)

No âmbito do Plano de Outorga de Ações com Performance (*Performance Shares*), será concedido aos beneficiários um número de ações que, cumulativamente, não poderá exceder 2% (dois por cento) do total de ações emitidas pela Companhia na data de aprovação do Plano (“Limite Global”). Esse Limite Global poderá ser ajustado em razão de modificações no número, espécie ou classe das ações da Companhia, incluindo eventos como bonificações, desdobramentos, agrupamentos, ou conversões de ações de uma espécie ou classe para outra. O ajuste também poderá ocorrer em caso de conversões para outros valores mobiliários emitidos pela Companhia ou devido a declarações de proventos durante o período de carência.

As Outorgas Extraordinárias *Performance Shares* não poderão ultrapassar o limite de 0,3% (três décimos por cento) do total das ações emitidas pela Companhia na data do Plano, respeitado sempre o Limite Global (“Limite Extraordinário”).

Cada Ação com Performance corresponde a 1 (uma) ação ordinária, nominativa, escritural e sem valor nominal de emissão da Companhia, a ser entregue ao Beneficiário, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas no Plano, e no respectivo Programa e Contrato de Outorga.

d) Número máximo de opções a serem outorgadas

Plano SAR (*Share Appreciation Rights*) – Descontinuado em 2024

O número máximo de ações a serem outorgadas a cada beneficiário é definida tomando como referência o salário do beneficiário, um múltiplo salarial conforme nível do cargo e a média das últimas 90 cotações da ação da Companhia na B3.

Plano de Outorga de Ações Fantasma (*Phantom Shares*)

Não aplicável, pois o Plano não compreende outorga de opções.

Plano de Outorga de Ações com Performance (*Performance Shares*)

Não aplicável, pois o Plano não compreende outorga de opções.

e) Condições de aquisição das ações

Plano SAR (*Share Appreciation Rights*) – Descontinuado em 2024

O beneficiário terá direito de exercer o Plano caso mantenha o vínculo empregatício na data do pagamento, tenha cumprido o período de carência do programa e realizado os devidos investimentos estipulados em contrato.

No momento da outorga, o beneficiário deverá investir 5% do valor total correspondente às ações fantasmas. Após 3 anos, será necessário um investimento adicional de 20% para efetivar a aquisição da opção.

O prazo de carência é de 3 (três) anos, a partir da data de outorga, com um período de *lock-up* de 6 meses. Durante o *lock-up*, os beneficiários não podem vender ou negociar as ações. Após esse período, eles terão uma janela de até 2 (dois) anos para exercer as ações fantasmas.

Plano de Outorga de Ações Fantasmas (*Phantom Shares*)

Trata-se de um Plano com liquidação exclusivamente financeira. O Beneficiário somente poderá exercer os direitos relativos às Ações Fantasma que lhe forem outorgadas, e a Companhia somente terá a obrigação de liquidar as Ações Fantasmas outorgadas aos beneficiários, durante o período de exercício, mediante a verificação do atendimento a todos os requisitos, condições e procedimentos estabelecidos no Plano, e nos respectivos programas e contratos de outorga, incluindo mas não limitado ao período de carência, de modo que a outorga do direito revogável ao recebimento do Valor de Resgate das Ações Fantasma em si não garante ao beneficiário quaisquer direitos sobre tais Ações Fantasma, incluindo, mas não limitado ao seu exercício e liquidação. O período de carência será estipulado pelo Conselho de Administração em cada programa ou contrato de outorga, podendo variar entre 3 (três) e 5 (cinco) anos contados da data de outorga das Ações Fantasma.

Os programas atualmente vigentes no âmbito do Plano de Outorga de Ações Fantasmas possuem período de carência de 3 (três) a 5 (cinco) anos e estão sujeitos ao TSR relativo como indicador de performance da Companhia, cujo atingimento impacta o cálculo do Valor do Resgate.

Plano de Outorga de Ações com Performance (*Performance Shares*)

A transferência das Ações com Performance para o beneficiário somente se dará com o implemento das condições e prazos previstos no Plano, nos programas e nos contratos de outorga, e, ainda, com a observância dos períodos de vedação e demais condições estabelecidas na Política de Valores Mobiliários da Companhia, incluindo o cumprimento do período de carência e do atingimento das Metas que lhe tiverem sido atribuídas nos termos dos respectivos programas e contratos de outorga, de modo que a outorga do direito ao recebimento das Ações com Performance em si não garante ao beneficiário quaisquer direitos sobre tais Ações com Performance, ou mesmo representa a garantia do seu recebimento.

O período de carência será estipulado pelo Conselho de Administração em cada programa ou contrato de outorga, podendo variar entre 3 (três) a 5 (cinco) anos contados da data de outorga das Ações com Performance.

As metas são estabelecidas com base nos indicadores de performance TSR e/ou métrica de prioridade estratégica para a Companhia no curso de cada programa.

Os programas no âmbito do Plano de Outorga de Ações com Performance atualmente vigentes possuem o período de carência de 3 (três) a 5 (cinco) anos e estão sujeitos ao TSR relativo como indicador de

performance da Companhia, cujo atingimento impacta no cálculo da quantidade de Ações com Performance efetivamente entregues ao beneficiário.

f) Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Plano SAR (*Share Appreciation Rights*) – Descontinuado em 2024

O preço de exercício, correspondente a cada SAR (opção fantasma), pelo qual os beneficiários poderão exercer sua opção, é calculado considerando a seguinte fórmula:

$$VR = [VMA - Pe] \times TSR \times \text{Quantidade de ações fantasmas}$$

Sendo:

VR = Valor Resgatado = Valor a ser resgatado pelo beneficiário

VMA = cotação das ações da Companhia apuradas pela média dos últimos 90 pregões contando-se a partir do fechamento do último dia útil de pregão que antecede a data da liquidação.

Pe = 20% (vinte) do valor total correspondente ao número de opções de ações fantasmas no momento da outorga

TSR = percentual atrelado ao desempenho da Companhia em relação a seus competidores (TSR relativo), conforme definido no item 8.4(a).

Plano de Outorga de Ações Fantasma (*Phantom Shares*)

Não aplicável, uma vez que o Plano não prevê preço de aquisição ou para o exercício, sendo a outorga e a Liquidação das Ações Fantasma realizadas a título não oneroso.

O cálculo d Valor de Resgate é realizado nos termos da fórmula descrita no item “h” abaixo.

Plano de Outorga de Ações com Performance (*Performance Shares*)

Não aplicável, uma vez que o Plano não prevê preço de aquisição ou para o exercício, sendo a outorga e a entrega das Ações com Performance realizadas a título não oneroso.

g) Critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício

Plano SAR (*Share Appreciation Rights*) – Descontinuado em 2024

O período de exercício será estipulado pelo Conselho de Administração em cada programa ou contrato de outorga e não poderá exceder 2 (dois) anos contados do término do período de carência.

Plano de Outorga de Ações Fantasma (*Phantom Shares*)

O período de exercício será estipulado pelo Conselho de Administração em cada programa ou contrato de outorga e não poderá exceder 2 (dois) anos contados do término do período de carência.

Plano de Outorga de Ações com Performance (*Performance Shares*)

Não aplicável.

h) Forma de liquidação

Plano SAR (*Share Appreciation Rights*) – Descontinuado em 2024

A liquidação é feita em dinheiro e se dá em folha de pagamento a favor do beneficiário quando satisfeitas todas as condições.

Plano de Outorga de Ações Fantasma (*Phantom Shares*)

A Liquidação das Ações Fantasmas será realizada por meio do pagamento em dinheiro ao beneficiário em montante equivalente ao Valor do Resgate, calculado pela multiplicação da (i) quantidade de Ações Fantasmas outorgadas pela (ii) cotação das Ações de Referência, apurada pela média das cotações dos últimos 90 pregões do mercado da B3, conforme definido em cada programa, com base no fechamento do último pregão antes da liquidação, podendo ainda o TSR ou outra métrica de prioridade estratégica para a Companhia como fator multiplicador integrante do cálculo do Valor do Resgate.

Os programas no âmbito do Plano de Outorga de Ações Fantasmas atualmente vigente possuem o TSR relativo, conforme definido no item 8.4(a), como indicador de performance.

Programa de Outorga de Ações com Performance (*Performance Shares*)

Com o propósito de liquidar a entrega de Ações com Performance nos termos do Plano, a Companhia, sujeito à lei e regulamentação aplicável, transferirá as ações de emissão da Companhia mantidas em tesouraria, por meio de operação privada, sem custo para os Beneficiários, uma vez atingida as condições estabelecidas no Plano para a sua entrega. A Quantidade de Ações com Performance a ser efetivamente entregue dependerá do atingimento das respectivas Metas apuradas após o período de carência.

As Metas para a outorga de Ações com Performance aos beneficiários serão definidas e aprovadas pelo Conselho de Administração, com base em indicadores de performance como o TSR (Total Shareholder Return) e/ou em métricas estratégicas prioritárias para a Companhia durante o curso de cada Programa, que impactam a quantidade de Ações com Performance efetivamente entregues ao beneficiário como fator multiplicador.

Os programas atualmente vigentes no âmbito do Plano de Outorga de Ações com Performance possuem o TSR relativo como indicador de performance, conforme definido no item 8.4(a).

Ademais, a transferência das Ações com Performance será realizada com observância dos períodos de vedação e demais condições estabelecidas na Política de Valores Mobiliários da Companhia.

i) Restrições a transferência das ações

Programa SAR (*Share Appreciation Rights*) – Descontinuado em 2024

Não aplicável.

Programa de Outorga de Ações Fantasma (*Phantom Shares*)

Não aplicável.

Programa de Outorga de Ações com Performance (*Performance Shares*)

O Conselho de Administração poderá estabelecer, em cada Programa, condições adicionais de negociação nos contratos de outorga para Ações com Performance, incluindo a instituição de período de *lock-up* para beneficiários que sejam executivos da Companhia, durante o qual não poderão ser

cedidas, alienadas, empenhadas, emprestadas ou transferidas de qualquer outra forma a quaisquer terceiros, salvo mediante aprovação prévia do Conselho de Administração.

Ademais, a transferência das Ações com Performance será realizada com observância dos períodos de vedação e demais condições estabelecidas na Política de Valores Mobiliários da Companhia.

j) Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Programa SAR (*Share Appreciation Rights*) – Descontinuado em 2024

Extinto em 2024, por decisão da administração da Companhia. O término da vigência do Programa não afetará a eficácia das opções ainda em vigor que tenham sido outorgadas por meio do regulamento vigente.

Programa de Outorga de Ações Fantasma (*Phantom Shares*)

O Programa poderá ser extinto e/ou cancelado a qualquer tempo por decisão da Assembleia Geral, sendo mantidos, todavia, todos os direitos já adquiridos pelos beneficiários na forma do Plano, e dos eventuais Programas e Contratos, inclusive o direito de exercer as Ações Fantasma se atingido o Período de Exercício, observados os prazos e procedimentos aplicáveis.

A outorga das Ações Fantasma e o direito à sua efetiva liquidação, conforme estabelecido no Plano, não impedirão que a Companhia participe de operações de reorganização societária. Nessas situações, deverão ser observados os termos e condições do Plano, cabendo ao Conselho de Administração ou ao Comitê, conforme o caso, avaliar a necessidade de adequar os Programas para refletir a reorganização, ou, quando necessário, propor ajustes ao Plano à Assembleia Geral.

Programa de Outorga de Ações com Performance (*Performance Shares*)

O Programa poderá ser extinto e/ou cancelado a qualquer tempo por decisão da Assembleia Geral, sendo mantidos, todavia, todos os direitos já adquiridos pelos Beneficiários na forma do Plano, e dos eventuais Programas e Contratos, inclusive o direito de receber as Ações com Performance em relação às quais tiverem sido cumpridas as Condições à Transferência, observados os prazos e procedimentos aplicáveis.

A outorga das Ações com Performance e o direito à sua efetiva transferência das Ações, conforme estabelecido no Plano, não impedirão que a Companhia participe de operações de reorganização societária. Nessas situações, deverão ser observados os termos e condições do Plano, cabendo ao Conselho de Administração ou ao Comitê, conforme o caso, avaliar a necessidade de adequar os Programas para refletir a reorganização, ou, quando necessário, propor ajustes ao Plano à Assembleia Geral.

k) Efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado e ações

Programa SAR (*Share Appreciation Rights*) – Descontinuado em 2024

- Desligamento por parte da Suzano: o beneficiário perde o direito ao resgate das ações, mas terá direito a receber os 5% investidos no momento da outorga corrigidos pelo IPCA.
- Desligamento por parte do colaborador: O colaborador perde o direito às ações e ao valor correspondente aos 5% pagos na outorga.

- Aposentadoria: O vencimento dos prazos para exercício das Ações Fantasma será antecipado, concedendo ao beneficiário o direito de exercer, de forma imediata, a totalidade prevista no plano.

Programa de Outorga de Ações Fantasma (*Phantom Shares*)

- Desligamento durante o período de carência: Em face de qualquer das hipóteses de desligamento, exceto pelas hipóteses de falecimento e aposentadoria, as Ações Fantasma em relação às quais não tiver sido cumprido o período de carência caducarão, sem produzir quaisquer efeitos.
- Desligamento após o período de carência: Em face de qualquer das hipóteses de desligamento, exceto pelas hipóteses de falecimento e aposentadoria, o direito decorrente das Ações Fantasma em relação às quais já tiver sido cumprido o período de carência, poderá ser exercido pelo beneficiário que for desligado sem justo motivo (voluntaria ou involuntariamente). Nas situações em que não houver período de exercício, passado o período de carência, o Valor do Resgate será imediatamente transferido ao beneficiário no prazo estipulado no contrato, contado a partir da data do desligamento.
- Falecimento: Em caso de falecimento do beneficiário, o exercício dos direitos relativos às Ações Fantasmas será antecipado, e o Valor do Resgate referente às Ações Fantasma atribuídas ao beneficiário serão de direito dos herdeiros e sucessores do beneficiário, em até determinada quantidade de dias contados do desligamento, conforme estipulado no referido contrato.
- Aposentadoria: Em caso de aposentadoria do beneficiário, conforme as condições estabelecidas no respectivo programa, os direitos relativos às Ações Fantasma serão antecipados e poderão ser exercidos até o prazo determinado, contado a partir da confirmação da aposentadoria. Após esse prazo, as respectivas Ações Fantasma serão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e não gerarão qualquer direito à indenização.

Não obstante o disposto nos itens anteriores, o Conselho de Administração poderá, a seu exclusivo critério, sempre que entender que os interesses sociais serão mais bem atendidos por tal medida, estabelecer regras diferentes das previstas, conferindo tratamento diferenciado a determinado beneficiário, desde que isso não resulte prejuízo para o beneficiário em questão.

Programa de Outorga de Ações com Performance (*Performance Shares*)

- Desligamento antes do cumprimento das condições de transferência: Em face de qualquer das hipóteses de desligamento, exceto pelas hipóteses de falecimento e aposentadoria, as Ações com Performance em relação às quais não tiverem sido cumpridas as respectivas condições de transferência estarão automaticamente extintas, de pleno direito, independente de aviso prévio ou notificação, e sem qualquer direito à indenização. Os beneficiários eleitos para participarem dos programas que estabelecerem período de carência de 5 (cinco) anos e que forem desligados pela Companhia involuntariamente sem justo motivo a partir do 3º aniversário do período de carência, poderão fazer jus à uma quantidade pro rata das Ações com Performance outorgadas, levando-se em conta para referido cálculo a quantidade de dias completos em que tal beneficiário permaneceu na Companhia desde a data da outorga com relação ao número de dias totais do respectivo período de carência.
- Desligamento após o cumprimento das Condições de Transferência: Em face de qualquer das hipóteses de desligamento as Ações com Performance em relação às quais já tiverem sido cumpridas as respectivas condições de transferência e ainda não tenham sido efetivamente transferidas ao respectivo beneficiário deverão ser transferidas ao beneficiário, em até determinada quantidade de dias contados do desligamento, conforme estipulado no respectivo contrato de outorga.
- Falecimento: Em caso de falecimento do beneficiário, o fim do período de carência será antecipado, de forma que, caso tenham sido atingidas as respectivas metas, todas as Ações com

Performance atribuídas ao beneficiário serão de direito dos herdeiros e sucessores do beneficiário, observados os respectivos períodos de *lock-up*, quando aplicáveis, em até determinada quantidade de dias contados do desligamento, conforme estipulado no respectivo contrato de outorga.

- Aposentadoria: Em caso de aposentadoria, nas condições determinadas no respectivo programa, o fim do período de carência será antecipado, de forma que, caso tenham sido atingidas as respectivas metas, todas as Ações com Performance atribuídas ao beneficiário deverão ser imediatamente transferidas ao beneficiário, observados os respectivos períodos de *lock-up*, quando aplicáveis, em até determinada quantidade de dias contados do desligamento, conforme estipulado no respectivo contrato de outorga.

Não obstante o disposto nos itens anteriores, o Conselho de Administração poderá, a seu exclusivo critério, sempre que entender que os interesses sociais serão mais bem atendidos por tal medida, estabelecer regras diferentes das previstas, conferindo tratamento diferenciado a determinado beneficiário, desde que isso não resulte prejuízo para o beneficiário em questão.

8.5. Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)

Previsto para o Exercício Social de 31/12/2025				
	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	0,00	6,58	0,00	6,58
Nº de membros remunerados	0,00	3,67	0,00	3,67
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	N/A	0,00	N/A	0,00
Esclarecimento	N/A	N/A	N/A	N/A
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	N/A	12,03	N/A	12,03
Perdidas e expiradas durante o exercício social	N/A	0,00	N/A	0,00
Exercidas durante o exercício social	N/A	0,00	N/A	0,00

Exercício Social: 31/12/2024				
	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	0,00	7,17	0,00	7,17
Nº de membros remunerados	0,00	5,83	0,00	5,83
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	N/A	0,00	N/A	0,00
Esclarecimento	N/A	N/A	N/A	N/A
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	N/A	11,82	N/A	11,82
Perdidas e expiradas durante o exercício social	N/A	11,72	N/A	11,72
Exercidas durante o exercício social	N/A	11,39	N/A	11,39

Exercício Social: 31/12/2023				
	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	0,00	7,00	0,00	7,00
Nº de membros remunerados	0,00	6,00	0,00	6,00

Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	N/A	0,00	N/A	0,00
Esclarecimento	N/A	N/A	N/A	N/A
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	N/A	10,47	N/A	10,47
Perdidas e expiradas durante o exercício social	N/A	0,00	N/A	0,00
Exercidas durante o exercício social	N/A	7,84	N/A	7,84

Exercício Social: 31/12/2022				
	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	0,00	7,00	0,00	7,00
Nº de membros remunerados	0,00	6,00	0,00	6,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	N/A	0,00	N/A	0,00
Esclarecimento	N/A	N/A	N/A	N/A
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	N/A	10,12	N/A	10,12
Perdidas e expiradas durante o exercício social	N/A	0,00	N/A	0,00
Exercidas durante o exercício social	N/A	8,56	N/A	8,56

8.6. Outorga de opções de compra de ações

As informações do Plano SAR (*Share Appreciation Rights*) são apresentadas nas tabelas a seguir.

Não existem planos de outorga de opções de compra de ações disponíveis para o Conselho de Administração ou Conselho Fiscal. Apenas a Diretoria Estatutária é contemplada por este plano.

A Companhia não realizou outorgas no âmbito do Plano SAR nos exercícios sociais encerrados em 2023 e 2024. Dessa forma, a remuneração variável da Companhia com relação ao Plano SAR (*Share Appreciation Rights*) nestes exercícios contempla apenas liquidação do Programa.

Pode haver variação na quantidade de ações/opções fantasma outorgadas quando comparados quadros de anos consecutivos em função da mudança do quadro de Diretores Estatutários de um ano para o outro.

PLANO DE SAR	Exercício social encerrado em 31/12/2024	
a) Órgão	Diretoria Estatutária	
b) Número total de membros	7,17	
c) Número de membros remunerados	4,00	
Em relação a cada outorga de opções de compra de ações:		
d) Data de Outorga	01/04/2021	01/04/2022
e) Quantidade de opções outorgadas	35.552	93.255
f) Prazo para que as opções se tornem exercíveis	01/04/2024	01/04/2025
g) Prazo máximo para exercício das opções	01/04/2026	01/04/2027
h) Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício de opções	N/A	N/A
i) Valor justo das opções na data da outorga	62,85	58,62
j) Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	2.234.443,20	5.466.608,10

PLANO DE SAR	Exercício social encerrado em 31/12/2023		
a) Órgão	Diretoria Estatutária		
b) Número total de membros	7,00		
c) Número de membros remunerados	6,00		
Em relação a cada outorga de opções de compra de ações:			
d) Data de Outorga	01/04/2022	01/04/2021	01/04/2020
e) Quantidade de opções outorgadas	145.568	71.999	14.130
f) Prazo para que as opções se tornem exercíveis	01/04/2025	01/04/2024	01/04/2023
g) Prazo máximo para exercício das opções	01/04/2027	01/04/2026	01/04/2025
h) Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício de opções	N/A	N/A	N/A
i) Valor justo das opções na data da outorga	R\$ 58,62	R\$ 62,85	R\$ 33,68
j) Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	R\$ 8.533.196,16	R\$ 4.525.137,15	R\$ 475.898,40

PLANO DE SAR	Exercício social encerrado em 31/12/2022			
a) Órgão	Diretoria Estatutária			
b) Número total de membros	7,00			
c) Número de membros remunerados	6,00			
Em relação a cada outorga de opções de compra de ações:				
d) Data de Outorga	01/04/2019	01/04/2020	01/04/2021	01/04/2022
e) Quantidade de opções outorgadas	19.622	113.349	71.999	145.568
f) Prazo para que as opções se tornem exercíveis	01/04/2022	01/04/2023	01/04/2024	01/04/2025
g) Prazo máximo para exercício das opções	01/04/2024	01/04/2025	01/04/2026	01/04/2027
h) Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício de opções	N/A	N/A	N/A	N/A
i) Valor justo das opções na data da outorga	R\$ 34,17	R\$ 33,68	R\$ 62,85	R\$ 58,62
j) Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	R\$ 670.483,74	R\$ 3.817.594,32	R\$ 4.525.137,15	R\$ 8.533.196,16

8.7. Opções em aberto

As informações do Plano SAR (*Share Appreciation Rights*) são apresentadas nas tabelas a seguir.

Não existem planos de outorga de opções de compra de ações disponíveis para o Conselho de Administração ou Conselho Fiscal. Apenas a Diretoria Estatutária é contemplada por este plano.

A remuneração variável da Companhia com relação ao Plano SAR (*Share Appreciation Rights*) contempla apenas liquidação dos Programas ainda em aberto na data-base de 31 de dezembro de 2024, tendo em vista que a administração da Companhia descontinuou o uso deste Plano.

Opções em aberto no exercício social a ser encerrado em 31/12/2024 relativas à outorga de 01/04/2021 e 01/04/2022

PLANO SAR	
a) Órgão	Diretoria Estatutária
b) Número total de membros	7,17
c) Número de membros remunerados	5,83
d) Em relação às opções ainda não exercíveis	
i. Quantidade	99.938
ii. Data em que se tornarão exercíveis	01/04/2025
iii. Prazo máximo para exercício das opções	01/04/2027
iv. Prazo de restrição à transferência das ações	Não aplicável para SAR
v. Preço médio ponderado de exercício	11,72
vi. Valor justo das opções no último dia do exercício social	52,37
e) Em relação às opções exercíveis	
i. Quantidade	38.097
ii. Prazo máximo para exercício das opções	01/04/2026
iii. Prazo de restrição à transferência das ações	N/A
iv. Preço médio ponderado de exercício	12,82
v. Valor justo das opções no último dia do exercício social	48,00
f) Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	7.062.930,93

8.8. Opções exercidas e ações entregues

As informações do Plano SAR (*Share Appreciation Rights*) são apresentadas nas tabelas a seguir.

A remuneração variável da Companhia com relação ao Plano SAR (*Share Appreciation Rights*) contempla apenas liquidação dos Programas ainda em aberto em 31 de dezembro de 2024, tendo em vista que a administração da Companhia descontinuou o uso deste Plano.

Não existem planos de outorga de opções de compra de ações fantasma disponíveis para o Conselho de Administração ou Conselho Fiscal. Apenas a Diretoria Estatutária é contemplada por este Plano.

PLANO SAR	Exercício social encerrado em 31/12/2024
a) Órgão	Diretoria Estatutária
b) Número total de membros	7,17
c) Número de membros remunerados	5,83
d) Número de ações	54.197
e) Preço médio ponderado de exercício	10,66
f) Preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	47,65
g) Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	2.004.837,91

PLANO SAR	Exercício social encerrado em 31/12/2023
a) Órgão	Diretoria Estatutária
b) Número total de membros	7,00
c) Número de membros remunerados	5,00
d) Número de ações	118.841
e) Preço médio ponderado de exercício	R\$ 7,84
f) Preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	R\$ 45,39
g) Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	R\$ 4.462.479,55

PLANO SAR	Exercício social encerrado em 31/12/2022
a) Órgão	Diretoria Estatutária
b) Número total de membros	7,00
c) Número de membros remunerados	5,00
d) Número de ações	78.460
e) Preço médio ponderado de exercício	R\$ 8,56
f) Preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	R\$ 47,71
g) Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	R\$ 3.071.709,00

8.9. Diluição potencial por outorga de ações

As informações dos Planos de Outorga de Ações Fantasmas (*Phantom Shares*) e de Ações com Performance (*Performance Shares*) são apresentadas nas tabelas a seguir.

Não existem planos de ações disponíveis para o Conselho Fiscal. Apenas o Conselho de Administração e Diretoria Estatutária são contemplados pelo Plano de Outorga de Ações com Performance (*Performance Shares*), e a Diretoria pelo Plano de Outorga de Ações Fantasmas (*Phantom Shares*).

Pode haver variação na quantidade de Ações Fantasma ou Ações com Performance outorgadas quando comparados quadros de anos consecutivos em função da mudança do quadro de Diretores Estatutários de um ano para o outro.

Plano de Outorga de Ações Fantasma (*Phantom Shares*)

PLANO DE AÇÕES FANTASMA	Período fiscal encerrado em 31/12/2025 (previsão)
a) Órgão	Diretoria Estatutária
b) Número total de membros	6,58
c) Número de membros remunerados	6,58
d) Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	Não aplicável para Ações Fantasmas

PLANO DE AÇÕES FANTASMA	Período fiscal encerrado em 31/12/2024
a) Órgão	Diretoria Estatutária
b) Número total de membros	7,17
c) Número de membros remunerados	5,92
d) Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	Não aplicável para Ações Fantasmas

PLANO DE AÇÕES FANTASMA	Período fiscal encerrado em 31/12/2023
a) Órgão	Diretoria Estatutária
b) Número total de membros	7,00
c) Número de membros remunerados	6,00
d) Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	Não se aplica para Ações Fantasmas

PLANO DE AÇÕES FANTASMA	Período fiscal encerrado em 31/12/2022
a) Órgão	Diretoria Estatutária
b) Número total de membros	7,00
c) Número de membros remunerados	6,00
d) Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	Não aplicável para Ações Fantasmas

Plano de Ações com Performance (*Performance Shares*):

PLANO DE AÇÕES COM PERFORMANCE	Período fiscal a ser encerrado em 31/12/2025 (previsão)
a) Órgão	Conselho de Administração
b) Número Total de Membros	9,00

c) Número de Membros Remunerados	2,00
d) Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	0,06%

PLANO DE AÇÕES COM PERFORMANCE	Período fiscal encerrado em 31/12/2024
a) Órgão	Conselho de Administração
b) Número Total de Membros	8,83
c) Número de Membros Remunerados	1,50
d) Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	0,05%

PLANO DE AÇÕES COM PERFORMANCE	Período fiscal encerrado em 31/12/2023
a) Órgão	Conselho de Administração
b) Número Total de Membros	9,00
c) Número de Membros Remunerados	Não Aplicável
d) Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	Não houve entrega de ações para o exercício

PLANO DE AÇÕES COM PERFORMANCE	Período fiscal encerrado em 31/12/2022
a) Órgão	Conselho de Administração
b) Número Total de Membros	9,33
c) Número de Membros Remunerados	Não aplicável
d) Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	Não aplicável, tendo em vista que no exercício o Conselho de Administração não era elegível ao Plano

PLANO DE AÇÕES COM PERFORMANCE	Período fiscal a ser encerrado em 31/12/2025 (previsão)
a) Órgão	Diretoria Estatutária
b) Número Total de Membros	6,58
c) Número de Membros Remunerados	6,33
d) Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	0,19%

PLANO DE AÇÕES COM PERFORMANCE	Período fiscal encerrado em 31/12/2024
a) Órgão	Diretoria Estatutária
b) Número Total de Membros	7,17
c) Número de Membros Remunerados	5,25
d) Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	0,11%

PLANO DE AÇÕES COM PERFORMANCE	Período fiscal encerrado em 31/12/2023
a) Órgão	Diretoria Estatutária
b) Número Total de Membros	7,00
c) Número de Membros Remunerados	Não Aplicável
d) Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	Não houve entrega de ações para o exercício

PLANO DE AÇÕES COM PERFORMANCE	Período fiscal encerrado em 31/12/2022
a) Órgão	Diretoria Estatutária
b) Número Total de Membros	7,00
c) Número de Membros Remunerados	1,00
d) Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	0,00%

8.10. Outorga de ações

As informações dos Planos de Outorga de Ações Fantasma (*Phantom Shares*) e de Ações com Performance (*Performance Shares*) são apresentadas nas tabelas a seguir.

Não existem planos de ações disponíveis para o Conselho Fiscal. Apenas o Conselho de Administração e Diretoria Estatutária são contemplados pelo Plano de Outorga de Ações com Performance (*Performance Shares*), e a Diretoria pelo Plano de Outorga de Ações Fantasma (*Phantom Shares*).

Pode haver variação na quantidade de Ações Fantasma ou Ações com Performance outorgadas quando comparados quadros de anos consecutivos em função da mudança do quadro de Diretores Estatutários de um ano para o outro.

Plano de Outorga de Ações Fantasma (*Phantom Shares*)

PLANO DE AÇÕES FANTASMA	Período fiscal a ser encerrado em 31/12/2025 (previsão)	
a) Órgão	Diretoria Estatutária	
b) Número total de membros	6,58	
c) Número de membros remunerados	5,58	
d) Data de outorga	01/03/2025	01/04/2025
e) Quantidade de ações outorgadas	196.000	193.846
f) Prazo máximo para entrega das ações	01/03/2028	01/04/2028
g) Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
h) Valor justo das ações na data da outorga	65,00	65,00
i) Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	12.740.000,00	12.599.990,00

PLANO DE AÇÕES FANTASMA	Período fiscal encerrado em 31/12/2024		
a) Órgão	Diretoria Estatutária		
b) Número total de membros	7,17		
c) Número de membros remunerados	6,42		
d) Data de outorga	01/03/2024	01/03/2024	01/03/2024
e) Quantidade de ações outorgadas	36.001	36.001	36.001
f) Prazo máximo para entrega das ações	01/03/2027	01/03/2027	01/03/2027
g) Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A
h) Valor justo das ações na data da outorga	53,24	53,24	53,24
i) Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	1.916.693,24	1.916.693,24	1.916.693,24

PLANO DE AÇÕES FANTASMA	Período fiscal encerrado em 31/12/2023	
a) Órgão	Diretoria Estatutária	
b) Número total de membros	7,00	
c) Número de membros remunerados	6,00	

d) Data de outorga	01/03/2023	01/03/2023	01/04/2023
e) Quantidade de ações outorgadas	101.534	48.374	333.245
f) Prazo máximo para entrega das ações	01/03/2026	01/03/2027	01/04/2026
g) Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A
h) Valor justo das ações na data da outorga	R\$ 50,59	R\$ 50,59	R\$ 48,06
i) Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	R\$ 5.136.605,06	R\$ 2.447.240,66	R\$ 16.015.754,70

PLANO DE AÇÕES FANTASMA	Período fiscal encerrado em 31/12/2022		
a) Órgão	Diretoria Estatutária		
b) Número total de membros	7,00		
c) Número de membros remunerados	6,00		
d) Data de outorga	01/03/2022	01/03/2022	01/04/2022
e) Quantidade de ações outorgadas	90.956	30.319	580.000
f) Prazo máximo para entrega das ações	01/03/2025	01/03/2026	01/04/2025
g) Prazo de restrição à transferência das ações	Não aplicável para Ações Fantasma		
h) Valor justo das ações na data da outorga	R\$ 56,52	R\$ 56,52	R\$ 58,62
i) Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	R\$ 5.140.833,12	R\$ 1.713.629,88	R\$ 33.999.600,00

Plano de Outorga de Ações com Performance (*Performance Shares*)

PLANO DE AÇÕES COM PERFORMANCE	Período fiscal a ser encerrado em 31/12/2025 (previsão)
a) Órgão	Conselho de Administração
b) Número Total de Membros	9,00
c) Número de Membros Remunerados	1,00
d) Data de outorga	02/01/2025
e) Quantidade de ações outorgadas	150.604
f) Prazo máximo para entrega das ações	02/01/2028
g) Prazo de restrição à transferência das ações	N/A
h) Valor justo das ações na data da outorga ¹	57,90
i) Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	8.719.972,00

PLANO DE AÇÕES COM PERFORMANCE	Período fiscal a ser encerrado em 31/12/2025 (previsão)	
a) Órgão	Diretoria Estatutária	
b) Número Total de Membros	6,58	6,58
c) Número de Membros Remunerados	5,58	1,00
d) Data de outorga	01/04/2025	01/04/2025

e) Quantidade de ações outorgadas	742.539	74.151
f) Prazo máximo para entrega das ações	01/04/2030	01/04/2028
g) Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
h) Valor justo das ações na data da outorga ¹	65,00	65,00
i) Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	48.265.035,00	4.819.815,00

PLANO DE AÇÕES COM PERFORMANCE	Período fiscal encerrado em 31/12/2024
a) Órgão	Conselho de Administração
b) Número Total de Membros	8,83
c) Número de Membros Remunerados	1,00
d) Data de outorga	02/01/2024
e) Quantidade de ações outorgadas	164.808
f) Prazo máximo para entrega das ações	02/01/2027
g) Prazo de restrição à transferência das ações	N/A
h) Valor justo das ações na data da outorga ¹	60,15
i) Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	R\$9.913.140,31

¹ Como trata-se de plano liquidado em instrumentos patrimoniais, o valor justo é calculado na outorga e não é recalculado posteriormente

PLANO DE AÇÕES COM PERFORMANCE	Período fiscal encerrado em 31/12/2024					
a) Órgão	Diretoria Estatutária					
b) Número Total de Membros	7,17	7,17	7,17	7,17	7,17	7,17
c) Número de Membros Remunerados	5,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
d) Data de outorga	13/05/2024	25/04/2024	25/04/2024	25/04/2024	01/07/2024	02/01/2024
e) Quantidade de ações outorgadas	960.000	337.465	220.540	56.535	81.395	115.034
f) Prazo máximo para entrega das ações	01/04/2029	01/04/2025	01/04/2026	01/04/2027	01/04/2027	02/01/2024
g) Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
h) Valor justo das ações na data da outorga ¹	57,15	63,15	62,58	63,21	62,82	53,63
i) Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	54.864.000,00	21.310.374,08	13.801.803,68	3.573.327,10	5.113.468,36	6.169.273,42

PLANO DE AÇÕES COM PERFORMANCE	Período fiscal encerrado em 31/12/2023
a) Órgão	Conselho de Administração
b) Número Total de Membros	9,00
c) Número de Membros Remunerados	1,00
d) Data de outorga	02/01/2023
e) Quantidade de ações outorgadas	161.355

f) Prazo máximo para entrega das ações	02/01/2026
g) Prazo de restrição à transferência das ações	N/A
h) Valor justo das ações na data da outorga¹	R\$ 49,58
i) Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	R\$ 7.999.980,90

¹ Como trata-se de plano liquidado em instrumentos patrimoniais, o valor justo é calculado na outorga e não é recalculado posteriormente

PLANO DE AÇÕES COM PERFORMANCE	Período fiscal encerrado em 31/12/2023
a) Órgão	Diretoria Estatutária
b) Número Total de Membros	7,00
c) Número de Membros Remunerados	1,00
d) Data de outorga	02/01/2023
e) Quantidade de ações outorgadas	101.164
f) Prazo máximo para entrega das ações	02/01/2026
g) Prazo de restrição à transferência das ações	N/A
h) Valor justo das ações na data da outorga¹	R\$ 52,00
i) Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	R\$ 5.260.528,00

¹ Como trata-se de plano liquidado em instrumentos patrimoniais, o valor justo é calculado na outorga e não é recalculado posteriormente

PLANO DE AÇÕES COM PERFORMANCE	Período fiscal encerrado em 31/12/2022
a) Órgão	Diretoria Estatutária
b) Número Total de Membros	7,00
c) Número de Membros Remunerados	1,00
d) Data de outorga	02/01/2022
e) Quantidade de ações outorgadas	108.010
f) Prazo máximo para entrega das ações	02/01/2025
g) Prazo de restrição à transferência das ações	N/A
h) Valor justo das ações na data da outorga¹	R\$ 53,81
i) Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	5.811.773,00

¹ Como trata-se de plano liquidado em instrumentos patrimoniais, o valor justo é calculado na outorga e não é recalculado posteriormente

8.11. Ações entregues

Plano de Ações com Performance:

Exercício social: 31/12/2024		
PLANO DE AÇÕES COM PERFORMANCE	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	8,83	7,17
Nº de membros remunerados	0,00	1,00
Nº de ações	0,00	1.005.113
Preço médio ponderado de aquisição	0,00	R\$ 0,00
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	R\$ 53,63
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	R\$ 53.906.437
Esclarecimento		

Exercício social: 31/12/2023		
PLANO DE AÇÕES COM PERFORMANCE	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	9,0	7,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00
Nº de ações	0,00	0,00
Preço médio ponderado de aquisição	0,00	0,00
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00
Esclarecimento		

Exercício social: 31/12/2022		
PLANO DE AÇÕES COM PERFORMANCE	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	N/A	7,00
Nº de membros remunerados	N/A	1,00
Nº de ações	N/A	130.435
Preço médio ponderado de aquisição	N/A	R\$ 0,00
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	N/A	R\$ 39,10
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	N/A	R\$ 5.100.008,50
Esclarecimento		

Plano de Ações Fantasma:

PLANO DE AÇÕES FANTASMA	Período fiscal encerrado em 31/12/2024
a) Órgão	Diretoria Estatutária
b) Número Total de Membros	7,17
c) Número de Membros Remunerados	6,00
d) Número de ações	159.020
e) Preço médio ponderado de aquisição	N/A
f) Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	54,30
g) Multiplicação do total das ações adquiridas pela diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	8.634.206,35

PLANO DE AÇÕES FANTASMA	Período fiscal encerrado em 31/12/2023
a) Órgão	Diretoria Estatutária
b) Número Total de Membros	7,00
c) Número de Membros Remunerados	3,00
d) Número de ações	42.659
e) Preço médio ponderado de aquisição	R\$ 0,00
f) Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	R\$ 49,05
g) Multiplicação do total das ações adquiridas pela diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	R\$ 2.092.423,95

PLANO DE AÇÕES FANTASMA	Período fiscal encerrado em 31/12/2022
a) Órgão	Diretoria Estatutária
b) Número Total de Membros	7,00
c) Número de Membros Remunerados	6,00
d) Número de ações	512.455
e) Preço médio ponderado de aquisição	R\$ 0,00
f) Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	R\$ 28,74
g) Multiplicação do total das ações adquiridas pela diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	R\$ 14.727.406,84

8.12. Precificação das ações/opções

As informações divulgadas nos itens 8.5 a 8.11 são referentes à remuneração baseada em ações dos órgãos administrativos da Companhia (Conselho de Administração e Diretoria Estatutária).

As notas explicativas dos resultados trimestrais e do resultado anual da Companhia apresentam informações referentes a todos colaboradores abrangidos pelos planos de remuneração baseados em ações.

Plano de Outorga de Ações Fantasma (*Phantom Shares*)

O valor das Ações Fantasma é dado pela média dos últimos 90 pregões, ponderada pelo volume, das cotações das ações da Companhia, anteriores à data da outorga. No fechamento de 2024, o valor justo da Ação Fantasma foi de R\$ 57,90 (cinquenta e sete reais e noventa centavos) para os planos vigentes.

Plano SAR (*Share Appreciation Rights*) – Descontinuado em 2024

Para a mensuração do valor justo dos ativos outorgados no Plano SAR, a Companhia utilizou o modelo matemático de aproximação para opções seguindo o método de Simulação de Monte Carlo. Isso foi realizado por conta da natureza da SAR que se assemelha a uma opção, porém com a liquidação em caixa. A escolha deste método específico se deveu à necessidade de simular não apenas a dinâmica do valor das ações da Companhia no Futuro, mas também de seus competidores, uma vez que ambos impactam o ganho do beneficiário através da comparação da TSR.

Demais premissas consideradas (data base de 31/12/2024 – data de recálculo do valor do SAR para fins de fechamento):

Premissa	Valor Considerado
Preço do ativo base ⁽¹⁾	57,9
Expectativa de Volatilidade ⁽²⁾	28,74% a.a.
Expectativa de vida média das opções ⁽³⁾	Igual à vida do contrato
Expectativa de distribuição de dividendos ⁽⁴⁾	3,33% a.a.
Taxa de Juros média ponderada livre de risco ⁽⁵⁾	15,36% a.a.

⁽¹⁾ O preço do ativo base foi definido considerando a média aritmética do preço de fechamento dos últimos 90 pregões da ação da Companhia na data de cálculo da SAR.

⁽²⁾ A expectativa de volatilidade foi calculada para cada data de exercício, levando em consideração o tempo remanescente para completar o período de aquisição, bem como a volatilidade histórica dos retornos, utilizando o modelo GARCH de cálculo de volatilidade. Aqui apresentamos a média dessas volatilidades.

⁽³⁾ A expectativa de vida média das opções de ação foi definida pelo prazo remanescente até a data limite de exercício.

⁽⁴⁾ A expectativa de dividendos foi definida com base no lucro por ação histórico da Companhia. Aqui apresentamos a média da expectativa de dividendos utilizada no cálculo.

⁽⁵⁾ A taxa de juros média ponderada livre de risco utilizada foi a curva pré de juros em reais (expectativa do DI) observada no mercado aberto, que é a melhor base para comparação com a taxa de juros livre de risco do mercado brasileiro. A taxa usada para cada data de exercício altera de acordo com o período de aquisição. O valor apresentado representa a média entre cada uma das outorgas.

Plano de Outorga de Ações com Performance (*Performance Shares*)

O valor das Ações com Performance é dado pela média dos últimos 90 pregões, ponderada pelo volume, das cotações das ações da Companhia, anteriores à data da outorga. No fechamento de 2024, o valor justo das Ações com Performance foi de R\$ 57,90 (cinquenta e sete reais e noventa centavos) para os planos vigentes.

8.13. Participações detidas por órgão

	Conselho de Administração	Conselho de Administração	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
	ON	PNA	PNB	ON	ON
Quantidade de ações detidas diretamente de emissão da Companhia ¹	106.726.391	-	-	8.590	995
Quantidade de ações detidas diretamente de emissão de controladores diretos ou indiretos da Companhia ¹	108.799.512	97.722.032	42.501.310	-	-
Quantidade de outros valores mobiliários conversíveis em ações de emissão da Companhia	-	-	-	-	-

¹ Posição acionária em **31 de dezembro de 2024**, conforme Formulário CVM 44, considerando somente empresas controladoras de capital aberto, conforme previsto na referida Resolução CVM 44/21.

Nota de esclarecimento: Nenhum dos administradores da Companhia detém diretamente ações ou cotas em controladas ou empresas sob controle comum da Companhia. A sua participação nestas empresas dá-se somente de forma indireta, através das ações detidas por estes na Companhia, a qual por sua vez, detém participação nestas sociedades.

8.14. Planos de previdência

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	8,83	7,17	3,00	19,00
Número de membros remunerados	0,00	7,17	0,00	7,17
Nome do plano	N/A	Suzano Prev	N/A	
Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	N/A	2,00	N/A	2,00
Condições para se aposentar antecipadamente	N/A	Ter no mínimo 55 anos, no mínimo 3 anos de permanência no Suzano Prev e rescindir o contrato de trabalho com a Companhia.	N/A	
Valor acumulado atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa às contribuições feitas diretamente pelos administradores	N/A	4.210.018,25	N/A	4.210.018,25
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	N/A	560.876,55	N/A	560.876,55
Se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	N/A	O resgate pode ocorrer total ou parcialmente a qualquer momento, respeitando a carência mínima entre os resgates de 60 dias, conforme previsto na legislação vigente.	N/A	

8.15. Remuneração mínima, média e máxima

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022
Nº de membros	7,17	7,00	7,00	8,83	9,00	9,33	3,00	3,00	3,00
Nº de membros remunerados	7,17	7,00	7,00	8,83	9,00	9,33	3,00	3,00	3,00
Valor da maior remuneração Real	56.465.893,14	34.348.092,09	20.776.521,61	10.523.805,75	6.682.882,95	6.875.307,36	363.600,00	355.600,00	329.200,00
Valor da menor remuneração Real	9.717.538,64	7.537.854,31	6.938.084,36	888.000,00	840.000,00	770.000,00	363.600,00	355.600,00	329.200,00
Valor médio da remuneração Real	19.221.313,31	13.160.877,25	10.496.288,95	2.270.896,51	1.742.984,95	1.705.403,12	363.600,00	355.600,00	329.200,00

Observações e esclarecimentos

Diretoria Estatutária		
	Observação	Esclarecimento
31/12/2024	<p>O valor médio da remuneração anual dos membros da Diretoria corresponde à divisão do valor total da remuneração anual (fixa, variável e benefícios diretos e indiretos) da Diretoria (conforme indicado no item 8.2) pelo número de membros remunerados (conforme indicado no item 8.2).</p> <p>O valor da menor remuneração anual individual (fixa, variável e benefícios diretos e indiretos) foi apurado com a exclusão de todos os membros da Diretoria que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses.</p> <p>O valor da maior remuneração anual individual (fixa, variável, benefícios diretos e indiretos) foi apurado sem qualquer exclusão, considerando todas as remunerações e membros.</p> <p>Os valores indicados não consideram os encargos atribuídos às remunerações, em linha com as orientações do Ofício Circular Anual CVM/SEP 2025.</p>	
	O valor médio da remuneração anual dos membros da Diretoria corresponde à divisão do valor total da remuneração anual (fixa, variável e benefícios	

31/12/2023	<p>diretos e indiretos) da Diretoria (conforme indicado no item 8.2) pelo número de membros remunerados (conforme indicado no item 8.2).</p> <p>O valor da menor remuneração anual individual (fixa, variável e benefícios diretos e indiretos) foi apurado com a exclusão de todos os membros da Diretoria que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses.</p> <p>O valor da maior remuneração anual individual (fixa, variável, benefícios diretos e indiretos) foi apurado sem qualquer exclusão, considerando todas as remunerações e membros.</p>	
31/12/2022	<p>O valor médio da remuneração anual dos membros da Diretoria corresponde à divisão do valor total da remuneração anual (fixa, variável e benefícios diretos e indiretos) de cada órgão (conforme indicado no item 8.2) pelo número de membros remunerados (conforme indicado no item 8.2).</p> <p>O valor da menor remuneração anual individual (fixa, variável e benefícios diretos e indiretos) foi apurado com a exclusão de todos os membros do respectivo órgão que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses.</p> <p>O valor da maior remuneração anual individual (fixa, variável, benefícios diretos e indiretos) foi apurado sem qualquer exclusão, considerando todas as remunerações e membros.</p> <p>Os valores indicados não consideram os encargos atribuídos às remunerações, em linha com as orientações do Ofício Circular Anual CVM/SEP 2025.</p>	

Conselho de Administração		
	Observação	Esclarecimento
31/12/2024	<p>O valor médio da remuneração anual dos membros do Conselho de Administração corresponde a divisão do valor total da remuneração anual (fixa, variável e benefícios diretos e indiretos) do Conselho de Administração (conforme indicado no item 8.2) pelo número de membros remunerados (conforme indicado no item 8.2).</p> <p>O valor da menor remuneração anual individual (fixa, variável e benefícios diretos e indiretos) foi apurado com a exclusão de todos os membros do respectivo órgão que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses.</p> <p>O valor da maior remuneração anual individual (fixa, variável, benefícios diretos e indiretos) foi apurado sem qualquer exclusão, considerando todas as remunerações e membros.</p> <p>Os valores indicados não consideram os encargos atribuídos às remunerações, em linha com as orientações do Ofício Circular Anual CVM/SEP 2025.</p>	

<p align="center">31/12/2023</p>	<p>O valor médio da remuneração anual dos membros do Conselho de Administração corresponde a divisão do valor total da remuneração anual (fixa, variável e benefícios diretos e indiretos) do Conselho de Administração (conforme indicado no item 8.2) pelo número de membros remunerados (conforme indicado no item 8.2).</p> <p>O valor da menor remuneração anual individual (fixa, variável e benefícios diretos e indiretos) foi apurado com a exclusão de todos os membros do respectivo órgão que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses.</p> <p>O valor da maior remuneração anual individual (fixa, variável, benefícios diretos e indiretos) foi apurado sem qualquer exclusão, considerando todas as remunerações e membros.</p> <p>Os valores indicados não consideram os encargos atribuídos às remunerações, em linha com as orientações do Ofício Circular Anual CVM/SEP 2025.</p>	
<p align="center">31/12/2022</p>	<p>O valor médio da remuneração anual dos membros do Conselho de Administração corresponde à divisão do valor total da remuneração anual (fixa e benefícios diretos e indiretos) do Conselho de Administração (conforme indicado no item 8.2) pelo número de membros remunerados (conforme indicado no item 8.2).</p> <p>O valor da menor remuneração anual individual (fixa e benefícios diretos e indiretos) foi apurado com a exclusão de todos os membros do respectivo órgão que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses.</p> <p>O valor da maior remuneração anual individual (fixa e benefícios diretos e indiretos) foi apurado sem qualquer exclusão, considerando todas as remunerações e membros.</p> <p>Os valores indicados não consideram os encargos atribuídos às remunerações, em linha com as orientações do Ofício Circular Anual CVM/SEP 2025.</p>	

Conselho Fiscal		
	Observação	Esclarecimento
<p align="center">31/12/2024</p>	<p>O valor médio da remuneração anual dos membros do Conselho Fiscal corresponde à divisão do valor total da remuneração anual (fixa e benefícios diretos e indiretos) do Conselho Fiscal (conforme indicado no item 8.2) pelo número de membros remunerados (conforme indicado no item 8.2).</p> <p>O valor da menor remuneração anual individual (fixa e benefícios diretos e indiretos) foi apurado com a exclusão de todos os membros do respectivo órgão que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses.</p>	

	<p>O valor da maior remuneração anual individual (fixa e benefícios diretos e indiretos) foi apurado sem qualquer exclusão, considerando todas as remunerações e membros.</p> <p>Os valores indicados não consideram os encargos atribuídos às remunerações, em linha com as orientações do Ofício Circular Anual CVM/SEP 2025.</p>	
31/12/2023	<p>O valor médio da remuneração anual dos membros do Conselho Fiscal corresponde à divisão do valor total da remuneração anual (fixa e benefícios diretos e indiretos) do Conselho Fiscal (conforme indicado no item 8.2) pelo número de membros remunerados (conforme indicado no item 8.2).</p> <p>O valor da menor remuneração anual individual (fixa e benefícios diretos e indiretos) foi apurado com a exclusão de todos os membros do respectivo órgão que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses.</p> <p>O valor da maior remuneração anual individual (fixa e benefícios diretos e indiretos) foi apurado sem qualquer exclusão, considerando todas as remunerações e membros.</p> <p>Os valores indicados não consideram os encargos atribuídos às remunerações, em linha com as orientações do Ofício Circular Anual CVM/SEP 2025.</p>	
31/12/2022	<p>O valor médio da remuneração anual dos membros do Conselho Fiscal corresponde à divisão do valor total da remuneração anual (fixa e benefícios diretos e indiretos) do Conselho Fiscal (conforme indicado no item 8.2) pelo número de membros remunerados (conforme indicado no item 8.2).</p> <p>O valor da menor remuneração anual individual (fixa e benefícios diretos e indiretos) foi apurado com a exclusão de todos os membros do respectivo órgão que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses.</p> <p>O valor da maior remuneração anual individual (fixa e benefícios diretos e indiretos) foi apurado sem qualquer exclusão, considerando todas as remunerações e membros.</p> <p>Os valores indicados não consideram os encargos atribuídos às remunerações, em linha com as orientações do Ofício Circular Anual CVM/SEP 2025.</p>	

8.16. Mecanismos de remuneração/indenização

Não há arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

8.17. Percentual partes relacionadas na remuneração

Órgão	Previsão para o Exercício Social a ser encerrado em 31/12/2025	Exercício Social encerrado em 31/12/2024	Exercício Social encerrado em 31/12/2023	Exercício Social encerrado em 31/12/2022
Diretoria Estatutária	N/A	N/A	N/A	N/A
Conselho de Administração	62,45%	60,51%	50,88%	52,71%
Conselho Fiscal	N/A	N/A	N/A	N/A

8.18. Remuneração – Outras funções

Nos últimos 3 (três) exercícios sociais, os membros do Conselho de Administração, Comitês de Assessoramento, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal da Companhia não receberam remuneração além daquela referente às funções que ocupam na Companhia, e não há previsão para o recebimento de remuneração além daquela referente às funções que ocupam na Companhia para o exercício social corrente.

8.19. Remuneração reconhecida do controlador/controlada

Previsão para o exercício social a ser encerrado em 31/12/2025

- **Remuneração recebida em função do cargo no emissor:**

Não há parcela da remuneração da remuneração recebida por membros do Conselho de Administração, Diretoria, Conselho Fiscal e/ou membros do Comitês de Assessoramento em função do exercício do cargo no emissor, que seja suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos e indiretos.

- **Remuneração recebida em decorrência da participação em Conselho de Administração/Diretoria Estatutária das respectivas sociedades:**

	Conselho de Administração ⁽¹⁾	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores Diretos e Indiretos	2.442.893,00	0,00	0,00	2.442.893,00
Controladas do emissor	0,00	0,00	0,00	0,00
Sociedades sob controle comum	0,00	132.000,00	0,00	132.000,00

(1) Remuneração prevista nas modalidades fixa e variável por participação em Conselhos de Administração e por integram a Diretoria de controladoras do emissor. A sociedade que arcará com a remuneração demonstrada será a Suzano Holding S.A.

Exercício social encerrado em 31/12/2024

- **Remuneração recebida em função do cargo no emissor:**

Não houve remuneração percebida pelos Administradores da Companhia advindas de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor.

- **Remuneração recebida em decorrência da participação em Conselho de Administração/Diretoria Estatutária das respectivas sociedades:**

	Conselho de Administração ⁽¹⁾	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores Diretos e Indiretos	1.438.133,00	0,00	0,00	1.438.133,00
Controladas do emissor	0,00	0,00	0,00	0,00
Sociedades sob controle comum	0,00	132.000,00	0,00	132.000,00

(1) Remuneração prevista nas modalidades fixa e variável por participação em Conselhos de Administração e por integram a Diretoria de controladoras do emissor. A sociedade que arcou com a remuneração demonstrada foi a Suzano Holding S.A.

Exercício social encerrado em 31/12/2023

- **Remuneração recebida em função do cargo no emissor:**

Não houve remuneração percebida pelos Administradores da Companhia advindas de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor.

- **Remuneração recebida em decorrência da participação em Conselho de Administração/Diretoria Estatutária das respectivas sociedades:**

	Conselho de Administração (1)	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores Diretos e Indiretos	1.328.281,00	-	-	1.328.281,00
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	132.000,00	-	132.000,00

(1) Remuneração recebida nas modalidades fixa e variável por participação em Conselhos de Administração e por integrarem a Diretoria de controladoras do emissor. A sociedade que arcou com a remuneração demonstrada foi a Suzano Holding S.A.

Exercício social encerrado em 31/12/2022

- **Remuneração recebida em função do cargo no emissor:**

Não houve remuneração percebida pelos Administradores da Companhia advindas de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor.

- **Remuneração recebida em decorrência da participação em Conselho de Administração/Diretoria Estatutária das respectivas sociedades:**

	Conselho de Administração (1)	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores Diretos e Indiretos	2.448.869,53	-	-	2.448.869,53
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	716.666,66	132.000,00	-	848.666,66

(1) Remuneração recebida nas modalidades fixa e variável por participação em Conselhos de Administração e por integrarem a Diretoria de controladoras do emissor. As sociedades que arcaram com a remuneração demonstrada são Suzano Holding S.A. e IPLF Holding S.A.

8.20. Outras informações relevantes

Item 8.2 – Informações sobre Encargos Sociais

Em complemento ao item 8.2, que apresenta as informações sobre a remuneração total do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal, são apresentadas as informações considerando os valores dos encargos sociais que são ônus da Companhia, em linha com as orientações indicadas no Ofício Circular Anual CVM/SEP 2025:

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2025 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Total da remuneração sem encargos	29.222.784,79	146.158.519,92	1.261.729,70	176.643.034,42
Encargos sociais¹	3.886.694,21	4.217.925,43	252.345,94	8.356.965,58
Total da remuneração com encargos	33.109.479,00	150.376.445,36	1.514.075,65	185.000.000,00

¹ Estão considerados os encargos sociais obrigatórios, valores destacados conforme Ofício Circular Anual CVM/SEP 2024, incluindo o INSS incidente sobre a remuneração fixa e sobre a remuneração variável anuais.

Remuneração total prevista para o Exercício Social encerrado em 31/12/2024 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Total da remuneração sem encargos	20.052.016,16	137.816.816,43	1.090.800,00	158.959.632,59
Encargos sociais¹	2.750.015,24	5.169.816,68	218.160,00	8.137.991,92
Total da remuneração com encargos	22.802.031,40	142.986.633,11	1.308.960,00	167.097.624,51

¹ Estão considerados os encargos sociais obrigatórios, valores destacados conforme Ofício Circular Anual CVM/SEP 2024, incluindo o INSS incidente sobre a remuneração fixa e sobre a remuneração variável anuais.

Remuneração total prevista para o Exercício Social encerrado em 31/12/2023 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Total da remuneração sem encargos	15.686.864,57	92.126.140,78	1.066.800,00	108.879.805,35
Encargos sociais¹	2.598.854,24	5.983.852,99	213.360,00	8.796.067,23
Total da remuneração com encargos	18.285.718,81	98.109.993,77	1.280.160,00	117.675.872,58

¹ Estão considerados os encargos sociais obrigatórios, valores destacados conforme Ofício Circular Anual CVM/SEP 2024, incluindo o INSS incidente sobre a remuneração fixa e sobre a remuneração variável anuais.